



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JOÃO PAULO ROSA LORENÇO

INVISIBILIDADES E POTENCIALIDADES:
O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO À
POPULAÇÃO LGBTQIA+ (2020-2021)

JOÃO PAULO ROSA LORENÇO

**INVISIBILIDADES E POTENCIALIDADES:
O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO À
POPULAÇÃO LGBTQIA+ (2020-2021)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Neves da Silva.

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Rosa Lorenzo, João Paulo.

Invisibilidades e potencialidades : o trabalho dos/as assistentes sociais junto à população LGBTQIA+ (2020-201) / João Paulo Rosa Lorenzo. - Londrina, 2022.
194 f. : il.

Orientador: Claudia Neves da Silva.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Assistência Social - Tese. 2. Ibioporã - Tese. 3. Serviço Social - Tese. 4. população LGBTQIA+ - Tese. I. Neves da Silva, Claudia . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

JOÃO PAULO ROSA LORENÇO

**INVISIBILIDADES E POTENCIALIDADES:
O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO À
POPULAÇÃO LGBTQIA+ (2020-2021)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Claudia Neves da Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Andrea Pires da Rocha
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 05 de agosto de 2022.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Agradeço à Dra. Claudia Neves da Silva, orientadora deste trabalho, por todo apoio científico e afetoso durante os anos que estive sob sua orientação. Obrigado pela considerável autonomia que me destes nas escolhas das temáticas pesquisadas ao longo do meu processo formativo.

Sou grato ao apoio dos meus familiares, minha mãe Heleni Rosa Lorenço, meu pai Paulo Lorenço Filho e minha avó Maria de Lourdes Rosa, ao longo da minha trajetória científica, profissional e pessoal.

Aos professores presentes na banca, Dr. Fábio Lanza que me é inspiração no campo das análises sociológicas, e Dra. Andrea Pires da Rocha, firme no trato das temáticas das diversidades e desigualdades no curso de Serviço Social da UEL, meu agradecimento e admiração. Estendo o agradecimento aos docentes e colegas da pós graduação em Serviço Social e Política Social.

Agradeço as minhas amigas Paula Damasio Mincov e Thaís Aimê Alves da Silva, pelo apoio, conselhos e “puxões de orelha”.

Findo os agradecimentos deste trabalho com um sentimento de dever cumprido. Dever cumprido comigo e com os LGBTQIA+ que me antecederam neste país, especialmente na cidade de Ibiporã, marcada pela negação de sua própria história, que é diversa e desigual.

“Entre cada um de nós e nosso sexo, o Ocidente lançou uma incessante demanda de verdade: cabe-nos extrair-lhe a sua, já que lhe escapa; e a ele cabe dizer-nos a nossa, já que a detém nas sombras.” (Michel Foucault)

RESUMO

LORENÇO, João Paulo Rosa. **Invisibilidades e potencialidades: o trabalho dos/as assistentes sociais junto à população LGBTQIA+ (2021-2022).** 2022. 194 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

O subsequente trabalho busca entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ na Política Municipal de Assistência Social, levando em consideração as competências e atribuições historicamente assumidas pela profissão. Para tanto foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com os/as assistentes sociais vinculados/as à de proteção social básica na esfera pública, no período de agosto a outubro de 2021. O intuito deste trabalho é contribuir para o aprimoramento da categoria profissional quanto ao atendimento das demandas da referida população e compreender a pluralidade existente acerca do projeto profissional historicamente construído. Como resultado obtivemos que o preconceito contra a população LGBTQIA+ faz parte da realidade social, histórica, econômica e política do Brasil, mas que os/as profissionais buscam pautar suas ações profissionais respeitando os princípios éticos do Serviço Social brasileiro, além de estarem interessados/as na temática.

Palavras-chave: Assistência Social; Ibiporã; Serviço Social; População LGBTQIA+.

ABSTRACT

LORENÇO, João Paulo Rosa. **Invisibilities and potentials:** the work of social workers with the LGBTQIA+ population (2020-2021). 2022. 194 f. Dissertation (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

The subsequent work seeks to understand how social workers in Ibiporã understand the LGBTQIA+ population in the Municipal Social Assistance Policy, taking into account the competences and attributions historically assumed by the profession. To this end, seven semi-structured interviews were carried out with social workers linked to basic social protection in the public sphere in period of august to october of 2021. The purpose of this work is to contribute to the improvement of the professional category in terms of meeting the demands of that population and to understand the existing plurality of the historically constructed professional project. As a result, we obtained that prejudice against the LGBTQIA+ population is part of the social, historical, economic and political reality of Brazil, but that professionals seek to guide their professional actions respecting the ethical principles of the Brazilian Social Service, in addition to being interested in the discussion of the theme.

Key-words: Social Assistance Policy; Ibiporã; Social Work; LGBTQIA+ Population.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência especializada de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transsexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
RG	Registro Geral
CPF	Cadastro de Pessoa Física
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
Trans	Pessoa transsexual/transgênero
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
RH	Recursos Humanos
UBS	Unidade Básica de Saúde
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
UDN	União Democrática Nacional
PIME	Pontifício Instituto para Missões Exteriores
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
CID	Classificação Internacional de Doenças
GGB	Grupo Gay da Bahia
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais
TRF4	Tribunal Regional Federal da 4ª região
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social

GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis
PT	Partido dos Trabalhadores
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
AIB	Ação Integralista Brasileira
EUA	Estados Unidos da América
DEOPS-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
GALF	Grupo de Ação Lésbica-Feminista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Edição 14 da revista "Lampião da Esquina".....	89
Figura 2	– Edição 8 da revista "Lampião da Esquina".....	89
Figura 3	– Edição 7 da revista "ChanacomChana"	93
Figura 4	– Edição 5 da revista "ChanacomChana"	94

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
	Percursos metodológicos.....	15
2	CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E IDEOLÓGICA DO POSICIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À QUESTÃO DA(S) SEXUALIDADE(S) E IDENTIDADE DE GÊNERO.....	19
2.1	Colonialismo, patriarcado e racismo: Fundamentos da heteronormatividade	36
2.2	Estado republicano e a influência do higienismo e da eugenia nas políticas sociais brasileiras	48
3	LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS DO MOVIMENTO LGBTQIA+: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	60
3.1	Algumas aproximações acerca do pensamento social relacionados as sexualidades e papéis sociais de gênero com a desigualdade de gênero no Brasil	61
3.2	Movimento LGBTQIA+: Desafios e conquistas.....	83
3.3	Serviço social, projeto ético político e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ na esfera dos Direitos Humanos.....	100
4	OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS QUESTÕES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	107
4.1	História de Ibiporã	109
4.2	Caracterização da política de assistência social em Ibiporã	115
4.3	Entendimento de assistentes sociais de Ibiporã frente a questão da população LGBTQIA+.....	118
4.3.1	Observações no cotidiano profissional acerca das particularidades vivenciadas por pessoas LGBTQIA+	118
4.3.2	Ações profissionais de combate ao preconceito e violações de direitos das pessoas LGBTQIA+	124

4.3.3	Reflexões sobre o projeto ético político e a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+	127
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
	APÊNDICES	140
	APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados	141
	ANEXOS	144
	ANEXO A – Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética	145
	ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	150
	ANEXO C – Íntegra das Entrevistas	153

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nasci e cresci na cidade de Ibiporã, região metropolitana de Londrina, no norte central paranaense, entendo-me como homem gay há uns bons anos, e experimentei algumas das violências que a parcela populacional, na qual faço parte, sofre na maioria das escolas, em boa parte dos ambientes e espaços religiosos, na mídia, com os amigos, familiares e conhecidos. Na metade da graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2019), comecei a cumprir o estágio obrigatório em um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no município de Ibiporã e a vivenciar cotidianamente, junto aos/as outros/as profissionais, algumas das angústias e inquietações diante da realidade social que se desenhava no território, dentre elas, o atendimento e compreensão das necessidades da população LGBTQIA+¹.

Destacamos algumas documentações que versam sobre o preconceito contra a população LGBTQIA+ organizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social, através do conjunto CFESS/CRESS, dentre elas: “O CFESS manifesta: o amor fala todas as línguas” publicada no ano de 2006, o “CFESS Manifesta: tempo de Luta e Resistência (2011-2014)” com ilustrações alusivas ao dia da visibilidade trans, a Série Assistente Social no Combate ao Preconceito com os títulos: “Transfobia” (2016), “O que é preconceito?” (2016) e “Machismo” (2019) e o livro que reúne as palestras do Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero (2015).

Para a realização do trabalho apresentado nos foi suscitado o questionamento: “os assistentes sociais de Ibiporã exercem o Serviço Social sem discriminar, por questões de orientação sexual e identidade de gênero na Política Municipal de Assistência Social?”. O objetivo geral é entender como os assistentes sociais de Ibiporã, no norte central paranaense, compreendem a população LGBTQIA+ no atendimento das demandas do Serviço Social levando em consideração a postura profissional assumida ao longo das últimas décadas.

Os objetivos específicos são identificar como os/as assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ na Política Municipal de Assistência

¹ Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e mais

Social, identificar no relato dos/as assistentes sociais situações de desconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+ na Política Municipal de Assistência Social e verificar como os/as assistentes sociais de Ibiporã exercem o Serviço Social, no que se refere aos direitos da população LGBTQIA+ na Política Municipal de Assistência Social.

Diante deste cenário tivemos o interesse em aprofundar algumas discussões que correlacionam a temática estudada com os princípios que norteiam o fazer e pensar profissional, e para tanto nos aproximamos dos assistentes sociais através de contato telefônico, conhecíamos algumas assistentes sociais que intermediaram a relação com outras profissionais que se demonstraram interessados/as na pesquisa, e não houveram recusas ou desistências no decorrer do processo de coleta de dados.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

A história global, a macro-história, não se constitui descolada da história local/regional, uma coopera com a outra em um mútuo processo de realizações simbólicas, interesses de grupos políticos, econômicos e religiosos que convergem e/ou destoam na construção ou imposição de um direcionamento social e histórico. A História, durante muito tempo, foi traduzida pelo olhar macrohistórico, que privilegia os dados numéricos e as passagens temporais pelo qual os feitos mais amplos das sociedades são hipervalorizados. Exemplo dessa forma de historiografia são os tempos históricos: Idade Clássica, Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea (REVEL, 2010).

Para Revel (2010), quatro variáveis principais compunham as análises dos primeiros pesquisadores da historiografia que se calcavam em tempos históricos: natalidade, nupcialidade, fecundidade e mortalidade, que seguiriam um modelo demográfico padronizado. Conforme Cunha (2000), a história local não é a história global reduzida, e, portanto, não pode ser dimensionada enquanto oposição às categorias generalizáveis, como nível de renda ou estatuto socioprofissional. A linguagem do senso comum permeia o conceito de região: “a região mais pobre, a região montanhosa ou a região da cidade X” dotada de critérios diversos, imprecisos e variáveis quanto à análise e avaliação de uma determinada realidade socioespacial.

O entendimento de escalas globais não pretende privilegiar a macro-

história, ou centralizar o indivíduo na cena historiográfica, como acontecia anteriormente, busca-se estender mediações entre as duas formas de interpretações historiográficas. As sociedades se demonstram múltiplas, diversas e cuja totalidade é incognoscível desde os períodos antigos até a modernidade. Unificar no Estado a figura cognoscível é uma forma que não compreende as complicações e desarmonias do todo histórico (REVEL, 2010).

O Estado moderno precisa aceitar negociações entre as diferentes esferas e entes para que consiga se movimentar, situando-se em nível macro e microhistórico, onde um nível não se sobreponha ao outro. Faz-se necessário para isso o uso de escalas de observação que levam em consideração as descontinuidades presentes na realidade sócio-histórica, pois o Estado, em seu sentido amplo, também assume forma e sentido nas singularidades dos mundos sociais, pois o que era cancelado a Deus ou aos reis, hoje é ainda mais complexo e fulgura em arranjos anônimos (REVEL, 2010), consideramos também as estruturas sociais, políticas e econômicas.

Mapeamos, conforme explicitado acima, doze profissionais atuantes em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), Acolhimento para crianças e adolescentes, Centro de Atendimento à Mulher de Ibiporã (CAMI) e o projeto “Mãos que Acolhem - Acolhimento Provisório de Pessoas em Situação de Rua. Deste universo, entrevistamos 7 profissionais. Realizamos levantamento bibliográfico, documental e eletrônico acerca dos documentos, trabalhos, monografias, dissertações e teses que versam sobre algumas temáticas pertinentes a este trabalho, tais como: a história de Ibiporã, a população LGBTQIA+, o Serviço Social, a Assistência Social no Brasil.

A dissertação foi dividida em três capítulos teóricos. A “Construção histórica e ideológica do posicionamento do Estado brasileiro em relação à questão da(s) sexualidade(s) e identidade de gênero” traz discussões sobre “O perigo de uma história única” (2019) de Chimamanda Ngozi Adiche., “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária” de Marilena Chauí, “Escravidão, homossexualidade e demonologia” (1988) de Luiz Roberto de Barros Mott, “Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade” (2018) de João Silvério Trevisan, “Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX” (2019) de James N. Green e “Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo” de Pietra Diwan.

Em “Luta, resistência e conquistas do movimento LGBTQIA+: reflexões para o Serviço Social” temos contribuições de “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (2017) de Judith Butler, “O poder do Macho” (1987), além dos artigos “Gênero, patriarcado e violência” (2004) e “Contribuições feministas para os estudos de gênero” (2001) de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos” (2010) de Maria Lucia da Silva Barroco, parte da obra “Introdução a Sociologia Rural” (1987) de José de Souza Martins que versa sobre o conservadorismo, “Cotidiano e a História” (2016) de Agnes Heller, do artigo “Justiça para comunidades gays, bissexuais e transgêneras” e do livro “Mulheres, raça e classe” de Angela Davis, “O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras” de Bell Hooks, “Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social” de Mirla Cisne e Silvana Santos e o livro “História do Movimento LGBT no Brasil” de diversos autores.

No capítulo “Os/as assistentes sociais frente às questões de orientação sexual e identidade de gênero na Política Municipal de Assistência Social” trazemos as aproximações com as entrevistas dos/as assistentes sociais. Utilizamos obras já referenciadas acima além de “Vigiar e Punir: nascimento da prisão” (2019) e “História da sexualidade: vontade de saber” (2020) de Michel Foucault

Para compreendermos um pouco da história do município de Ibiporã usamos contribuições dos documentos: “Compêndio Histórico de Ibiporã” (2008), parte do projeto “Nossa gente, nossa história” de Maria Lucia Striquer Bisotto, a dissertação de mestrado em Comunicação Social de Jaime Kaster denominada “A fotografia na recuperação da história e preservação da memória: a ferrovia e a estação ferroviária de Ibiporã (PR)” (2017) e os livros “Circuito das capelas: projeto de recuperação da memória de Ibiporã” (2016) e “Circuito das Capelas 2: Igrejas Evangélicas Históricas de Ibiporã” (2019) cuja autoria é da Secretaria de Cultura e Turismo de Ibiporã.

Para aproximação dos assistentes sociais foram agendadas previamente através de aplicativo de mensagem instantânea uma conversa com os/as profissionais e realizadas as entrevistas semiestruturadas². Como explicamos anteriormente, conhecíamos algumas profissionais e elas contribuíram na interlocução com os/as outros/as assistentes sociais.

² O roteiro de entrevista encontra-se anexado no final deste trabalho

A entrevista semiestruturada não pressupõe uma abertura completa da condução, mas pontua aspectos relevantes relacionados aos objetivos da pesquisa, que possibilitou uma interlocução menos rígida entre os participantes. A entrevista semiestruturada deu um apoio objetivo e assegurado por um roteiro prévio, mas não se prendeu totalmente a tal roteiro, conduzida em uma espécie de conversas com finalidade (MINAYO, 2015).

Para a realização das entrevistas semiestruturadas foi necessário a elaboração de um roteiro onde definimos os tópicos de interesse do trabalho, com objetivo de responder nosso problema de pesquisa. Tivemos o cuidado ao tratar questões muito abertas, temáticas delicadas ou que pudessem acarretar algum tipo de sofrimento e buscamos formas de não induzir as respostas dos entrevistados (GIL, 2008). O recurso de gravação de áudio foi utilizado, com autorização prévia dos assistentes sociais com a finalidade de não tornar a interação mecânica, tal recurso possibilitou que nenhum dado fosse comprometido durante as transcrições.

A pesquisa foi aprovada, em dezembro de 2020, pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP-UEL)³ e foi aplicado, em todas as entrevistas, o Termo de Consentimento Livre e esclarecido aprovado pelo CEP-UEL⁴ com dados de identificação da pesquisa e do pesquisador, orientações quanto aos pontos, temáticas e responsabilidades abordadas pela pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de modo presencial nos espaços sócio-ocupacionais e em locais apropriados no decorrer dos meses de setembro e outubro do ano de 2021, seguindo os protocolos de distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel em decorrência da emergência em saúde pública provocada pela COVID-19. O texto abaixo apresenta as nossas aproximações, fruto de anos de pesquisa sobre a temática, onde buscamos refletir, a partir do olhar histórico-social, alguns pontos sobre a construção das sexualidades e identidade de gênero no Brasil e como este processo rebate na atuação cotidiana dos/as assistentes sociais.

³ O Parecer do CEP-UEL encontra-se anexo no final deste trabalho

⁴ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se anexado no final deste trabalho

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E IDEOLÓGICA DO POSICIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À QUESTÃO DA(S) SEXUALIDADE(S) E IDENTIDADE DE GÊNERO

Chimamanda Ngozi Adichie nos expõe que algumas concepções permeiam a forma como enxergamos as realidades diferentes das nossas. A pesquisadora conta que, na infância, morava em uma cidade da Nigéria e mantinha um padrão de vida da classe média, visto que seu pai era professor universitário e sua mãe administradora, o que possibilitava a manutenção de empregados/as domésticos/as na casa da família.

Os/as empregados/as domésticos/as vinham de vilarejos próximos, e a mãe de Adichie sempre comentava sobre as dificuldades materiais que as famílias dos/as empregados/as passavam, especialmente a pobreza e a fome, o que causava um sentimento de pena na menina. Quando criança Adichie visitou o vilarejo de uma família que trabalhava na casa de seus pais e ficou impressionada. Conforme o relato da estudiosa:

No ano em que fiz oito anos, um menino novo foi trabalhar lá em casa. O nome dele era Fide. A única coisa que minha mãe nos contou sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe mandava inhamé, arroz e nossas roupas velhas para eles. Quando eu não comia todo o meu jantar, ela dizia: “coma tudo! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não tem nada? E eu sentia uma pena enorme deles. Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe mostrou uma cesta de palhas pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido de como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer outra coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles (ADICHIE, 2019, p.15).

Uma situação similar ocorreu quando Adichie foi para a universidade nos Estados Unidos da América e uma colega de quarto ficou impressionada com a desenvoltura em língua inglesa da moça africana, pois tinha a nova colega de quarto tinha uma visão única sobre o continente africano e os/as africanos/as. Segundo a pesquisadora:

Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando falei que a língua oficial da Nigéria era o inglês. Também perguntou se poderia ouvir o que chamou de minha “música tribal”, e ficou muito

decepcionada quando mostrei minha fita da Mariah Carey. Ela também presumiu que eu não sabia usar um fogão. (ADICHIE, 2019, p.16).

Além da presunção de que Adichie não soubesse outra língua, ou que se expressasse musicalmente através do que a colega de quarto denominou como música tribal, havia na colega de quarto uma preocupação de benevolência embutida nem sua interpretação da realidade. Veremos no decorrer deste primeiro capítulo que essa preocupação pode ser bem próxima das discussões dos estereótipos e das figuras salvadoras explicitadas pela filósofa brasileira Marilena Chauí. Segundo Adichie:

O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo de uma conexão entre dois seres humanos iguais (ADICHIE, 2019, p.16).

A estudiosa ficou surpresa e envergonhada durante uma viagem ao México, pois acreditava na visão que lhe foi passada pela mídia estadunidense, na qual os/as mexicanos/as viviam em fuga de seu país, burlavam as leis e os sistemas de saúde. Ao chegar no país notou que eles/as viviam tranquilamente suas vidas, passeavam e se divertiam. A comunicação tem, nesse sentido, um papel fundamental para criação e manutenção de uma narrativa. Conforme Adichie: “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p.23).

Falar de narrativas únicas requer atenção às práticas de poder, pois, segundo Adichie: “o poder é uma habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p.23), ou seja o desenho de uma narrativa será sempre definido pela força de maior poder. Para a estudiosa:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que o outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias são definidas pelo princípio do nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas, e quantas são contadas depende muito do poder (ADICHIE, 2019, p.23).

A redução das histórias em fragmentos bons ou ruins, favorecem ou desfavorecem determinados grupos e alimenta essas concepções estereotipadas acerca de uma situação, indivíduo, grupo ou situação. Conforme a pesquisadora: “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p.26).

Adichie não busca esconder os problemas existentes em seu país, a Nigéria, tal como o desemprego e o governo, mas pretende trazer narrativas mais condizentes com a realidade, evitando as diminuições das histórias únicas, contadas a partir de um único, e autoconsiderado inequívoco, ponto de vista. Para a estudiosa:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p.32).

Decidimos começar nosso trabalho com essas breves observações sobre os perigos da história única, pois a trajetória da população LGBTQIA+ no Brasil se confunde com a própria história brasileira que marginalizou, e ainda marginaliza, diversos grupos sociais e étnico-raciais a fim de favorecer determinadas histórias, grupos e etnias, especialmente as narrativas ocidentalizadas, brancas, cristãs e heteronormativas.

Conforme Marilena Chauí, o Brasil foi ocupado pelos europeus com o auxílio de alguns mitos fundadores. Os mitos são estratégias utilizadas para expressar valores, crenças, símbolos, ideias e concepções sobre um local, acontecimento ou uma pessoa. O mito fundador fornece as primeiras representações sobre a realidade social, tais representações são reformuladas e reorganizadas em dois pontos de vista sobre a hierarquia: a hierarquia interna e a ampliação de seu sentido (CHAUÍ, 2000).

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda fundatio, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede de lidar com ela (CHAUÍ, 2000, p.6).

O passado e o tempo presente se mesclam por meio do mito, conserva-se perene o passado e retoma os sentimentos, especialmente o heroísmo desbravador na contemporaneidade. O mito fundante, é aquele que dá base e calca o imaginário sobre determinado acontecimento social, mantém-se presente e sua eternidade, enquanto valor universal, é constantemente reatualizada (CHAUÍ, 2000).

Em suma, três grupos étnicos compõem a formação sócio-histórica brasileira: os brancos, advindos da Europa; os negros sequestrados na condição de escravos pelo Império Português e as populações indígenas que habitavam este território há pelo menos doze mil anos, cuja religiosidades, diversidades culturais e linguísticas são extremamente diversificadas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Estima-se que existiam no território brasileiro, precedente da invasão colonizadora, cerca de um a três milhões de indígenas, que foram dizimados pelas moléstias importadas pelos colonizadores, tais como: a varíola, gripe, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis. Houve o apagamento das tradições dos povos originários e, posteriormente, da cultura com matriz africana, neste meandro a história brasileira foi transcrita através da perspectiva eurocêntrica (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Para Aníbal Quijano, o eurocentrismo e o colonialismo possuem fundamental relevância para a compreensão do poder no continente americano. Uns dos principais instrumentos utilizados pelos colonizadores para afirmarem suas concepções pairava sobre o conceito de inferioridade racial e centralização econômica. Conforme o pensador:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros (...). Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p.117)

O conceito de raça e identidade racial foi fundamental para as relações sociais no continente americano. Os povos foram classificados pelas suas origens que, além de geográficas, passaram a representar identidades sociais e raciais. Segundo o estudioso:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e

redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial (QUIJANO, 2005, p.118).

As mudanças estruturais no pensamento ocidental que colocaram a Europa como centro da intelectualidade mundial decorrem de transformações que privilegiaram, a ainda privilegiam, a figura do homem branco europeu como detentor da sabedoria científica, política e filosófica. O Deus medieval sai de cena e entra o individualismo com apelo à figura masculina (GROSFOGUEL, 2016).

Ao problematizar o conhecimento científico aceito e propagado pelas universidades ocidentais, Ramón Grosfoguel sintetiza alguns fundamentos do pensamento científico e social da Europa e de suas colônias na América, África e Ásia. Um deles diz respeito à centralidade do homem desbravador do período de expansão mercantilista:

Enrique Dussel (2005) responde a essas perguntas com o seguinte argumento: o “penso, logo existo” de Descartes é precedido por 150 anos de “conquisto, logo existo”. O Ego conquiro é a condição de existência do Ego cogito de Descartes (GROSFOGUEL, 2016, p.30).

Esse processo de secularização que aconteceu durante o período de expansão marítima imperialista, colocou os europeus como verdadeiras deidades. Eles começaram a propagar a suas formas de pensamento, para que assim pudessem dominar os outros povos e culturas. Para Grosfoguel:

Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais (GROSFOGUEL, 2016, p.31).

O racismo e o sexismo presentes no pensamento e ações europeias são, para Grosfoguel, o principal agente do pensamento conquistador, e exterminador daquele povo. Neste sentido: “o Ego extermino é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o Ego coquiro e o Ego cogito” (GROSFOGUEL, 2016, p.31), ou seja, para a existência da colonização era necessário o extermínio das outras culturas em povos em detrimento da supremacia branca, europeia e masculina.

No século XV, existem quatro grandes extermínios, ou “genocídios/epistemicídios” como expõe Grosfoguel, e eles se caracterizam pela

perseguição, subjugação e/ou assassinatos de judeus e mulçumanos em Al-Andalus, contra os povos indígenas nas Américas e Ásia, contra os escravos aprisionados e sequestrados na África e contra as mulheres perseguidas e assassinadas pela Inquisição (GROSFOGUEL, 2016)

Antes de chegar às Américas, os colonizadores europeus desenvolveram alguns métodos para que pudessem impor seu pensamento. A primeira experiência ocorreu na conquista de Al-Andalus e viria a ser utilizada nas novas dominações. Para os europeus a melhor maneira de acabar com a cultura, sociedade, história e memória era apagando, especialmente pela ação do fogo, tudo que não fosse eurocêntrico (GROSFOGUEL, 2016).

Além do genocídio, a conquista da região de Al-Andalus foi acompanhada por um epistemicídio. A queima das bibliotecas, por exemplo, foi um método fundamental para a conquista da região. A biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, quando a maior biblioteca cristã da Europa não continha mais de mil livros, foi queimada no século XIII (GROSFOGUEL, 2016, p.34).

Nas Américas a discussão sobre a dominação ganhou um novo tom, nestas terras já habitavam diversas populações e povos indígenas, que foram desumanizados pelos conquistadores europeus por não possuírem conjuntos de crenças religiosas que caracterizassem, segundo os colonizadores, uma religião: “a lógica da argumentação era a seguinte: 1. Se você não tem uma religião, você não tem um Deus; 2. se você não tem um Deus, você não tem uma alma; e, por fim, 3. se você não tem uma alma não é humano, mas animal” (GROSFOGUEL, 2016, p.37).

Neste sentido, é perspicaz discutirmos a diferença entre a formação e a fundação do Brasil. O que podemos pensar como formação compreende os diversos povos, grupos, pensamentos, culturas e sociabilidades que compunham, e compõem, este território. Para a filósofa Marilena Chauí:

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. (CHAUÍ, 2000, p.6).

A fundação do Brasil, discussão próxima da realizada pela escritora

Chimamanda Adichie, nos traduz que determinados grupos sociais podem induzir a concepções únicas e, até mesmo, fantasiosas sobre os outros indivíduos, grupos, sociais e situações. Conforme Chauí:

A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. (CHAUÍ, 2000, p.7).

O Brasil é fundado sob o mito do descobrimento casual, mistificador dos interesses econômicos da Coroa Portuguesa. O processo de ocupação foi planejado antes do desvio de Pedro Álvares Cabral no Caminho para as Índias. São invenções e mitos que fundam a compreensão histórica do território onde este país se localiza. Segundo a estudiosa:

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais (CHAUÍ, 2000, p. 58).

Ao passo que se inventava o Brasil, o catolicismo foi utilizado para reafirmar os interesses expansionistas europeus, com fundamento na concepção de terra abençoada. Pero Vaz de Caminha cunhou: “Nosso Senhor não nos trouxe aqui sem causa” (CHAUÍ, 2000, p.58), ou, séculos mais tarde, Afonso Celso disse: “se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos” (CHAUÍ, 2000, p.58).

Tais concepções eram afirmadas através de ideias sobre um paraíso terrestre no Oriente, terra onde o Rei era o representante divino e seus anseios eram os desejos do próprio Deus, tanto que, quando os colonizadores avistaram as margens brasileiras denominaram-na, em primeiro momento, de Terra de Vera Cruz (CHAUÍ, 2000).

O que os europeus queriam diante de tais afirmações era, de maneira intencional, estabelecer elementos que justificassem a invasão do território, através de narrativas fantasiosas, ou míticas, com cunho religioso. Conforme a estudiosa, foram elaborados, durante os séculos XVI e XVII, três grandes concepções que justificavam a ação portuguesa:

O primeiro constituinte é, para usarmos a clássica expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que chamaremos aqui de elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo é oferecido, de um lado, pela história teológica providencial, elaborada pela ortodoxia teológica cristã, e, de outro, pela história profética herética cristã, ou seja, o milenarismo de Joaquim de Fiori. O terceiro é proveniente da elaboração jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus, a partir da teoria medieval do direito natural objetivo e do direito natural subjetivo e de sua interpretação pelos teólogos e juristas de Coimbra para os fundamentos das monarquias absolutas ibéricas (CHAUÍ, 2000, p.58).

O primeiro mito é concebido através das lendas medievais, na qual haveria um lugar naturalmente abençoado por Deus, lá a primavera e a juventude reinavam eternamente, terra onde homens e animais conviviam em harmonia. Segundo as tradições fenícias, esse se localizava a oeste do mundo conhecido, e tinha por nome Braaz na referida tradição e Hy Brazil segundo monges irlandeses. A primazia fundadora do símbolo do Oriente, segundo algumas concepções medievais, cunhava o Paraíso terrestre cercado por muralhas de pedra e rios bravios (CHAUÍ, 2000).

Conforme a filósofa Marilena Chauí:

Os escritos medievais consagraram um mito poderoso, as chamadas Ilhas Afortunadas ou Ilhas Bem-aventuradas, lugar abençoado, onde reinam primavera eterna e juventude eterna, e onde homens e animais convivem em paz. Essas ilhas, de acordo com as tradições fenícia e irlandesa, encontra-se a oeste do mundo conhecido (CHAUÍ, 2000, p.59).

A palavra oriente pode representar territórios como o Japão e a China que, segundo os europeus, mereciam ser dominados política e economicamente, mas era também alusivo ao Jardim do Éden. No medievo, a criatividade acerca do Oriente foi ainda mais profícua e diversos estudiosos, tais como Ovídio, Virgílio e Plínio, pregavam que esse era o reencontro entre os elos perdidos (CHAUÍ, 2000).

Os países revolucionários exprimem três cores em suas bandeiras nacionais afim de exaltar seu caráter político, mas o Brasil optou pela elaboração de um pendão quadricolor que exemplifica seu caráter a-histórico de estandarte da natureza, país ajardinado e Paraíso terreno. As consequências do deslocamento da realidade através de narrativas míticas e místicas deram ao território brasileiro ares de lócus ordeiro e pacífico e, neste sentido, as ações aqui tomadas são baseadas nos ideais de providência divina e predestinação (CHAUÍ, 2000).

Sagra-se, deste modo, a natureza enquanto parte do mito fundador.

Para Marilena Chauí:

Em contrapartida, estão presentes e visíveis três signos paradisíacos que um leitor dos séculos XVI e XVII compreende imediatamente: a referência à abundância e à boa qualidade das águas (dizendo tacitamente que a terra achada é cortada pelos rios de que fala o Gênesis), a temperatura amena (sugerindo tacitamente a primavera eterna) e as qualidades da gente, descrita como bela, ativa, simples e inocente (dizendo tacitamente que são a gente descrita pelo profeta Isaías) (CHAUÍ, 2000, p.62).

As riquezas materiais também estavam às vistas do interesse europeu, sinal prometido pelas profecias religiosas que acreditavam, e estavam certos pois os povos autóctones ao avistarem objetos brilhantes e dourados nas roupas e pertences dos primeiros navegantes apontavam para dentro do território, sinal de que haveria tais componentes no interior do território, local que os europeus denominaram de Sertões (CHAUÍ, 2000).

Para Marilena Chauí:

Essa produção mítica do país-jardim, ao nos lançar no seio da Natureza, lança-nos para fora do mundo da história. E, como se trata da Natureza-paraíso, não há sequer como falar num estado de Natureza à maneira daquele descrito, no século XVII, pelo filósofo inglês Hobbes, em que a guerra de todos contra todos e o medo da morte suscitariam o aparecimento da vida social, o pacto social e o advento do poder político. Nesse estado de Natureza paradisíaco em que nos encontramos, há apenas nós - pacíficos e ordeiros - e Deus, que, olhando por nós, nos deu o melhor de Sua obra e nos dá o melhor de Sua vontade (CHAUÍ, 2000, p.63).

Para afirmarem suas concepções, os europeus se pautaram em duas grandes teorias: a do direito natural objetivo e a do direito natural subjetivo. Segundo a pensadora:

A teoria do direito natural objetivo parte da ideia de Deus como legislador supremo e afirma haver uma ordem jurídica natural criada por Ele, ordenando hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e seu grau de poder, e determinando as obrigações de mando e obediência entre esses graus, em que o superior naturalmente comanda e subordina o inferior, o qual também naturalmente lhe deve obediência (CHAUÍ, 2000, p.64).

Já a segunda teoria:

A teoria do direito natural subjetivo, por sua vez, afirma que o homem, por ser dotado de razão e vontade, possui naturalmente o sentimento do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, e que tal sentimento é o direito natural, fundamento da sociabilidade natural, pois o homem é, por Natureza, um ser social (CHAUÍ, 2000, p.65).

Protegidos pelas teorias acima mencionadas, os colonizadores empreenderam e justificaram o que viriam a fazer com os indígenas. Conforme as teorias, os nativos eram essencialmente inocentes e deveriam ser salvos pelos colonizadores, pois os europeus acreditavam, segundo eles próprios, serem detentores do conhecimento e autorizados por Deus para realizar a salvação dos nativos, que, novamente conforme suas interpretações, eram sem nação, sem leis e sem rei (CHAUÍ, 2000).

Na concepção de Grosfoguel, a animalização dos povos indígenas, propagava uma lógica racista religiosa que perpassava a ação salvífica proposta pelos europeus, pois, como mencionado em parágrafos anteriores, não ter alma significava que não eram humanos e, por conseguinte poderiam ser dominados e escravizados. Para o pensador

Ainda que naquele tempo a palavra “raça” não fosse utilizada, o debate sobre ser ou não dotado de alma era essencialmente racista, à semelhança do discurso científico do século XIX. O debate teológico do século XVI tinha a mesma conotação do discurso científico do século XIX sobre a constituição dos seres humanos ou não humanos. Ambos eram debates sobre a humanidade ou a animalidade do outro, articulados pelo discurso racista institucionalizado pelos Estados, como a monarquia espanhola no século XVI ou os Estados-nação da Europa Ocidental no século XIX (GROSFOGUEL, 2019, p.38).

Segundo Marilena Chauí, a utilização das teorias do direito natural objetivo e subjetivo para afirmar a dominação europeia sobre os nativos empurravam estes à escravidão, pois: “a inferioridade objetiva dos nativos na hierarquia natural dos seres justifica que, subjetivamente, escolham a servidão voluntária e sejam legal e legitimamente escravos naturais” (CHAUÍ, 2000, p.66).

Quando perceberam que os povos indígenas tinham hábitos nômades e, portanto, não estavam afeitos às grandes lavouras, ou estabelecimento em uma determinada região durante grande período de tempo, os colonizadores começam a pensar novas estratégias para produzir riquezas nestas terras, segundo Chauí: “passa-se, então, a afirmar a natural indisposição do índio para a lavoura e a natural afeição do negro para ela” (CHAUÍ, 2000, p.67).

É o que nos expõe Grosfoguel sobre o trabalho das pessoas negras traficadas para o Brasil: “Enquanto os “índios” eram dispostos pela encomienda, sob um regime de trabalho imposto, os africanos, classificados como “povos sem alma”, eram trazidos para as Américas para substituir os “índios” no trabalho escravo” (2016, p.39). Começa a operar, nesse período, a substituição do racismo religioso para o racismo de cor, especialmente pelo preconceito que os europeus tinham para contra os/as mulçumanos/as. De modo que:

Com a escravização dos africanos, o racismo religioso foi complementado, ou vagarosamente substituído, pelo racismo de cor. Desde então o racismo contra o negro tornou-se uma estrutura fundamental e constitutiva da lógica do mundo moderno-colonial (GROSFOGUEL, 2016, p.39).

A história é o segundo elemento para que compreendamos o mito fundador brasileiro. A história teológica, da providência excelsa, transmuta a formação brasileira para uma história da vontade dos céus, do plano divino. Segundo Chauí, na antiguidade o tempo era dividido em dois: “o tempo cósmico como ciclo de retorno perene e o tempo dos entes como reta finita, marcada pelo nascimento e pela morte” (CHAUÍ, 2000, p.77).

Segundo Marilena Chauí o tempo bíblico, outra forma de interpretação temporal, tomado como verdade pelos colonizadores, é:

Diferentemente do tempo cósmico (natural) e épico (histórico), o tempo bíblico, como mostra Auerbach, é dramático, pois a história narrada é não somente sagrada, mas também o drama do afastamento do homem de Deus e da promessa de reconciliação de Deus com o homem. Relato da distância e da proximidade entre o homem e Deus, o tempo não exprime os ciclos da Natureza e as ações dos homens, mas a vontade de Deus e a relação do homem com Deus: o tempo judaico é expressão da vontade divina que o submete a um plano cujos instrumentos de realização são os homens afastando-se dele e dele se reaproximando por obra Sua (CHAUÍ, 2000, p. 72).

As profecias, no tempo bíblico, possuem papel fundamental, pois permitem ao ser humano interpretar o passado e o presente, através dos sinais divinos, e estes, passado e presente, estão sempre finalizados, por se tratar de uma promessa divina, ou seja, o destino da história é predeterminado pela divindade. Segundo essa linha de raciocínio: “o tempo não é repetição (cósmica) nem simples escoamento (humano), mas passagem rumo a um fim que lhe dá sentido e orienta seu sentido, sua direção” (CHAUÍ, 2000, p.72).

Além da dimensão profética, outras compõem a história no tempo bíblico e, conforme Marilena Chauí, compõem uma concepção indissociável e absoluta acerca da trajetória humana na terra. Conforme a pesquisadora as dimensões são: “providencial, unitária e contínua, teofania, epifania, salvífica, apocalíptica, universal e completa” (2000, p.73), que inter cruzadas compõem as análises cristãs sobre a realidade histórica. Para eles, os cristãos, essas dimensões são verdades absolutas, e usadas, para interpretar a realidade social e histórica a partir de uma concepção teocêntrica.

A dimensão apocalíptica, conforme Chauí, é matéria de grande relevância para os cristãos, que a denominam “plenitude dos tempos”, ou seja, a realização completa da vontade divina, o grande juízo final, que condenará os pecadores. Um relato Bíblico que versa sobre a temática apocalíptica e a ira de Deus que se abaterá sobre a humanidade é a narrativa de Sodoma e Gomorra (CHAUÍ, 2000).

A temática da sexualidade está presente nesta narrativa bíblica, traremos a seguir um trecho do personagem bíblico Ló. Ele foi agraciado pelo Senhor, pois era um homem benevolente, enquanto a cidade foi castigada por Ele, um dos pecados que levou a cidade à destruição era a homossexualidade:

Os dois anjos chegaram a Sodoma ao anoitecer, e Ló estava sentado à porta da cidade. Quando os avistou, levantou-se e foi recebê-los. Prostrou-se, rosto em terra, e disse: “Meus senhores, por favor, acompanhem-me à casa do seu servo. Lá poderão lavar os pés, passar a noite e, pela manhã, seguir caminho”.

(...)

Ainda não tinham ido deitar-se, quando todos os homens de toda parte da cidade de Sodoma, dos mais jovens aos mais velhos, cercaram a casa. Chamaram Ló e lhe disseram: “Onde estão os homens que vieram à sua casa esta noite? Traga-os para nós aqui fora para que tenhamos relações com eles”.

Ló saiu da casa, fechou a porta atrás de si e lhes disse: “Não, meus amigos! Não façam essa perversidade! Olhem, tenho duas filhas que ainda são virgens. Vou trazê-las para que vocês façam com elas o que bem entenderem. Mas não façam nada a estes homens, porque se acham debaixo da proteção do meu teto”.

(...)

Então o Senhor, o próprio Senhor, fez chover do céu fogo e enxofre sobre Sodoma e Gomorra. Assim ele destruiu aquelas cidades e toda a planície, com todos os habitantes das cidades e a vegetação. Mas a mulher de Ló olhou para trás e se transformou numa coluna de sal (Gênesis 19).

Os pecados, para os cristãos, colaboram para a ira de Deus e causam a desordem, portanto, para que a ordem seja restaurada é necessário que o tempo

divino aja sobre o tempo profano, ou mundano, estabelecendo novamente a ordem da moral judaico-cristã. O Paraíso era uma promessa divina e, ao ocuparem o Brasil, os europeus logo se recordaram do prometido, Conforme Chauí:

Nosso passado assegura nosso futuro num continuum temporal que vai da origem ao porvir e se somos, como sempre dizemos, “Brasil, país do futuro”, é porque Deus nos ofereceu os signos para conhecermos nosso destino: o Cruzeiro do Sul, que nos protege e orienta, e a Natureza-Paraíso, mãe gentil (CHAUÍ, 2000, p.77).

Sagra-se, deste modo, a história brasileira. O Brasil é parte da promessa divina, constitui-se nas profecias e se materializa no que os europeus denominaram descobrimento. A trajetória deste país é marcada pelo ideal histórico-teocêntrico, nada mais coerente com essa concepção que a sacralização de um pastor, ou seja, de um governante para o rebanho.

A sacralização do governante, presente na história brasileira, é representada pelos escritos da filósofa Marilena Chauí, pois, segundo o seu trabalho, o governante é o condutor terreno das vontades divinas. Neste sentido Deus e o governante representam: “um só rebanho, um só pastor. Uma só cabeça, um único cetro e um único diadema. A imagem teológica do poder político se afirma porque encontra no tempo profano sua manifestação: a monarquia absoluta por direito divino dos reis” (CHAUÍ, 2000, p.82).

A figura do rei medieval avança para o novo sistema econômico. No capitalismo, em seu estágio mercantilista, o poder é centralizado na realeza, o que possibilitou as grandes expansões e navegações do período, especialmente as expansões marítimas ibéricas. Neste período temporal, outra grande função das monarquias absolutas era assegurar a harmonia social entre o campesinato, com forte apego às estruturas feudais, e a burguesia urbana, que crescia graças às expansões mercantilistas (CHAUÍ, 2000, p.83).

Alguns instrumentos foram utilizados pelos portugueses, junto à expansão marítima, para que pudessem reafirmar seus ideais e construir legislações que garantissem o poder em suas mãos. Os instrumentos utilizados foram o direito romano, a burocracia dos funcionários e o direito divino. O primeiro instrumento assegura nas mãos do rei o poder absoluto sobre todas as propriedades, diferentemente do que acontecia no sistema feudal, que priorizava um modo, quase de castas, onde a fidelidade e a lealdade eram prioritárias (CHAUÍ, 2000).

A majestade estava acima da lei, e por ela não poderia ser imputada, para assegurar sua imputabilidade e soberania, o rei cerceava o Estado, e suas instituições, de burocratas nomeados que asseguravam o poder real, deste modo o segundo instrumento estava realizado. Esse aparelhamento estatal favoreceu a formação do que ficou denominado como estamento, que nada mais é do que o uso de troca de favores, favorecimentos, corrupção, abuso de poder, dentre outros. Segundo a pensadora:

O estamento, como lembra Faoro, é um grupo fechado de pessoas cuja elevação se calca na desigualdade social e que busca conquistar vantagens materiais e espirituais exclusivas, assegurando privilégios, mandando, dirigindo, orientando, definindo usos, costumes e maneiras, convenções sociais e morais que promovem a distinção social e o poderio político. Um estamento define um estilo completo de vida (CHAUÍ, 2000, p.85).

A grande amarração destes instrumentos se deu com a teoria do direito divino, uma espécie de poder teocrático, cuja soberania e poder do rei é uno, único e indivisível. Juntos o direito divino e os direitos naturais objetivo e subjetivos fizeram com que o poder teocrático se consolidasse no Brasil com o nome de Padroado Régio.

O papa Alexandre VI publicou, no ano de 1493, a bula papal *Inter Caetera*, que concedia à Portugal e Espanha o direito às terras descobertas além-mar. Essa concepção, conforme os historiadores Hoornaert, Azzi, Van der Grijp e Brod, tinha como objetivo principal criar um Estado cristão, na qual o rei governaria com as benções papais e coordenaria a expansão do cristianismo, especialmente do catolicismo para o território recém invadido.

Esse expansionismo do cristianismo tinha como um dos objetivos subjugar os povos que aqui habitavam, os indígenas, pois consideravam que eles eram pagãos e, portanto, deveriam ser catequizados e incorporados aos ideais cristãos. Os colonizadores acreditavam, segundo os pesquisadores, que: “os costumes trazidos pelos portugueses são cristãos, ao passo que os costumes e tradições indígenas são considerados de cunho pagão e gentílico. Os nomes portugueses são cristãos, os nomes indígenas são vinculados ao paganismo” (HOONAERT et al., 1977, p.157).

Além do expansionismo territorial dos europeus, especialmente os portugueses, havia o alargamento dos símbolos cristãos, ou seja, por onde passavam

erguiam capelas, oratórios e ermidas, pois consideravam que o território brasileiro era dominado por forças malignas, culpando as crenças religiosas indígenas, que os colonizadores denominavam de infiéis (HOONAERT et al., 1977).

Não há muitos relatos históricos sobre como a população indígena reagiu à invasão e dominação portuguesa, o que se sabe é que boa parte não aceitava o regime de escravidão no qual foram submetidos/as, assim como os/as africanos/as que foram traficados/as para cá, pois nesse processo eram separados/as de seus vínculos familiares. Devido a imposição forçada da fé católica e da escravidão, quando percebiam a oportunidade eles/as voltavam para as matas e para suas crenças (HOONAERT et al., 1977).

Os colonizadores impunham os símbolos católicos sobre os/as negros/as sequestrados e escravizados, impediam seus cultos e crenças religiosas, ou qualquer manifestação cultural, política e social que pudessem imprimir nos seus e na sociedade brasileira, não tiveram bibliotecas destruídas, como os mulçumanos, pois as tradições africanas se baseiam essencialmente na oralidade (GROSFOGUEL, 2016).

Muitos/as pagaram o preço da dominação com a vida, devido a perigosa e insalubre travessia a que eram submetidos/as. Outro modo de dominação era o silenciamento de suas tradições, culturas, crenças e pensamentos, de modo que: “nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento (GROSFOGUEL, 2016, p.40).

Para entendermos o Padroado Régio é importante que voltemos aos primórdios do cristianismo. Antes do período helenístico e de Constantino a religião cristã era perseguida pelos imperadores e pelos judeus, viviam sob as catacumbas e tinham seus cultos escondidos, por volta do ano trezentos começaram a assumir papel relevante naquela sociedade, até que foram elevados à religião oficial do Estado romano no mesmo século (HOONAERT et al., 1977).

O Império Bizantino e a Igreja oriental aceitaram pacificamente a junção entre Estado e cristianismo durante o período medieval. Entretanto, no Ocidente, essa junção foi um pouco mais controversa e violenta, especialmente entre o Império Carolíngio e o Germânico. Séculos mais tarde, por volta de mil e quinhentos, as nações anglo-germânicas adotaram o protestantismo como religião oficial,

agravando ainda mais a violenta disputa com a Igreja romana (HOONAERT et al., 1977).

Nas nações neolatinas a Igreja continuou dominando com mais estabilidade na Itália, Portugal e Espanha, onde agia sob as ameaças da Santa Inquisição e na França de modo mais conturbado e belicoso. Em Portugal, e nos territórios por ele ocupados, o padroado se tornou o principal sustentáculo da Igreja Católica e os reis portugueses tomaram para si o título de grão-mestre da Ordem de Cristo, com isso garantiram pleno domínio político e militar (HOONAERT et al., 1977).

No século XII foi criada a Ordem dos Templários, em Jerusalém, como parte das cruzadas medievais, séculos mais tarde a Ordem foi extinta pelo Papa e seus bens foram incorporados à Ordem de Cristo, que anos mais tarde também incorporou os bens da Ordem de São Bento e da Ordem de São Thiago (HOONAERT et al, 1977).

Com todos os bens e poder acumulados ao longo dos séculos a Ordem de Cristo se estabeleceu como uma grandiosa aliada da Igreja, e como estava sob a tutela do rei português ficava a ele disponível. Segundo os pesquisadores: “unindo aos direitos políticos de realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso principalmente nas colônias e domínios de Portugal” (HOONAERT et al, 1977, p.163).

Deste modo era facultado ao rei o recolhimento e administração da décima parte dos lucros do trabalho na terra, ou seja, o dízimo da Igreja. Além do dízimo, o rei de Portugal era quem escolhia os bispos e párocos, cuidava da manutenção dos templos e era incumbido de promover a fé católica. Nesse sentido a figura do rei era mais poderosa que a do Papa (HOONAERT et al., 1977).

Durante o período foi constituído um grupo de administração religiosa e política que visava a melhor organização das instituições de caridade, hospitais, espaços de culto, universidades, aldeamentos indígenas e outros. O nome do conselho era Mesa da Consciência e Ordens, composta por um presidente e cinco teólogos juristas. Outro grupo foi denominado Conselho Ultramarino, e funcionava como um organizador das petições coloniais que seriam enviadas ao rei e aos desembargadores (HOONAERT et al., 1977).

Apenas a Coroa portuguesa e o Papa, em Roma, estavam satisfeitos com o regime do Padroado Régio. Dos párocos aos arcebispos brasileiros se escutava

reclamações sobre a cobrança excessiva dos dízimos sobre uma população de fiéis extremamente empobrecida, salvo pequena parcela de proprietários de terras. Conforme a historiadora Lana Lage da Gama Lima:

Nas terras coloniais, os dízimos incidiam sobre produtos agrícolas, como algodão, açúcar, cacau, café e outros; sobre o gado vacum e cavalar, e ainda sobre galinhas, leitões, cabritos, ovos, hortaliças. Os contratadores compravam do governo, a preço fixo, o direito de cobrar os dízimos por determinado período e, obviamente, o valor de seu lucro dependia da eficiência em arrancar esse tributo da população colonial, já suficientemente onerada com inúmeras taxas. (GAMA LIMA, 2014, p.48)

Segundo a pesquisadora, os conflitos entre os representantes da Igreja e os/as fiéis, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, eram frequentes, pois todos os serviços eram cobrados, seja em ouro ou no dinheiro da época, as cobranças eram denominadas de conhecenças. Outro ponto importante de compreensão do Padroado Régio no Brasil tange o ensino jurídico e a influência do catolicismo sobre a educação jurídica luso-brasileira. Conforme a pesquisadora:

O pagamento dos dízimos era dever de todos, até dos que recebiam isenção dos tributos régios, como os capitães donatários e seus sesmeiros. Mesmo os comendadores e cavaleiros das ordens militares eram obrigados a pagá-los e, entre os religiosos, somente os jesuítas estavam isentos deles, por determinação papal. Nem os índios escaparam totalmente dessa obrigação, embora a legislação oscilasse entre a cobrança e a isenção, e a sua costumeira pobreza acabasse por livrá-los de fato desse tributo (GAMA LIMA, 2014, p.48).

Para a historiadora Patrícia Carla de Melo Martins, no século XIX, auge do Império brasileiro, o país era comandado por Dom Pedro II e o Direito tinha grande influência na sustentação da monarquia imperial. Como mencionamos acima o Direito natural era fortemente propagado neste território e o neotomismo se entranhava como principal linha teórica dos juristas das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo e Recife (MELO MARTINS, 2011).

O Direito, educação formal da época, e a política estavam fortemente interrelacionados, pois o primeiro era subsídio para as ações da segunda. Segundo a pesquisadora:

Os magistrados ocupavam a maioria dos cargos de deputado, senador e ministro, compondo majoritariamente a esfera parlamentar monárquica. A ideologia promovida pelas Faculdades de Direito tornava-se, assim, a chave

para a continuidade das estruturas de poder da corte portuguesa na esfera política do Brasil (MELO MARTINS, 2011, p.77).

A filosofia tomista, em grande resumo, busca interpretar a realidade histórica a partir da concepção de que há uma junção entre o poder celestial o terreno, na qual a monarquia é a que melhor representa a continuidade desse poder. A teoria se aproxima dos estudos de Marilena Chauí, pois, conforme Melo Martins: “o neotomismo é visto, aqui, como uma metodologia de compreensão do passado, presente e futuro do Brasil, que opera especialmente nas relações de poder dispostas num estamento social hierarquizado” (MELO MARTINS, 2011, p.84).

O neotomismo era utilizado politicamente pelos detentores de poder, especialmente os latifundiários e representantes do poder público para que preservassem seu poderio, além de conservar a estrutura social que os mantinha em tal posição criando, deste modo, um valor cultural e simbólico sobre a sociedade brasileira à época (MELO MARTINS, 2011). Essa compreensão de estrutura social coopera na preservação da heteronormatividade, do binarismo de gênero e para a violência contra população LGBTQIA+.

2.1 Colonialismo, Patriarcado e Racismo: Fundamentos da Heteronormatividade

Para tentarmos responder o problema de pesquisa deste trabalho: “os assistentes sociais de Ibiporã exercem o Serviço Social sem discriminar, por questões de orientação sexual e identidade de gênero na Política Municipal de Assistência Social?”, é importante conhecermos quem é a população LGBTQIA+ no Brasil, especialmente a parcela atendida pelo Serviço Social. Essa população, ao longo dos séculos, foi marginalizada pela sociedade brasileira e suas demandas foram paulatinamente postas à invisibilidade.

O Serviço Social, nas últimas décadas, coloca-se em defesa dessa população discriminada no Brasil, mas os/as profissionais foram criados em uma sociedade que contribui para a manutenção do preconceito. Se a proposta do Código de Ética do/a Assistente Social é o exercício do Serviço Social sem discriminar por questões de orientação sexual e identidade de gênero, é salutar que interpretemos como foi constituída a visão dos/as LGBTQIA+ no Brasil.

Desse modo, os relatos da época da invasão do território, que mais tarde se denominou Brasil, pelos europeus remontam um verdadeiro Paraíso em terra

habitado por seres mitológicos, devido a vasta fauna, flora e diversos povos indígenas que causavam admiração e estranhamento aos colonizadores. Muitos europeus repudiavam os indígenas porque possuíam concepções morais, culturais, religiosas e sociais completamente distintas dos brancos (TREVISAN, 2018).

Carl Friedrich von Martius, botânico alemão que percorreu o Brasil no início do século XIX, dizia que os indígenas “encontravam-se física e moralmente decadentes” e a evidência para tanto era biológica pois tinham “os pênis, geralmente pequenos e de difícil ereção, apesar de tratar de homens altos e musculosos”. Gabriel Soares de Sousa, no século XVI, apontava que os homens eram sexualmente frios, “ao contrário de suas mulheres - que seriam exigentes e ardorosas, com atividade sexual indo dos doze aos setenta anos” (TREVISAN, 2018).

Existem diversos relatos dos visitantes europeus ao Brasil que exprimem a repulsa moral que sentiam ao adentrar o Paraíso, pois era comum a poliandria e a poligamia entre os indígenas. O jesuíta José de Anchieta, por exemplo, “confessou nunca ter ouvido falar de um índio que tivesse matado sua mulher por causa de adultério ou ciúme”, Gabriel Soares, outro português, relatou que “as índias chegavam a arranjar novas amantes para seus próprios maridos” (TREVISAN, 2018, p. 62).

Apesar de julgarem e condenarem como imoralidade o comportamento dos indígenas citados acima, nada era mais desprezível que a homossexualidade, pois “entre os costumes devassos dos habitantes desse Paraíso tropical, nada chocava mais os cristãos que a prática do “pecado nefando”, “sodomia” ou “sujidade” (TREVISAN, 2018, p. 63).

A tradição judaico-cristã construiu no medievo o desprezo, a abominação e o preconceito acerca das relações homossexuais, tratando a sodomia como o mais grave e impronunciável pecado contra a natureza, portanto nada mais óbvio que o ritual de iniciação às trevas começasse com um “beijo no cu”, por se tratar da parte mais vergonhosa do corpo. O historiador Luis Mott traz alguns relatos que confirmam essa prática:

Em 1559, as bruxas devassadas pela rainha D. Catarina confirmam o mesmo ritual escatológico: “levantando com as mãos o rabo do Demônio, lhe dão um beijo nele por mandar assim. E tanto que lho dão, logo aí dorme com elas carnalmente”.

As bruxas espanholas dão mais detalhes: “adorando o Diabo como seu Deus, beijam-lhe a mão esquerda, a boca, o peito e as partes vergonhosas,

levantando o rabo (igual ao que possuem os faunos), descobrem as partes que são muito feias e tem-nas sempre sujas e muito hediondas, e beijam-no também nelas, debaixo da cauda. Enquanto o beijam, recebem uma ventosidade de muito mal cheiro (MOTT, 1988, p.134).

A partir da narrativa mítica cristã, Satanás, enquanto anjo de luz era assexuado e posteriormente a sua expulsão do paraíso reuniu em si toda luxúria presente no mundo, tornando-se o primeiro símbolo sexual, capaz de travestir-se e enganar Eva na Fábula do Jardim do Éden.

Apesar dos aconselhamentos, tido como divinos, para reprodução da máxima “crescei e multiplicai-vos”, os cristãos sempre mantiveram suas relações sexuais cercadas por medo, tabus e condenações e o desejo sexual sempre foi limitado pelos pensadores cristãos ao longo do tempo, pois estes almejavam que os fiéis imitassem a pureza assexuada do Senhor. Segundo o estudioso:

Apesar da ordem divina do “crescei e multiplicai-vos”, o sexo na tradição judaico-cristã sempre foi alvo de uma série de tabus, abominações e cuidados. O ideal de perfeição para os cristãos devia ser o celibato. Considerando, porém, que apesar da força do espírito, a carne sempre foi fraca, o celibatário Apóstolo Paulo, o principal intérprete de Cristo, prudente recomendava: “É melhor casar, do que se abrasar”. Deus, segundo ensina o Catecismo, “é um puro espírito, perfeitíssimo, eterno e criador do céu e da terra”. Como espírito puro, obviamente, assexuado (MOTT, 1988, p.122).

Durante os séculos passados, o misticismo dominava a cristandade, eram milagres, revelações e até casamentos místicos, algumas santas como Tereza d'Ávila, reconhecida Doutora da Igreja, relata um encontro íntimo com o Senhor onde descreve um verdadeiro êxtase sexual (MOTT, 1988).

A castidade se tornou central na vida dos cristãos, pois a virgindade se equiparava a construção de que Deus e os anjos são assexuados; neste sentido, Lúcifer vociferava suas tentações carnis aos degredados filhos de Eva, utilizava a mulher como instrumento de suas ações pois esta foi “a primeira pecadora”.

Na Europa, conforme documentos da Santa Inquisição espanhola, o demônio se caracterizava enquanto um homem negro. Outrossim não é de se duvidar que Belzebu se encarnasse também enquanto negro em terras tupiniquins, demonizando as religiões e tradições de matriz africanas (MOTT, 1988).

Segundo Luis Mott:

De acordo com as bruxas espanholas de Zugarramurdi, processadas pela Inquisição de Logroño em 1610, assim se mostrava Belzebu: Tinha o rosto

muito triste, feio e irado. Tem figura de homem negro, com uma coroa de cornos pequenos e três grandes, como se fossem de bode. Dois têm-nos na nuca, e um outro, na frente, com o qual dá luz, iluminando todos que estão a seu redor. A claridade é maior do que a da Lua, e muito menor do que a do Sol, mas basta para que todas as coisas sejam vistas e reconhecidas. Os olhos têm-nos redondos, grandes, muito abertos, acesos e espantosos. A barba, como de cabra; o corpo de tamanho como entre homem e bode; as mãos e os pés com dedos de gente, mas todos do mesmo tamanho e pontiagudos; as unhas, como garras; as mãos curvas como ave de rapina e os pés como se fossem de ganso. Tem uma voz espantosa, desafinada, e quando fala, soa como burro quando relincha, mas em tom baixo. E quando fala, as palavras são mal pronunciadas e não se entende claramente. Fala sempre com voz triste ou rouca, ainda que com muita gravidade e arrogância. O seu semblante é muito melancólico e parece estar sempre encolerizado (MOTT, 1989, p.125).

Outro relato, dessa vez de uma freira católica residente na Bahia traz novamente a figura de um demônio negro. Conforme Mott:

A mais famosa “santa” baiana, sóror Vitória da Encarnação (século XVII), até hoje cultuada no seu Convento do Desterro, teve várias visitas do Maligno. Descreve-o tanto como “disforme etíope com horrendo aspecto”, como “um fantasma de palhas, marchando para sua direção no corredor do dormitório de seu convento, ao som de marimbas, trombetas e tambores, como um estrondo”. Viu-o também sob o aspecto de um molequinho negro, bailando ao som de pandeiro, fazendo muitos trejeitos e macaquices. Assustou-se muito a humilde freirinha quando o Tição apareceu-lhe sob forma de um monstruoso pato, que voando pelo corredor do claustro, tudo fazia para pousar em sua cabeça (MOTT, 1988, p.127).

Era habilidade do “coisa ruim” auxiliar suas esposas e amantes nas tarefas domésticas, consideradas tipicamente femininas, como foi construído a partir da divisão sexual do trabalho, e por conseguinte escarnecia aos padrões sexuais naturais e assumia comportamentos desviantes, incluindo o homoerotismo e a sodomia.

Cabe ressaltar que as mulheres europeias eram portadoras de diversos conhecimentos sobre astronomia, biologia, ética ou outras áreas do conhecimento devido com raiz no xamanismo ancestral indo-europeu. A perseguição foi intensificada com o avanço do capitalismo e colonialismo europeu durante os séculos XVI e XVII expressa pela Inquisição católica.

Neste sentido, “a Inquisição foi a vanguarda dos ataques. A acusação era um ataque a milhares de mulheres, cuja autonomia, liderança e conhecimento ameaçavam o poder da aristocracia, que se tornava a classe capitalista transnacional tanto nas colônias quanto na agricultura europeia” (GROSFOGUEL, 2016, p.42).

Oficialmente a Santa Sé nunca admitiu que o demônio fosse homossexual pois os oficiais da Igreja não admitiam que Lucifer assumisse tal comportamento e acreditavam que a sodomia era um crime indigno, abominável e horroroso até mesmo para ele (MOTT, 1988).

Luis Mott nos traz um exemplo dessa demonização das relações homoafetivas, a declaração que se segue foi retirada de um depoimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e está presente no trabalho do autor:

Após confessar inúmeras transas com o Rabudo Súcubo, este demonopata “disse mais, que também com Demônio se tratava torpe e lascivamente, ambos com forma de homens, metendo os membros pelas pernas um do outro, e derramando entre elas. E o que o Demônio derramava era coisa fria, e quando o Diabo o procurava pelo vaso traseiro, sempre sentiu que o penetrava e derramava dentro dele coisa fria. Sentia grande dor e aspereza, a barriga lhe começava a doer e sentia nela alguma inchação, e de seu mesmo vaso traseiro deitava sangue. E depois que veio apresentar-se nesta Inquisição, ainda teve cópula com o Diabo, servindo de mulher, e o diabo teve com ele pelo modo de Sodomia que tem declarado, e sempre o Diabo o advertiu para que no Santo Ofício não confessasse nada no que com ele tinha passado, dizendo-lhe que se confessava, lhe havia de dar rigorosos castigos, mas não lhe disse quais haviam de ser (MOTT, 1988, p.142).

Os colonizadores expunham o quanto estavam pasmos com o comportamento sexual e afetivo dos indígenas pois a homossexualidade era considerada um pecado *clamantia peccata*, ou seja, que clamava o céu e maculava a honra do próprio Deus. Tanto que os europeus duvidavam que os povos autóctones fossem realmente seres humanos devido suas crenças, tradições e práticas (TREVISAN, 2018).

Os Tupinambás e Tupinaés não enxergavam a homossexualidade com olhar discriminatório, tanto que possuíam tendas públicas onde mantinham relações sexuais entre si. Dentre os povos indígenas existia o xingamento com o palavrão *tivira/tibirô*, que se traduziria como “viado”, era comum a existência de homens castrados chamados *cudinas*, que se dedicavam a atividades consideradas femininas como: fiar, tecer, fabricar potes. Os *cudinas* eram comuns entre os indígenas Guaicuru e os Guaicuru-Caduveo (TREVISAN, 2018).

Na metade do século XVIII, o alemão Avé-Lallement afirmava que entre os índios Botocudo não existiam homens e mulheres, mas homens-mulheres e mulheres-homens, visto que a estrutura física de ambos os sexos não se distinguia entre si. Já Karl von den Steinen, em andança pela tribo Bororó, presenciou que dentro

do Baito, casa de homens iniciados, havia relações sexuais entre os membros e a dedicação em trabalhos considerados delicados (TREVISAN, 2018).

O Padre Pero Correa relatou no ano 1551 a presença de *tribades*, ou seja, mulheres em papéis masculinos que empunhavam armas e eram casadas com outras mulheres. Em 1576 Pero Magalhães de Gândavo também transcreveu a presença de mulheres que se relacionavam com outras mulheres na tribo Tupinambá de modo que o causara espanto o corte de cabelo masculino, a presença na guerra, na caça, o uso de flechas e de terem mulheres que as serviam (TREVISAN, 2018).

Gabriel Soares de Sousa, escritor, relatou em 1587 que: “umas mulheres que dizem ter uma só teta, que pelejam com arco e flecha, e se governam, na Bahia” e o colonizador Ambrósio Fernandes Brandão afirmava a existência de Amazonas entre as mulheres indígenas que se conservavam virgens e se exercitavam através da caça de animais selvagens e eram denominadas Icamiabas (TREVISAN, 2018). Conforme João Silvério Trevisan:

Século mais tarde, antropólogos e pesquisadores encontram sinais de sua existência nas narrativas míticas de tribos brasileiras, que fazem várias referências às Icamiabas, isto é, mulheres sem homem ou sem marido. Como no estreito quadro ideológico da época não se suponha que a sexualidade feminina pudesse independar do homem, tal fenômeno era atribuído a uma disfunção masculina. Assim, o jesuíta Pero Correa não hesitava em associar a existência das Icamiabas à difusão do “pecado contra a natureza” entre os índios varões (TREVISAN, 2018, p.66).

Como era inconcebível que uma mulher se satisfizesse sexualmente sozinha ou em companhia de outra mulher, o padre Pero Correa não tardou em culpabilizar os homens pela existência das Icamiabas, tal culpa era devido a difusão da sodomia entre os membros masculinos das tribos. O padre os tratava como “bugres ou “gentios”, termos utilizados desde o início da cristandade até o medievo para referir-se aos hereges e homossexuais, visto que o pecado nefando e a heresia eram teologicamente similares (TREVISAN, 2018).

A chegada de europeus em meio a natureza intacta e a costumes diferentes dos valores e princípios morais relacionados às sexualidades criaram um fascínio nos colonizadores, que acabavam de sair de um território marcado pela disputa doutrinária entre católicos e protestantes e que eram constantemente vigiados pela Santa Inquisição. Em 1551 o padre Manoel da Nóbrega cunhou que “andam muitos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e sendo cristãos vivem em

seus bestiais costumes” (TREVISAN, 2018, p. 67).

O holandês Caspar van Baerle, no século XVII, cunhou a expressão “ultra equinoxialem non peccari” que se traduz como: “para além do Equador, não há pecado”, e entre os imigrantes que aqui aportaram nos séculos seguintes tal ideia foi consensual visto as regras morais cristãs pareciam não pesar sobre este território. Pierre Moreau relatou o caso de um capitão holandês que foi condenado a prisão na ilha de Fernando de Noronha e depois em Amsterdam por práticas de sodomia. No século XVII, Hermann Wätjen e o francês Vicent Soler reafirmavam a prática da sodomia no Brasil: “Il me semble que je suis dans Sodome, et encore pis” que se traduz como: “Pareço estar em Sodoma, e pior ainda” (TREVISAN, 2018).

A homossexualidade não era a única grande preocupação dos europeus, pois prostituição e casos extraconjugais eram frequentes em Salvador, Recife, Rio de Janeiro. O interior do país também tomava parte dos discursos moralistas à época. Conforme Trevisan, em 1828 Victor Jacquemont pontuou que: “jamais tivera o desgosto de ver gente tão indecente quanto os brasileiros” (2018, p.69), situação que não mudou com a vinda da família real para o Brasil e a posterior ascensão de Dom Pedro I ao cargo de imperador em 1822, pois o monarca era amante de várias mulheres.

Segundo o pensador:

Algo semelhante ocorria na Bahia e no Rio de Janeiro dos tempos coloniais, onde a permissividade podia ser medida pela prática da prostituição, considerada incontrolável. Viajantes estrangeiros contam que, em ambas as cidades, as próprias damas portuguesas vestiam e enfeitavam suas escravas, para prostituí-las nas ruas como mais uma fonte de renda (TREVISAN, 2018, p.69).

O sentimento hedonista reverberava pelo Brasil Imperial, especialmente quando o assunto era religiosidade, propagava-se devoções e festas religiosas com sentimentos pagãos: “os mais populares santos brasileiros eram aqueles associados à sexualidade e à procriação, fosse para unir os sexos ou para proteger a materialidade – como Santo Antônio, São João, São Pedro, Nossa Senhora do Ó, do Bom Parto” (TREVISAN, 2018 p. 127) e as igrejas tornavam-se os locais de encontros amorosos.

A comoção social em torno das festas religiosas era enorme, e a população vivia e estabelecia suas relações a partir dos festejos, procissões e

eventos. Conforme Trevisan:

No entanto, é curioso notar como tal disponibilidade erótica andava de mãos dadas com a prática mais estrita e retumbante da religião católica. Mesmo corroído por doenças venéreas e marcado pela sífilis, todo e qualquer homem ia rezar o terço e as ladainhas (dentro de casa ou nas igrejas), em geral intermináveis, que eram entoadas por negros e escravos (TREVISAN, 2018, p.125).

A sociedade extremamente repressora à época favorecia que os limites para as mulheres brancas, por exemplo, circunscreviassem-se ao lar e o único ambiente propício aos namoros, encontros e adultérios eram as igrejas. Os próprios líderes religiosos eram amasiados com indígenas e negras, alguns eram mais discretos e mantinham caseiras ou comadres com numerosos afilhados e sobrinhos que esmeravam os sacerdotes como pai (TREVISAN, 2018).

Nos séculos XVII e XVIII era vistoso à sociedade que as famílias tivessem filhos/as que fizesse parte do clero e, para tanto, submetiam compulsoriamente os homens à carreira. Processo semelhante acontecia nos conventos femininos, mas os motivos eram variados. Nas palavras de Trevisan:

havia aquelas que tinham ido para o convento por vontade própria, após um desencanto amoroso, e outras que, ao perder a virgindade antes do casamento, tinham sido enclausuradas pelos pais, além da óbvia presença de viúvas e esposas infiéis para ali enviadas compulsoriamente” (TREVISAN, 2018, p.130).

Era comum a presença de escravas que serviam algumas freiras de famílias abastadas. Conta-se que no Convento de Desterro, na Bahia, residiam setenta e cinco freiras que eram servidas por quatrocentas escravas. Segundo o pesquisador:

Como parte de seus costumes sociais de origem, essas ricas mulheres eram com frequência servidas por um batalhão de escravas que realizavam todo o trabalho manual – caso do Convento do Desterro, na Bahia, onde havia quatrocentas escravas para 75 freiras. Pode-se imaginar que isso tornava ociosa a vida monástica. Daí a existência de numerosas festas profanas, com a promoção de bailes pastoris e até folias carnavalescas dentro dos conventos (TREVISAN, 2018, p.131).

Outro fato comum era a realização de grandes festas, com bailes e folias carnavalescas onde se supõe que as religiosas podiam quebrar seus votos de castidade, tanto que: “a famosa lésbica Felipa de Souza, perseguida pela Inquisição

em Salvador, no final do século XVI, vangloriava-se de ter transado com freiras dentro de um mosteiro local” (TREVISAN, 2018, p.130).

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII os católicos espanhóis, portugueses, franceses e italianos puniam severamente os/as homossexuais e as práticas punitivas também eram comuns por parte dos ingleses, suíços e holandeses protestantes. As punições iam de multas, aprisionamento, confisco de bens, banimento de cidade ou país, trabalhos forçados até a marcação do corpo em brasa, escárnio e açoite público, empalamento, afogamento e a morte na fogueira. Os castigos independiam de classe ou posição social dos condenados (TREVISAN, 2018).

De 1536 até 1765 funcionou, por intermédio da Igreja, um mecanismo moral e doutrinário denominado Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, estratégia de contrarreforma da instituição religiosa que punia com severidade as heresias e pecados cometidos pelos fiéis. Em Portugal o Tribunal funcionou como forma de controle do clero e da realeza para com a colônia distante, o Brasil, que não era afeito a rigorosidade dos preceitos divinos e da Coroa Portuguesa (TREVISAN, 2018)

Mesmo com documentação de difícil acesso, acredita-se que a primeira Visitação Inquisitorial se deu no ano de 1591 na Bahia e seguiu para Pernambuco, onde ficou dos anos 1593 até 1595. O Santo Ofício também visitou o Rio de Janeiro e posteriormente primou a ação em Salvador, capital da colônia, de 1618 até 1621 e em 1646 a Inquisição foi retomada na cidade pela ação do clero local (TREVISAN, 2018).

Alguns processos inquisitoriais foram instaurados em outras regiões brasileiras, tais como: Paraíba, Minas Gerais, Maranhão e Pará. Devido as poucas informações disponíveis do período supõe-se que o auge da Inquisição no Brasil foi durante o século XVIII por incentivo dos comissários visitantes no Brasil ou por solicitação das autoridades da Colônia, tanto que em 1645 o encarregado provincial dos jesuítas na Bahia escreveu que estava espantado com as práticas judaicas e nefandas. (TREVISAN, 2018)

Havia no período uma disputa de poder entre as igrejas nacionais e o poder secular, e este se curvava diante de Roma afim de se beneficiar politicamente das atrocidades cometidas pelos julgamentos inquisitoriais. A aproximação do Estado com a Igreja era uma forma de perseguir inimigos políticos e se apoderar das riquezas dos condenados (TREVISAN, 2018).

As punições da Santa Inquisição eram variáveis e iam de “flagelações, penitências públicas, multas em dinheiro, confisco total ou parcial de bens, degredo, trabalho forçado nas galés, prisão perpétua” até a condenação à morte por fogueira, cumprida pelo Tribunal secular pois a Igreja se recusava a cumprir a sua própria condenação (TREVISAN, 2018).

A Santa Inquisição não distinguia as pessoas quando o assunto era a punição de seus pecados. Os pecadores condenados ou suspeitos pertenciam a variadas profissões: iam de governadores, profissionais liberais, artistas, militares, comerciantes, sacerdotes, senhores de escravos até escravizados, indígenas, mulheres e pessoas em situação de extrema pobreza (TREVISAN, 2018).

As denúncias costumavam levar em consideração a sexualidade dos brasileiros visto que no ano de 1593, um lavrador relatou aos visitantes que “viu estar a dita Maria Roiz deitada de costas e sobre ela deitada de bruços Ana, ambas com as fraldas arregaçadas fazendo uma com a outra como se fosse homem com mulher” e que “não lhes viu nenhum instrumento penetrante” (TREVISAN, 2018).

Em 1594 Baltasar da Lomba, solteiro de aproximadamente meia idade, ou idoso à época, era conhecido por coser, fiar e amassar (o pão) como mulher foi acusado de sodomia com vários índios e também foi avistado com um escravizado em pleno ato sexual. Em 1591 o padre Frutuoso Álvares confessou ao Visitador, na Bahia, “ter cometido a torpeza dos tocamientos desonestos com algumas quarenta pessoas, pouco mais ou menos, abraçando, beijando” (TREVISAN, 2018, p.138), mantivera contato com rapazes conhecidos, cujos nomes forneceu ao inquisidor, e com outros desconhecidos (TREVISAN, 2018).

A Inquisição no Brasil foi obrigada a abrandar suas punições devido a longitude e amplitude do território e a instabilidade da vida social creditada aos perigos naturais do país selvagem. As macabras prisões e masmorras europeias transmutaram-se em cadeias comuns com janelas para a rua, onde os aprisionados pediam esmolas e doações durante os intercursos processionais (TREVISAN, 2018)

As denúncias de delitos de cunho sexual eram altas durante a Visitação a Salvador em 1591 “dentre cento e vinte confissões, quarenta e cinco referiam-se a transgressões de ordem sexual, tais como: “sodomia, tribadismo, pedofilia erótica, produtos de hiperestesia sexual a mais desbragada” (TREVISAN, 2018, p.139).

O Tribunal do Santo Ofício funcionava da seguinte forma: havia uma

confissão e interrogatório do réu e ouvia-se as testemunhas de acusação e defesa em sigilo, nos casos de crime de sodomia apenas uma testemunha de acusação era suficiente visto que a condenação e punição era “de primeira necessidade numa república cristã” como argumentou um promotor inquisitorial (TREVISAN, 2018).

Desde 1500 o Brasil foi influenciado por concepções eurocêntricas, os Códigos Civis e Penais eram relacionados com o direito romano e canônico quanto às matérias morais das pessoas que aqui residiam. Em 1446 as Ordenações Afonsinas foram editadas em Portugal sob o mando do rei Afonso V (TREVISAN, 2018).

Em 1521 foram publicadas as Ordenações Manuelinas sob a vontade de Dom Manuel e em 1603 as Ordenações Filipinas foram solicitadas por Filipe I. Nas ordenações Manuelinas, que ficaram em vigência por duzentos anos as práticas homossexuais eram equiparadas ao crime de lesa-majestade, punível com a fogueira, confisco de bens e infâmia sobre os filhos e descendentes do condenado” (TREVISAN, 2018).

As Ordenações Filipinas vigoraram de 1603 até meados da Proclamação da Independência, com pequenas alterações em 1823. Nas Ordenações os homossexuais, quaisquer que fossem as práticas, deveriam ser queimados sem direito à sepultura ou memória, seus bens deveriam ser confiscados pela Coroa e os descendentes ficariam infames tal qual quem cometesse crime de lesa-majestade (TREVISAN, 2018).

Na supracitada Ordenação também foram incluídas as mulheres lésbicas e bissexuais “que umas com as outras cometem pecado contra a natura, e da maneira que temos dito nos homens” (TREVISAN, 2018, p.161), e aquele que conhecesse e não denunciasse alguém que praticasse qualquer ato sexual desviante da heteronormatividade era condenado ao degredo perpétuo fora de Portugal e das suas colônias (TREVISAN, 2018).

Independentemente da condição social do indivíduo, o crime de sodomia não era passível de diminuição de pena ou misericórdia e as punições para transexuais e pessoas que subvertessem a ordem social das vestimentas destinadas a homens e mulheres, ou quem usasse máscaras contrárias as suas designações sexuais biológicas iam de açoite público até o degredo de dois anos para mulheres e três anos para homens (TREVISAN, 2018).

A lei não era válida em casos de festas, jogos ou procissões. No Brasil colonial ainda imperavam as legislações religiosas da Igreja, separadas da

Justiça secular e do Tribunal da Santa Inquisição, tais como as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, Primaz do Brasil, que vigorou de 1707 até 1900 (TREVISAN, 2018).

A sodomia, segundo as Constituições eclesiásticas, era:

tão péssimo e horrendo crime (...) e provocava tanto a ira de Deus, que por ela elevam-se tempestades, terremotos, pestes e fomes, e se abrasaram e subverteram cinco cidade, duas delas somente por serem vizinhas de outras onde se cometia (TREVISAN, 2018, p. 163).

Por isso era proibido o nome sodomia e incentivado o uso da alcunha pecado nefando, pois: “nefando, que é o mesmo que pecado que não se pode falar, quanto mais cometer” (TREVISAN, 2018, p. 163).

Vergonhosa até para a ideia que os religiosos à época possuíam sobre o Demônio, quem a cometesse deveria ser entregue ao Tribunal da Inquisição. As punições previstas para as mulheres, eram três anos de exílio fora do arcebispado, para as travestis a pena era o pagamento de cem cruzados e o banimento do arcebispado e se fosse religioso consagrado era desligado do trabalho e banido para a África (TREVISAN, 2018).

A Revolução francesa ecoava no Império brasileiro através do novo Código Criminal, aprovado posteriormente à Constituição do Império, no ano de 1830 que eliminou juridicamente a figura da sodomia por influxo dos Códigos europeus: o Napoleônico de 1810 e o Napolitano de 1819. O novo Código bebia do pensamento de Jeremy Bentham. Os iluministas se calcavam na ideia de que se fosse exercida sem violência ou atentado ao pudor público as práticas não deveriam cair sob o julgo da lei (TREVISAN, 2018).

As transições, referente às legislações brasileiras, são complexificadas pelas reatualizações do Código Imperial que mascarava o preconceito relacionado a diversidade sexual, especialmente quando o assunto eram crimes por ofensa a moral e aos bons costumes praticados em público. Os LGBTQIA+ foram enquadrados enquanto pessoas cuja existência feria a moral e bons costumes à época e recaíam sobre eles a repressão policial (TREVISAN, 2018).

A pena para os crimes que atentavam o Código estabelecido era a privação de liberdade por dez a quarenta dias e multa correspondente a metade do tempo. Nos anos 1890 surge um novo Código Penal no Brasil, o republicano, neste a

concepção de ofensa à moral continuou vigorando como crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias e ultraje público ao pudor, a pena para o ato público era de seis meses de prisão (TREVISAN, 2018).

As pessoas travestis eram punidas com quinze a sessenta dias de reclusão e o crime era denominado de contravenção, a noção criminosa partia da doutrina de que ao tomar vestes do sexo biológico oposto ao documentado e socialmente aceito uma pessoa enganava publicamente a sociedade. No ano de 1932 foi proibida a circulação no Brasil de qualquer material que ofendesse a moral pública, tais como folhetos, livros, periódicos, jornais e gravuras e a pena para o propagador variava de seis meses a dois anos de reclusão, com acréscimo de multa e o recolhimento dos materiais (TREVISAN, 2018).

2.2 Estado Republicano e a Influência do Higienismo e da Eugenia nas Políticas Sociais Brasileiras

Em 1940 novo Código Penal foi aprovado, mantendo o crime por ultraje ao pudor tal qual o promulgado em 1932. A pena correspondia a detenção de seis meses a dois anos e pagamento de multa. Um novo aparelhamento estatal foi implementado no mundo, e conseqüentemente, no Brasil: os dispositivos médico-legais foram adotados para legitimar cientificamente os preconceitos contra a parcela populacional estudada.

As punições jurídicas foram abrandadas com o advento das Revoluções Francesa e Industrial e um novo dispositivo de controle social ganhou visibilidade nas décadas e séculos seguintes, tal mecanismo se enquadrava nas categoriais médico-legais e apareceram os primeiros higienistas, médico-legistas e psiquiatras. Nesse contexto as práticas médicas ganharam força e diminuíram o controle familiar sobre o corpo dos indivíduos, especialmente as crianças e pessoas mais vulneráveis (TREVISAN, 2018).

Mas o pensamento de padronização dos corpos, das relações sociais, econômicas, políticas e, conseqüentemente sexuais, é mais profundo e com raízes em elementos históricos que remontam a Grécia Antiga, o Império Romano, perpassam a Idade Média, e chegam na Era Moderna, passando pelo colonialismo no caso brasileiro, até a contemporaneidade (DIWAN, 2018).

Conforme Renan Quinalha:

As tentativas de enquadramento e normalização das sexualidades dissidentes remontam a períodos muito anteriores à formação do Estado brasileiro. Discursos religiosos, médicos, legais, criminológicos e de diversas outras ordens se intercalavam e se combinavam de modo a produzir uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico (QUINALHA, 2018, p.22).

A padronização dos corpos, a ideia de raça pura, aperfeiçoamento dos seres humanos fundam os princípios da eugenia moderna que, como explicitado acima, possui raízes mais profundas e complexas. Conforme a estudiosa do eugenismo Pietra Diwan: “para entender sua complexidade é importante ter em vista que a eugenia se inspirou nas ideias sobre superioridade, natureza e sociedade que foram construídas ao longo dos séculos pelo pensamento ocidental” (2018, p.21).

Nesse sentido, conforme a pensadora:

Os ideais eugênicos modernos remontam à Antiguidade. Os padrões de beleza física da Grécia Antiga, assim como os exemplos de força dos exércitos de Esparta e, séculos antes, as regras de higiene dos hebreus e sua profilaxia também inspiraram os teóricos eugenistas da segunda metade do século XIX e princípios do século XX (DIWAN, 2018, p.22).

Nas décadas finais do século XIX começava no Brasil a intromissão do Estado nas relações familiares, de classes mais abastadas até as pessoas pauperizadas. Conforme Trevisan, as famílias pobres:

iam sendo paulatinamente higienizadas, mediante campanhas de moralização e higiene coletiva, além da assistência filantrópica, que serviam para manter o pacto social e, com ele, a unidade normatizadora da família – que constituía o núcleo básico do Estado burguês emergente no Brasil (TREVISAN, 2018, p.167).

E não foi somente no Brasil que o fenômeno mencionado ocorreu. Os eugenistas deturpam os estudos sobre genética de Mendel, Darwin e outros pensadores, além dos escritos filosóficos de Nietzsche em sua obra “Assim falava Zaratustra” que versava sobre as potencialidades do super homem que, em síntese, expõe toda a potência construtiva, criativa, física do ser humano. (DIWAN, 2018).

Na Europa, Estados Unidos e, conseqüentemente sobre a América Latina e África os pensadores do eugenismo publicavam artigos e criavam instituições de apoio para suas linhas de pensamento. Segundo Pietra Diwan:

O pesquisador do início do século XX S. J. Holmes reuniu mais de 7500 títulos de livros e artigos sobre o tema da eugenia em 1924! Uma enormidade de associações e instituições foi criada nas primeiras décadas do século XX, sendo que as primeiras delas estão nos países que mais se dedicaram aos estudos e à implantação da eugenia (DIWAN, 2018, p.48).

Os ideais de engrandecimento da pátria e valorização da raça aliado ao especialista em higiene cujo aval advinha da ciência e do Estado criou padrões ideias de corpo saudável com vistas a burguesia branca e com bases na moralidade e na concepção de família nuclear. Foi incentivada a sexualidade conjugal, em relação de exclusividade, afim de diminuir a transmissão de doenças venéreas comum nas antigas famílias patriarcais

No bojo desse novo padrão de sexualidade foi instaurado papéis sexuais e sociais bem definidos acerca da performance que cada corpo deveria exercer em sua vida privada e pública: cabia ao masculino a identificação com a paternidade e ao feminino o apreço pela maternidade, algo que vigorou anos a fio pela saúde pública brasileira (TREVISAN, 2018).

As pessoas que não concordavam com os padrões rigorosamente estabelecidos para cada sexo biológico eram taxadas de libertinas, celibatárias ou homossexuais, além de serem publicamente condenados por expor-se a infecções sexualmente transmissíveis no caso dos libertinos. Os celibatários eram conhecidos como solteirões e acreditava-se que eram propícios a loucura. O conteúdo referente a homossexualidade, ou as sexualidades que divergiam da heteronormatividade e dos padrões sociais de gênero à época, eram denominados uranismo (TREVISAN, 2018).

O uranismo era considerado um tema considerado imoral e, portanto, não poderia ser tratado publicamente, portanto houve o incentivo da ação nas escolas e famílias da criação de padrões comportamentais desde a infância: aos meninos cabia o desenvolvimento de habilidades físicas que evitassem a efeminação, além da criação da ideia de amor ao trabalho como forma de evitar a indolência moral. Aos adultos que ousassem desviar das normas e condutas socialmente aceitas cabia a reprovação e chacota social (TREVISAN, 2018).

Desde 1830, o Código Penal do Império, considerava os LGBTQIA+ como loucos e cabia ao juiz a decisão da responsabilidade sobre seus corpos, já que eram considerados irresponsáveis e, por conseguinte, a jurisprudência psiquiátrica e as casas especializadas em tratamentos contrários à perversão sexual se espalhavam por todo o território (TREVISAN, 2018).

Na Alemanha, em 1869, foi criado o termo clínico homossexual através dos estudos de Karl Maria Kertbeny, reverberados no Brasil pelos cientistas à época. Homossexualismo foi termo cunhado como alusão ao processo de doença contra sexualidades não normativas e favorecia a atuação de médicos, física e psicologicamente, contra o que consideravam enfermidade (TREVISAN, 2018).

Leonídio Ribeiro e Viveiros de Castro, médicos brasileiros, defendiam o tratamento dos LGBTQIA+ por métodos científicos e intencionavam que a referida população não fosse considerada pecadora, viciada ou criminosa. De tal modo a ciência ajudá-los-ia a curar-se de seus vícios. Todas as afirmações médicas mencionadas creditavam que os LGBTQIA+ eram loucos eróticos mentalmente fracos, com falhas glandulares, condições hereditárias, alcoólatras que viveram em condições insalubres. (TREVISAN, 2018)

Alguns locais e condições favoreciam a proliferação e/ou aquisição do vício sexual, conforme os cientistas, tais como as cadeias, a velhice e a impotência sexual e, segundo eles, os homens gays sofriam uma alteração psíquica denominada efeminização. As mulheres lésbicas eram denominadas de tríbades, lesbianistas, sáficas, viragos e fanchonas, loucas de nascença ou que adquiriram o vício ao longo do tempo (TREVISAN, 2018).

A educação passou a ser locus de disputa sobre os corpos que destoavam da heteronormatividade e cisnormatividade, segundo os especialistas à época, tais locais eram um antro para contágio da doença, especialmente os internatos, a solução que encontraram foi eliminar os homossexuais do convívio educativo e social, além de cuidar da formação moral dos outros estudantes. (TREVISAN, 2018)

Os métodos eram a prevenção escolar por meio da persuasão e dissuasão. Quando adultos, eram induzidos à admiração das formas femininas, obrigados a leituras de obras românticas e sexualmente provocados ao sexo forçado com mulheres vestidas de trajes masculinos ou completamente nuas (TREVISAN, 2018).

Conforme João Silvério Trevisan:

Assim, “por meio do magnetismo e da sugestão”, devia-se dirigir a atenção do pederasta “para a beleza das formas femininas, e obriga-lo à leitura de obras românticas em que tais belezas despertem as paixões tumultuosas”. Caso nada disso funcionasse, “não se hesitará até diante de certos subterfúgios, tal como o de provocar o coito do invertido com mulheres

vestidas de homem ou mesmo obriga-lo a pernoitar com mulheres completamente nuas, ainda que não as goze (TREVISAN, 2018, p.176).

Quanto às mulheres, os métodos dependiam de seu comportamento social. Se fossem mais femininas, o recurso utilizado era o diálogo dócil e sistêmica, quando apresentavam comportamento mais masculinizado os apelos usuais recorriam a agressividade (TREVISAN, 2018). Nas palavras do pensador:

Para as mulheres homossexuais, seria usado recurso semelhante: exortação “meiga e convincente”, quando seu espírito for dócil, ou “linguagem áspera e dura”, quando se tratar de uma revoltada – até o ponto de ameaça-la com asco e desprezo” que merecem os monstros (TREVISAN, 2018, p.176).

As sessões de hipnose eram utilizadas como formas de dissuasão do desejo sexual para o sexo oposto, em um processo de “cura gay”. Segundo o estudioso:

Simultaneamente a esse processo persuasivo, era aconselhado o uso da dissuasão via hipnose, para “incutir ao doente a repulsão, o nojo, o horror pela sua anormalidade”, através de sessões continuadas, que poderiam variar de trinta a cem. Ao final do tratamento, dirigir-se-ia a “apetência sexual” do invertido “para as carícias do outro sexo” – fisicamente, frisava ele (TREVISAN, 2018, p.176).

Com auxílio dos estudos do criminologista italiano Cesare Lombroso, com bases em teses fascistas e treinamentos do Polizei Institut do Terceiro Reich, os doutores da sexualidade das décadas iniciais do século XX, buscavam descobrir respostas biológicas através de fotos íntimas de homossexuais encarcerados e exames médicos (TREVISAN, 2018).

Nas décadas iniciais do século XX Viriato Fernandes, em tese defendida na Faculdade de Medicina de São Paulo, e Aldo Sinisgalli, médico legista, propunham que homossexualidade era uma disfunção psiquiátrica que desequilibrava a sociedade e, se as práticas sexuais homoafetivas fossem a norma estabelecida a humanidade rapidamente se extinguiria (TREVISAN, 2018).

Alguns relatos dos médicos mencionados são tratados expostos por João Silvério Trevisan. Conforme o estudioso:

(...) o médico-legista Viriato Fernandes Nunes alertava: “toda perversão sexual atenta violentamente contra as normas sociais”. E exigia rigor na repressão, pois, se “esses criminosos (os pederastas) têm perturbadas as

suas funções psíquicas”, a sociedade não pode permitir-lhes “uma liberdade que eles aproveitariam para a prática de novos crimes”. Ora, “o homossexualismo é a destruição da sociedade, é o enfraquecimento dos países”; se ele “fosse regra, o mundo acabaria em pouco tempo” – acrescentava outro médico-legista, Aldo Sinisgalli. Portanto, “se os pederastas são doentes, não é justo que a sociedade fique exposta às reações das suas mórbidas tendências (TREVISAN, 2018, p.18).

As teses defendidas pelos especialistas em saúde à época proclamavam a ideia de que se os homossexuais são doentes e a sociedade brasileira não deveria conviver com eles afim de, nas palavras do médico Fernando Nunes, evitar as repetições da doença/crime e garantir a segurança social por meio da repressão (TREVISAN, 2018).

A solução, segundo os médicos Aldo Sinisgalli e Afrânio Peixoto, deveria abranger o tratamento psiquiátrico, visto que eles, os médicos, consideravam as pessoas LGBTQIA+ como irresponsáveis por seus atos e seria absurdo a aplicação de punições como outrora se servia, deveriam tratá-los assim como faziam com os deficientes e as pessoas com disfunções sexuais, chamados à época de tarados.

O professor de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Leonídio Ribeiro, defendia o tratamento por meio da medicina, visto que ele aceitava a ideia de que a homossexualidade é fruto do mal funcionamento das glândulas de secreção interna (TREVISAN, 2018).

Os tratamentos defendidos e utilizados à época incluíam extratos opoterápicos, retirados de várias regiões do corpo de animais, tais como tecidos e glândulas e injetados em pessoas LGBTQIA+, o tratamento deveria ocorrer logo após a puberdade, pois assim seria mais eficaz e permitiria a curabilidade do que chamavam vício ou doença. Havia a experiência com cobaias, na qual se injetava hormônios masculinos e femininos para masculinizar ou feminizar respectivamente (TREVISAN, 2018).

Em boa parte do mundo surgiam notícia de homens com testículos transplantados, até mesmo com testículos de animais, em experiências médicas algumas vezes sem consentimento do paciente, como foi o caso de um homossexual que foi realizar uma cirurgia para tratamento de hérnia e acordou com o testículo transplantado e, segundo os médicos, antes mesmo da cicatrização já apresentava sinais de desejo heterossexual (TREVISAN, 2018).

Os médicos da década de 1920 discutiam qual seria a melhor saída para os homossexuais e concluíram que as prisões não eram mais um recurso válido

visto que não se tratava de um crime, os hospitais psiquiátricos também não eram um bom espaço para os homossexuais já que as práticas poderiam ser transmitidas para outros pacientes internados, a solução encontrada era a criação de um estabelecimento de cuidados psiquiátrico exclusivo para homossexuais (TREVISAN, 2018).

A ideia de Aldo Sinisgalli era a criação de um estabelecimento semelhante ao manicômio judiciário, exclusivo para gays criminosos que seriam tratados e reeducados por uma equipe de profissionais especializados através do financiamento estatal. A prisão ocorreria com aqueles homossexuais considerados socialmente perigosos pelos especialistas e que atentavam contra a moral, pudor e sedução de menores de idade. Existia uma divisão entre os gays considerados honestos, que não mereciam punição, e aqueles que atentavam contra o direito individual e social (TREVISAN, 2018, p.183).

Segundo Trevisan:

Tal sugestão, que continuou tendo adeptos dentro do sistema psiquiátrico-policial brasileiro, era reiterada e complementada por Aldo Sinisgalli, que, no final da década de 1930, pensava num instituto semelhante ao manicômio judiciário, mas destinado com exclusividade a “pederastas criminosos”, que aí seriam tratados medicalmente e reeducados por um corpo de professores especializados, de modo que o Estado poderia resolver, “científica e humanamente, esse problema social” (TREVISAN, 2018, p.183).

Alguns setores da medicina brasileira, influenciados pelos pensamentos autoritários do Estado Novo e pela ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, consideravam que o combate a homossexualidade deveria ser o mais rigoroso possível. Durante a realização da Primeira Semana Paulista de Medicina Legal em 1937 os médicos e juristas ali presentes afirmaram que toda a prática e atividade homossexual deveria ser punida qualquer que fosse sua representação social (TREVISAN, 2018, p.184).

Nem todos os setores científicos brasileiros eram adeptos às ideias eugênicas, mas era comum entre os advogados e médicos brasileiros a moralização de alguns grupos sociais. Conforme James Green, pesquisador americano:

Até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigrantes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível curados. Os anos 30, assim, transformaram-se num campo de testes sobre qual o melhor meio de purificar a nação brasileira e

curar seus distúrbios sociais (GREEN, 2019, p.203).

O presidente da mesa na Primeira Semana Paulista de Medicina Legal e doutor em direito penal, José Soares de Melo, afirmava que o manicômio era para os homossexuais legalmente sem sanidade mental enquanto os outros deveriam ser presos por depravação e atentado à moral, como acontecia na Berlim sob regime. O referido jurista acreditava que o Código Penal brasileiro era insuficiente e não imputava com rigor a homossexualidade, a solução seria a criação de um Código Criminal paralelo que os enquadrassem enquanto criminosos em potencial (TREVISAN, 2018).

Tais manobras jurídicas foram amplamente debatidas na década de 1930 e quase entraram em vigor no Código Penal de 1940, apesar disso, muitos juristas acabaram por atuar como se tal legislação tivesse sido realmente aprovada (TREVISAN, 2018, p. 185). E quem eram essas pessoas? Leonídio Ribeiro fez uma pesquisa no ano de 1932 e apontou que 195 homossexuais possuam características similares de altura, peso e tórax pequeno, em uma associação étnica com a população negra (GREEN, 2019).

Segundo Green:

Para realizar o estudo, Ribeiro empregou o mesmo sistema antropométrico de categorização de tipos de corpo que utilizara anteriormente ao examinar 33 homens negros e mestiços condenados por assassinato. Seu esquema de classificação media o tamanho do tronco em relação aos braços e pernas dos indivíduos e propunha três grupos mais gerais – normolíneo, breviliíneo e longilíneo-, com subdivisões em cada um (GREEN, 2019, p.212).

Leonídio utilizou fotos capturadas durante a apreensão policial de homossexuais e obteve resultados inconclusivos, visto que a teoria na qual os homossexuais masculinos possuíam problemas glandulares, pelos triangulares ou nenhum pelo no corpo foi inconclusa. Mesmo com tais resultados o especialista publicou fotos de homens que se depilavam, como se fossem naturalmente sem pelos, perfilados e com silhuetas femininas afim de evocar uma veracidade fantasiosa para suas ideias (GREEN, 2018).

Nenhum documento do período indicava que havia relação uma entre etnia e homossexualidade, mas existia uma relação implícita entre as duas mantidos pela relação racista estabelecida entre os especialistas brancos e a população não branca. Alguns casos emblemáticos foram de Febrônio Índio do Brasil e Preto Amaral

(GREEN, 2019).

Segundo James Green:

Incapazes de controlar seus impulsos sexuais, prosseguia ele, figuras “degeneradas” como Febrônio Índio do Brasil e Preto Amaral, e por extensão todos os homossexuais, impunham um sério risco ao tecido social brasileiro, à família e à correta ordenação dos relacionamentos entre os gêneros. As entrelinhas da tese de Nunes evocavam ainda ansiedade racial: a imagem ominosa de sinistras forças da escuridão prontas para dar o bote na jovem e inocente juventude branca brasileira (GREEN, 2019, p.218).

Já, nas palavras de Trevisan:

Se nas mãos do juiz o condenado cumpriria uma sentença delimitada, que possibilitava inclusive obtenção de liberdade condicional ou redução da pena, nas mãos da psiquiatria o “louco moral” não tem sequer uma sentença que estabeleça prazos ou limites e contra a qual possa recorrer. Sua liberdade depende direta e exclusivamente da opinião do médico, que poderia obrigá-lo a continuar o “tratamento” pelo resto da vida- como no caso de Febrônio, que cumpriu quase o dobro da pena-limite de trinta anos de reclusão por crime (TREVISAN, 2018, p.196).

Em ambos os casos os especialistas relacionavam as características étnicas aos crimes cometidos pelos homens, visto que era de praxe considerar a população não branca como degenerada e propícia a perversões sexuais, como apontava o psiquiatra Pacheco e Silva, tais como: “sadismo, masoquismo, necrofilia, bestialidade, exibicionismo, homossexualidade, frigidez, ninfomania, satiríase e onanismo” e sempre havia referências aos traços étnicos, tais como: mestiço, preto, índio (GREEN, 2019, p.221).

Aliás, os traços mencionados acima eram as características físicas e sociais principais do combate que os eugenistas travaram contra o povo brasileiro. Eles acreditavam na superioridade branca, para os norte-americanos: “o verdadeiro cidadão americano deveria se enquadrar na descrição: anglo-saxão, branco, protestante, saudável e produtivo” (DIWAN, 2018, p.54).

Já para os alemães, fortemente influenciados pelos ideais nazistas pós primeira guerra mundial, os nórdicos, ou “raça ariana” ascendeu como o padrão ideal de ser humano. Segundo Diwan:

foi durante a República de Weimar que os eugenistas alemães e outros profissionais começaram a se preocupar com a regeneração do homem ariano a fim de reduzir o custo social gerado pelos “improdutivos” (DIWAN, 2018, p.65).

A solução encontrada pelos eugenistas dos Estados Unidos, em 1924, pela Prússia e Alemanha em 1934 foi a esterilização da população que consideravam improdutivas, tais como: “cegos/as, surdos/as, esquizofrênicos/as, maníacos/as, epiléticos/as, dentre outros” na Alemanha. Já nos Estados Unidos, além desses/as já mencionados, a esterilização era válida também para os/as criminosos/as (DIWAN, 2018).

Na Alemanha nazista também foi proibido o casamento entre alemães e não alemães sob a força da Lei para a Proteção e Honra do Sangue Alemão. Conforme a pensadora: “a Gestapo mandou esterilizar secretamente mais de quatrocentas crianças mestiças geradas no casamento entre alemães e descendentes de africanos da colônia francesa da África ocupada durante a Primeira Guerra Mundial” (DIWAN, 2018, p.70).

Na América Latina havia a preocupação com a formação de identidades nacionais. Para Diwan, os europeus consideravam que os países da América Latina não possuíam identidade definida, característica que poderia ser transmutada com a mudança racial nestes territórios. Segundo Diwan:

Para os europeus, a Argentina significava o “melhor do pior da Europa”; o México, com sua maioria racial de índios e “mestizos”, afastava-os da norma branca europeia; e, finalmente, o Brasil, com seu clima tropical, estimulava a miscigenação e, portanto, sua deterioração racial (DIWAN, 2018, p.76).

Além da preocupação com a identidade nacional havia, por parte dos europeus, a preocupação com o progresso nacional, que só viria com a supremacia branca. Dada preocupação também começou a fazer parte dos pensamentos de alguns intelectuais brasileiros Conforme a pesquisadora: “a constatação, por parte dos europeus, da impossibilidade de progresso do Brasil dada a sua composição racial criou na intelectualidade brasileira a necessidade de formar uma concepção sobre o Brasil” (DIWAN, 2018, p.91).

As primeiras constatações dos ideais da classe intelectual dominante advieram do positivismo de Comte, e fundaram as bases da República, sob a alcunha da ordem e do progresso, expressos até mesmo na bandeira nacional. Ou seja:

Os republicanos abraçaram essa filosofia “racional e científica” em contraposição àquela “católica e régia” vigente durante o Império.

Consolidado no dístico “Ordem e Progresso” – que até os dias atuais está estampado na bandeira brasileira -, o positivismo inaugurou a república brasileira com uma visão laica, disciplinar e anticlerical (DIWAN, 2018, p.91).

Nos anos finais do século XIX e durante primeiros anos do século XX, os eugenistas mantinham fortes relações o sanitarismo. Para os médicos da Faculdade de Salvador, encabeçados pelo pensamento de Raimundo Nina Rodrigues a miscigenação era um dos principais empecilhos para o desenvolvimento nacional. Segundo os médicos: “a mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença” (DIWAN, 2018, p.91).

No Rio de Janeiro, capital do país, os médicos buscavam a cura das doenças tropicais, como a febre amarela e a doença de Chagas, no Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Do outro lado encontrava-se o povo brasileiro, revoltado com a imposição da vacinação obrigatória e reformulação urbana que expulsava a população pobre dos cortiços do centro da cidade, dados expressos pela Revolta da Vacina no ano de 1904 (DIWAN, 2018, p.92).

Neste sentido:

Para tornar o Estado saudável, seria necessário extirpar os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888 (DIWAN, 2018, p.92).

No seio desse pensamento surgia o movimento eugenista brasileiro, que tinha Renato Kehl, Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Fernando Azevedo, Vieira de Carvalho, e Monteiro como algum dos principais nomes. Nestas terras eles buscavam soluções para os problemas sociais que eram frutos da invasão, colonização e dos séculos de escravidão e genocídio indígena (DIWAN, 2018, p.92).

Algumas das soluções encontradas pelos pensadores eugenistas eram: “o branqueamento pelo cruzamento, o controle de imigração, a regulação dos casamentos, o segregacionismo e a esterilização” (DIWAN, 2018, p.92). Esse pensamento foi apoiado pelas elites brasileiras que buscavam trabalhadores para às lavouras: “mais de setecentos mil negros escravos foram alforriados e deixados de lado, sem nenhum tipo de reconhecimento por séculos de trabalho forçado” (DIWAN, 2018, p.117)

De um lado, os/as imigrantes europeus não foram subjugados/as como preguiçosos/as e não adeptos à disciplina: “os imigrantes europeus não

carregavam o estigma preconceituoso de que eram preguiçosos, sujos e indisciplinados tal como os negros e mulatos” (DIWAN, 2018, p.117). Por outro, a Europa já havia passado por diversas transformações e revoluções na esfera social, cultural e trabalhista: “esses imigrantes já conheciam o comunismo, as revoltas e o poder de reivindicação das massas, como as greves que irão acontecer em São Paulo em 1917” (DIWAN, 2018, p.117).

Poucos anos mais tarde, por influência do nazifascismo e das políticas imigratórias norte-americanas, o governo de Vargas dificultou a entrada de imigrantes asiáticos/as e judeus/júdiás no país através da Lei de Restrição à Imigração: “a Lei de Restrição à Imigração afetou a entrada no Brasil de asiáticos e judeus, denominados pelos eugenistas como não assimiláveis socialmente” (DIWAN, 2018, p.119).

O eugenismo brasileiro também fomentou a formação do primeiro partido de cunho fascista, a Ação Integralista brasileira sob a presidência de Plínio Salgado:

os adeptos usavam camisas verdes, tinham a letra grega sigma por símbolo, faziam saudações com a mão direita erguida e espalmada, como no fascismo. Sua saudação era um grito em língua tupi: anauê, um grito de cumprimento e de guerra” (AGUIAR, 2019, p.70).

Os integralistas encontravam apoio no governo de Getúlio Vargas, especialmente quando este acenava para o nazismo alemão e o fascismo ibérico e italiano: “o integralismo brasileiro tinha, na prática, mais afinidade com o salazarismo português e com o franquismo espanhol, graças ao forte traço católico, do que com os regimes liderados por Hitler e Mussolini” (AGUIAR, 2019, p.68).

Para Diwan:

Toda a política adotada pelo governo Vargas na década de 1930 foi direcionada em defesa do nacionalismo de inspiração nazifascista. Nesse sentido, os integralistas, por intermédio da Ação Integralista Brasileira (AIB), pregavam a radicalização das políticas nacionalistas e xenofóbicas, aproximando-se dos ideais eugenistas (DIWAN, 2018, p.212).

O integralismo cresceu entre os movimentos de católicos mais conservadores e os monarquistas, o objetivo em comum era o combate ao comunismo: “não poucas vezes militantes integralistas e comunistas trocaram tiros ou se envolveram em pancadarias nas ruas, com mortos e feridos” (AGUIAR, 2019, p.69)

Em 1938, após o golpe de Getúlio Vargas que fundou o Estado Novo

em 1937, a Ação Integralista Brasileira foi extinta, pois: “Plínio Salgado organizou um verdadeiro estado paralelo, pronto para tomar o Estado brasileiro: depois da aproximação, o choque foi inevitável” (AGUIAR, 2019, p.70). Com o enfraquecimento das ideias eugenistas e do poder de Plínio Salgado e da AIB, Getúlio Vargas se distanciou da Alemanha e se aproximou dos Estados Unidos (DIWAN, 2018).

O apoio dos Estados Unidos através da política de boa vizinhança desenvolvida por Franklin Roosevelt fortaleceu os laços entre Brasil e EUA, com destaque para a Segunda Guerra Mundial que eclodiu no ano de 1939 e o apoio do Brasil ao bloco dos Aliados. Os Estados Unidos financiaram a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e modernização das forças armadas nacionais (DIWAN, 2018)

Nesse cenário o eugenismo entrou em declínio e restaram apenas alguns pensadores que ainda permaneciam fieis aos ideais, como o médico e farmacêutico Renato Khel, neste sentido: “o eugenismo estava destinado ao esquecimento, tornando-se sinônimo de intolerância e violência. Seus adeptos, no Brasil, desapareceram da cena política ou trataram de reorientar suas histórias omitindo sua participação nesse movimento” (DIWAN, 2018, p.121).

No subtítulo “Movimento LGBTQIA+: desafios e conquistas”, presente no próximo capítulo deste trabalho mostramos alguns aspectos desse pensamento presente na década de 1950 e nos anos que sucederam o golpe militar de 1964. Antes dessa discussão precisamos entender alguns conceitos e movimentos políticos, culturais e sociais que são importantes para o nosso trabalho.

3. LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS DO MOVIMENTO LGBTQIA+: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Para entendermos como os assistentes sociais de Ibiporã, no norte central paranaense, compreendem a população LGBTQIA+ no atendimento das

demandas do Serviço Social levando em consideração a postura profissional assumida ao longo das últimas décadas, precisamos compreender como o movimento LGBTQIA+ se estruturou na sociedade brasileira.

No intuito de nos aproximarmos do objetivo acima mencionado levaremos em consideração o pensamento social relacionados as sexualidades e papéis sociais de gênero com a desigualdade de gênero no Brasil, a construção do movimento LGBTQIA+ e por fim como se a relação entre o Serviço Social, o Projeto Ético Político e a Defesa dos Direitos das pessoas LGBTQIA+ na esfera dos Direitos Humanos.

3.1 Algumas aproximações acerca do pensamento social relacionados as sexualidades e papéis sociais de gênero com a desigualdade de gênero no Brasil

Historicamente a sociedade estabelece atribuições de distintos papéis para a construção da identidade social do homem e da mulher, demarcando com muito zelo os campos em que cada um pode atuar. Ao longo da história da humanidade fora estabelecendo-se a ideia de inferioridade feminina através da concepção de que nos primórdios da civilização o macho era o animal que possuía as aptidões físicas necessárias às atividades mais brutas, cabendo a mulher as atividades relacionadas aos cuidados domésticos, constituindo-se assim uma “ideologia da inferioridade” (SAFFIOTI, 1987).

Na atualidade, segundo a pesquisadora:

A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída as mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. (SAFFIOTI, 1987, p.8)

Essa responsabilização da mulher é um fenômeno essencialmente ocidental, influenciado pelo desenvolvimento do capitalismo. Em algumas tribos indígenas, por exemplo, quando um filho nasce existe uma melhor divisão do trabalho doméstico e cuidados com o/a recém/nascida.

Há tribos indígenas brasileiras cujas mulheres, em seguida ao parto, banham-se nas águas de um rio e retomam imediatamente sua labuta. Nestas tribos, cabe ao pai fazer repouso e observar uma dieta ali mentar especial. Este costume chama-se couvade (SAFFIOTI, 1987, p.9).

A dominação do homem sobre a mulher surge há cerca de seis milênios, mas os debates acerca das temáticas que inserem as violências sofridas pelas mulheres no rol dessa sociedade somente foram ampliados na década de 1970, com a insurgência da terminologia gênero e do conceito que representa para os estudos sociais que se seguiram (SAFFIOTI, 1987).

Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo (SAFFIOTI, 1987, p.47).

Durante muito tempo as desigualdades existentes entre homem e mulher foram justificadas através de argumentos biológicos, pois foi naturalizado que o ser feminino deveria estar ligado a uma suposta fragilidade em relação ao corpo forte do homem, normatizando papéis muito bem definidos nas condutas a serem desenvolvidas por homens e mulheres (SAFFIOTTI, 1987).

Presume-se que, originariamente, o homem tenha dominado mulher pela força física. Via de regra, esta é maior nos elementos masculinos do que nos femininos. Mas, como se sabe, há exceções a esta regra. Variando a força em função da altura, do peso, da estrutura óssea da pessoa, há mulheres detentoras de maior força física que certos homens (SAFFIOTI, 1987, p.12).

Além do patriarcado, para Angela Davis, o racismo possui papel de suma importância para o entendimento das desigualdades de gênero. Segundo a filósofa, a escravidão possui papel importante na constituição dos papéis designados para os homens e para as mulheres na sociedade escravista norte-americana (DAVIS, 2016)

Para Safiotti a ideia é semelhante, além das explorações dos homens para com a mulheres e dos homens para com outros homens existe também a exploração racial, com ênfase nos países cuja a escravidão perdurou por vários séculos com os Estados Unidos e o Brasil. Segundo a pensadora:

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última

colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987, p.16).

As pessoas escravizadas eram vistas como propriedade do homem branco, este as consideravam desprovidas de gênero, vontade própria, consciência e humanidade, além de eram tratados com extrema brutalidade da mesma maneira, ou até pior, que os animais de criação. Conforme a pensadora:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero (DAVIS, 2016, p.17).

Aprofundava-se na época da escravidão um movimento que pregava a feminilidade da mulher, o cuidado do lar, do marido e da criação dos filhos, mas tal movimento era sensível apenas para as mulheres brancas. Às mulheres negras era reservado o trabalho em tempo integral para o senhor escravista e, hora ou outra, podia se dedicar aos papéis de mãe, esposa e dona de casa (DAVIS, 2016).

Segundo a estudiosa:

A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p.18).

Além dos abusos sofridos pelo trabalho exaustivo na lavoura e nas casas dos senhores brancos, as mulheres negras escravizadas também eram vítimas de estupros por parte dos senhores. O estupro, junto ao trabalho forçado eram rotineiros na vida dessas mulheres, segundo Angela Davis: “enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas” (DAVIS, 2016, p.21).

Os escravagistas incentivavam a reprodução das escravizadas, muitas vezes frutos dos estupros, mas de modo que não atrapalhasse o trabalho das escravizadas, portanto, as mulheres iam com seus filhos/as amarrados nas costas ou deixavam com crianças e idosas que não estivessem em condição de trabalhar. Segundo Davis:

Nas lavouras onde as grávidas eram tratadas com mais indulgência, isso

raramente se devia a razões humanitárias. Simplesmente, os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos (DAVIS, 2016, p.22).

Mesmo com toda a violência sofrida pela população escravizada, eles/elas resistiam aos escravagistas fugindo para comunidades de escravos nas regiões desabitadas. Além da fuga, outra forma de resistência dos/as escravos/as era aprender a ler e escrever clandestinamente, pois o conhecimento era uma arma sutil, mas poderosa contra a opressão que sofriam (DAVIS, 2016, p.34).

Judith Butler em seus estudos sobre as performances de gênero e sexualidade nos demonstra que as ciências biológicas, especialmente durante o século XIX, geraram compreensões equivocadas acerca do gênero, imbuídas no discurso médico legal de que o gênero é pré-definido pelo órgão sexual (BUTLER, 2017).

As relações de poder da aliança médico-legal emergiram na Europa do século XIX, o discurso que constrói o gênero o sustenta e regula em um modo de operação político simbólico na qual o discurso transmite a intenção de veracidade sem erro que os seus postulantes acreditam, a pensadora aponta para as possibilidades de questionamento da heteronormatividade. Conforme a filósofa:

se as ficções reguladoras do sexo e do gênero, são elas próprias, lugares de significado multiplamente contestado, então a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca” (BUTLER, 1990, p.68).

Já para Saffioti, assim como Simone de Beauvoir traduziu que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, os corpos são formados a partir das normas estabelecidas sobre o que é ser homem e ser mulher, através do gendramento social incorporado pelas pessoas durante milênios. Essa terminologia é utilizada para designar as normas estabelecidas sobre o que é ser homem e mulher e não o corpo sexuado, traduzido da palavra em inglês “gender” (SAFFIOTI, 2004).

O mesmo pensamento foi difundido pela pesquisadora anos antes, apesar de sua discordância com a ideia de “binarismo de gênero” proposta por Judith Butler. Segundo Saffioti: “os seres humanos nascem machos ou fêmeas. E através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social e, portanto, socialmente construída (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

Conforme Butler, não é coerente que interpretemos o sexo como

tradução única do gênero pois este não é uma continuação legal do sexo, mas sim uma construção histórica de produção e reprodução de papéis, em que gênero não é somente estabelecido biologicamente, mas sim incorporado pré-discursivamente desde antes do nascimento. (BUTLER, 2017). Nas palavras da estudiosa:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero com a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de um significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2017, p.27).

A categoria gênero é uma construção social, ou seja, recebe a influência de valores culturais, morais e religiosos historicamente relacionados, cooperando para a consolidação da relação binária entre homem e mulher, caracterizada pela reprodução de normas e padrões que identificam o ser feminino e o masculino desde o nascimento, tendo como base o aparelho reprodutor de cada indivíduo (BUTLER, 1990). Segundo a pensadora

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2017, p.27).

Para a socióloga brasileira, a construção da dominação masculina estabeleceu-se por milhares de anos através do trabalho, da biologia dos corpos e da reafirmação dos papéis sociais de gênero, até chegar no imbricamento com o modo de produção capitalista. Etimologicamente a palavra patriarca origina o termo patriarcado e se refere a qualquer indivíduo que detenha privilégios em uma determinada sociabilidade, independente do sexo em nossa sociedade o homem está no papel de patriarca (SAFFIOTI, 2001).

Em sua gênese o modo de produção capitalista propôs uma simbiose entre três grandes sistemas de exploração-dominação, que se expressam pela etnia, gênero e classe, estando, portanto, intrinsecamente ligadas o racismo e o patriarcado como fonte substancial de acumulação de riquezas e apropriação de trabalho (SAFFIOTI, 1987).

À mulher foram estabelecidos dois grandes pontos de exploração dentro do modo de produção capitalista, de um lado é explorada pelo empregador,

recebendo salários menores que os homens e do outro é obrigada a manter os cuidados domésticos conforme os gostos do marido, servindo de objeto de exploração dos dois e ficando exposta a dimensão da dominação existente entre esse modo de produção e o patriarcado (SAFFIOTI, 1987).

O poder do macho sobre a mulher não é apenas mantido na relação privada, mas se manifesta essencialmente na esfera civil, dando aos homens direitos sexuais sobre o corpo das mulheres, praticamente sem restrições, baseado na ideologia machista e na violência. O patriarcado não é somente um sistema de dominação construído pela ideologia machista, se assim fosse deveria se situar substancialmente nos campos político e ideológico, mas é também um sistema de exploração, pois é diretamente conectado a estruturação do modo de produção capitalista, vigente nesta sociedade (SAFFIOTI, 1987).

É muito frequente que homens poderosos extravasem seus desejos para além dos limites do poder que o cargo lhes confere. Poderosos no campo das relações de trabalho julgam-se no direito de subjugar sexualmente mulheres que desempenham atividade remunerada sob seu comando (SAFFIOTI, 1987, p.17).

O machismo ultrapassa os limites da classe social no qual o homem se insere, e está presente também no campo do racismo, com diferentes formatações nas classes subalternizadas e privilegiadas e nas populações brancas e não-brancas. O patriarcado e o racismo se confluem no Brasil ao possuírem elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, e assim estruturar este sistema socioeconômico através da exploração da classe trabalhadora negra e feminina brasileira (SAFFIOTI, 1986).

Para Bell Hooks, o patriarcado, com figura de representação centrada na figura do homem branco, heterossexual é também violento com quem seja dissonante desse padrão. Neste sentido, as crianças, idosos/as, mulheres, dentre outros/as são vítimas da violência do mais poderoso, daquele que detém o poder físico, material e até mesmo psicológico: o homem padrão. Para Bell Hooks:

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças (HOOKS, 2014, p.55).

A partir das análises realizadas pelos acadêmicos na década de 1980, outra fonte substancial de pesquisa acerca das temáticas relacionadas a gênero foram os movimentos feministas, na referida década pesquisadores da área propuseram que se alterassem o conceito acerca do patriarcado e fossem pautados a partir da terminologia gênero pelos movimentos feministas e por organizações governamentais internacionais (SAFFIOTI, 1987).

No Brasil, falaciosamente considerado uma democracia racial por alguns estudiosos, quem mais sofre as consequências deste modelo de exploração do trabalho é a mulher, especialmente a mulher negra sendo duplamente discriminada, pois a ela lhe cabe o papel de objeto sexual e o de empregada doméstica (SAFFIOTI, 1987).

Algumas linhas teórico-políticas feministas consideram que as relações sociais neste país estão interligadas em três grandes categorias (raça, classe e gênero) e a interseccionalidade entre elas um importante elo para que compreendamos a origem das violências sofridas pelas mulheres (SAFFIOTI, 1987).

Na "ordem das bicadas" neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual (SAFFIOTI, 2019, p.52).

Para a filósofa norte-americana Judith Butler, o “ser” não deve ser compreendido como tudo o que alguém realmente “é”, pois está intrinsecamente ligado ao momento histórico-social em que se insere, sendo a intersecção entre as modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais indissociáveis da política e da cultura em que é produzida e mantida (BUTLER, 2017). Nas palavras da pensadora:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017, p.21).

Existem diversas masculinidades, a masculinidade hegemônica é a que garante a superioridade dos homens na relação com as mulheres, existe a masculinidade subordinada que traduz a dominação do homem heterossexual sobre

os homossexuais, a masculinidade cúmplice traduz-se por calar-se passivamente diante da dominação hegemônica, a masculinidade marginalizada, diz respeito a relação entre classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados (COELHO; CARLOTO, 2007)

Utilizar-se da construção binária na qual só é possível que os seres humanos performem dois gêneros é reafirmar a dominação existente na relação entre ambos, estabelecendo limites para a interpretação dos mesmos, esse discurso é constitutivo de uma economia falocêntrica e fechada, ou seja, compreende que a disputa binária entre os gêneros centraliza a figura do “macho” nas atividades econômicas (BUTLER, 2017). Segundo a pensadora:

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada (BUTLER, 2017, p.30).

A sexualidade está intrinsecamente ligada a manutenção da economia falocêntrica, na qual as relações não são estabelecidas apenas pela perspectiva masculina, mas essencialmente pelo significado do falo, que criou e estabeleceu um certo falicismo, característica marcante no campo da sexualidade humana (BUTLER, 2017).

Vivemos em uma sociedade que busca a coerência “natural” entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, tornando suas interpretações inteligíveis, essa regulação, entretanto, suprime a multiplicidade subversiva de sexualidade e performances de gênero que rompem a hegemonia reafirmada nesta sociabilidade (BUTLER, 2017).

A análise discursiva propõe que o gênero seja visto a partir de uma leitura unívoca, ou seja, todas as formas de propagação de conhecimento pressupõem que gênero seja somente aquilo que é inteligível perante a sociedade, homem e mulher ou masculino e feminino, estabelecendo limites para a compreensão que se coloca nas relações de gêneros humanos e criando dominações hegemônicas sobre o que é racionalmente interpretado como tal (BUTLER, 2017).

Conforme esse pensamento social expresso pela pensadora, os seres humanos só são reconhecidos pelos seus pares a partir do gênero que foram involuntariamente subscritos. Segundo a filósofa: “as “pessoas” só se tornam

inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2017, p.42).

Os gêneros inteligíveis são aqueles que possuem coerência com o que foi social e historicamente construído sobre cada gênero. Conforme os estudos da filósofa: “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2017, p.43), ou seja, aqueles que mantêm o padrão binário do masculino e feminino, a heteronormatividade e o desejo heterossexual com finalidade reprodutiva da espécie.

Este último pensamento foi sintetizado pela pesquisadora norte-americana. Conforme Judith Butler: “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea” (BUTLER, 2017). Uma das consequências desse processo é colocar os gêneros, expressões afetivas e identidades na invisibilidade.

Segundo a filósofa:

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam existir, isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (BUTLER, 2017, p.44).

O espalhamento dessa prática que pressupõe a inteligibilidade do gênero faz com que as outras expressões de identidade sejam vistas como errôneas ou equivocadas. Nas palavras de Butler: “(...) certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2017, p.44).

Outro componente que auxilia na lógica dos gêneros inteligíveis contra a multiplicidade de performances de gênero se dá através da linguagem, ou do discurso, haja visto que é impossível que alguém seja, de fato, algo. Por exemplo: as pessoas performam papéis sociais, profissões, dentre outros, não seria diferente com o gênero. Conforme a pesquisadora a identidade de gênero nada mais é que uma performance, pois é impossível que alguém seja algo unicamente, exerça um único papel social, ou seja a incorporação de uma profissão (BUTLER, 2017).

Esse aparato da linguagem permite que o binarismo de gênero prevaleça em detrimento da multiplicidade de performances de gênero. Nas palavras da pesquisadora: “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico jurídica” (BUTLER, 2017, p.47).

Além do binarismo de gênero, a linguagem e o discurso são utilizados para reafirmar a heterossexualidade compulsória, ou seja, o desejo é involuntariamente ligado ao sexo oposto. Estabelece, nesse sentido, a oposição homem ou mulher, masculino ou feminino, na qual o desejo sexual deve corresponder às características biológicas e reprodutivas. Conforme a filósofa:

A institucionalização de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2017, p.53).

Apesar dos movimentos de pessoas LGBTQIA+, especialmente nos EUA tenham avançado nas discussões e militância, algumas pautas ainda permanecem vinculadas a perpetuação do racismo e do patriarcado. A igualdade para casamento civil e serviço militar são postos em discussão pela pensadora pois, apesar de representarem um avanço para a comunidade suas estruturas ainda são ligadas à reprodução burguesa, que é racista e machista (DAVIS, 2019).

O que significa reivindicar o direito igual ao casamento sem reconhecer o papel que o casamento desempenhou na reprodução de desigualdades de raça e gênero? Sob condições de democracia burguesa, o casamento sempre foi uma instituição machista, racista e heterossexista que diz respeito principalmente à acumulação e distribuição de propriedade (DAVIS, 2019, p.60).

Na contemporaneidade outra questão no campo dos movimentos sociais se refere à violência de um grupo contra outro, ou seja, os detentores do poder, em maioria representado pela direita e extrema direita, estimulam a disputa entre os grupos discriminados (LORDE, 2019). Para Davis: “mesmo no interior de comunidades LGBT descobrimos a influência de venenosas ideologias racistas (2019, p.60).

E encorajar membros de grupos oprimidos a se lançarem uns contra os outros

é um procedimento-padrão da direita cínica. Enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas (LORDE, 2019, p.244).

É inegável os avanços alcançados pelas abolicionistas norte-americanas, Angela Davis (2019) expressa esse movimento no final do período escravagista estadunidense que, apesar de representar avanços para as mulheres, ainda trazia consigo um teor racista, pois mesmo que defendessem a abolição da escravidão e o voto para as mulheres, o protagonismo do movimento foi das mulheres brancas que, em muitos casos estavam do lado do pensamento racista dos homens naquele período.

Naquele país, por exemplo, mesmo após a escravidão muitas mulheres permanecerem nas antigas casas de seus senhores como assalariadas domésticas ou ficavam nas ruas de algumas cidades maiores a espera de um dia de trabalho doméstico que lhes pagassem quantidades irrisórias. Outra parte era explorada pelas mulheres brancas nas ditas “casas de família”, lá cuidavam dos afazeres domésticos, dos filhos, da alimentação de suas empregadoras brancas (DAVIS, 2019).

De modo que:

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não é, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar das tarefas domésticas (DAVIS, 2019, p.98).

Muitas vezes, além do trabalho, tinham que aguentar as insinuações sexuais de seus empregadores homens, quando não acatavam o assédio e/ou abuso de modo silencioso e se revoltavam contra seus empregadores eram publicamente humilhadas e suas palavras eram colocadas em questionamento até mesmo por juízes (DAVIS, 2019).

Em um caso de assédio sexual sofrido por uma empregada doméstica negra nos EUA, seu marido, também negro, foi buscar explicações junto ao empregador branco, apanhou e foi multado pela polícia. Pouco depois da situação: “depois que ela testemunhou, sob o juramento, à corte, o velho juiz ergueu os olhos e disse: ‘Esta corte nunca acatará a palavra de uma preta contra a palavra de um homem branco’” (DAVIS, 2019, p.101)

Como consequência do privilégio conquistado ao longo dos anos

pelas mulheres brancas norte-americanas, muitas se recusavam, mesmo após as primeiras conquistas dos negros/as do referido país a deixarem o racismo que era e, ainda é, presente no pensamento social. Ao citar sua própria Bell Hooks, acadêmica estadunidense cunhou que:

Por anos testemunhei a relutância de pensadoras feministas brancas em reconhecer a importância de raça. Testemunhei sua recusa em abrir mão da supremacia branca, sua falta de vontade de reconhecer que um movimento feminista antirracista era a única base para tornar real a sororidade (Hooks, 2014, p.54).

Um contributo para essas disputas entre os grupos marginalizados pela sociedade advém do pensamento que funda a sociedade ocidental: a dualidade, de um lado o bem e do outro o mal, neste sentido, “grande parte da história da Europa ocidental nos condiciona a ver as diferenças humanas segundo uma oposição simplista: dominante/subordinado, bom/mau, no alto/embaixo, superior/inferior (LORDE, 2019, p.246).

A diferença, ao invés de ser um ponto de união, respeito e alteridade, acaba por ser um aspecto de discordância e violência contra aqueles que são considerados os/as mais fracos/as, desajustados/as às normas sociais estabelecidas pela sociabilidade burguesa exacerbada pelo modo de produção capitalista. Para Audre Lorde:

Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas (LORDE, 2019, p. 247).

A recusa do reconhecimento da diversidade é construção da economia burguesa, que se mostra heteronormativa, machista e racista, e a destruição desses comportamentos parte para a reflexão individual sistematizada pela ação dos grupos sociais que atuam em prol do reconhecimento das mulheres, da população LGBTQIA+, das pessoas negras, dentre outros/as (LORDE, 2019).

Ou seja, a destruição desta ordem econômica de pensamento, passa pela destruição de certas crenças limitantes, que individualizam, desorganizam os movimentos sociais e causam conflitos entre os seres humanos que buscam o reconhecimento de seus sofrimentos:

Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo (LORDE, 2019, p. 247).

Outro mecanismo de manutenção das estruturas mencionadas pelas pesquisadoras acima é o conservadorismo. Robert Nisbet afirma que o pensamento conservador não é baseado somente na ideia de “conservar as normas e instituições existentes” (NISBET, 1981, p.62), mas em ideais como “status, coesão, ajustamento, norma, ritual, símbolo” (NISBET, 1981, p.62) no sentido mais profundo das palavras, ou seja, na manutenção e conservação da ordem societária cujos fundamentos dão-se no pensamento intelectual do conservadorismo europeu.

Segundo o sociólogo:

Ideias tais como status, coesão, ajustamento, função, norma, ritual, símbolo, são ideias conservadoras não apenas no sentido superficial de que cada uma delas tem como seu referencial um aspecto da sociedade plenamente interessado na manutenção ou na conservação da ordem, mas no importante sentido de que todas essas palavras são partes integrantes da história intelectual do conservadorismo europeu (NISBET, 1981, p.62).

Os estudos que versam sobre o pensamento e a psicologia conservadora apontam que nas comunidades onde este fenômeno ocorre com mais incidência a moral que domina as ordens socialmente estabelecidas estão diretamente ligadas as áreas da crença religiosa junto ao desejo, que podemos caracterizar como as afetividades e sexualidades humanas (NISBET, 1981).

O conservadorismo, enquanto filosofia social, surge como uma resposta à Revolução Francesa, que estremeceu as certezas morais e os governos monárquicos e teocráticos que se perpetuavam na Europa. Mas não foi somente enquanto uma resposta a Revolução Francesa que os conservadores se revoltaram: “foi fundamentalmente contra a perda do status que podia ser observada por toda parte na Europa ocidental como consequência de mudanças econômicas, secularização da moral e centralização política” (NISBET, 1981, p.65).

A revolução Francesa e todas as consequências no campo das relações sociais que ela provocou foi fundamental para o saudosismo de um período que já não era mais cabível na modernidade, marcada pelo racionalismo científico e pela destruição de convicções que foram basilares para a consolidação das antigas

estruturas sociais, ou seja, a Idade Média (NISBET, 1981)

O conservadorismo volta-se para o medievo na busca de um modelo de inspiração contrário aos avanços da modernidade e do capitalismo, para tanto desenvolvem críticas ao capitalismo e à centralização política denunciando o secularismo, o individualismo e o igualitarismo. Conforme o pensador:

Num sentido significativo, o conservadorismo se volta para a sociedade medieval em busca de inspiração e modelos, contra os quais lança o mundo moderno. A crítica conservadora ao capitalismo e à centralização política era do mesmo nível de denúncias contra o individualismo, o secularismo e o igualitarismo (NISBET, 1981, p.65).

Para seus ideólogos todos esses movimentos não eram vistos enquanto emancipação individual, mas uma alienação dos laços tradicionais entre os homens, então os intelectuais conservadores desenvolveram que a sociedade deve ser mantida por profundas raízes no passado, das quais o presente não pode escapar através da manipulação racional e que (...) “a sociedade é uma associação dos mortos, dos vivos e dos não nascidos” (NISBET, 1981, p.65).

A sociedade deve estar acima dos interesses dos indivíduos e não pode ser desmembrada, mesmo que para fins conceituais, em indivíduos, conforme as concepções desenvolvidas pelos ideólogos conservadores:

nós jamais vemos distinguir o que os racionalistas chamam de “indivíduos”. Nós vemos membros da sociedade – não “indivíduos”, mas pais, filhos, padres, membros da igreja, trabalhadores, patrões e assim por diante (NISBET, 1981, p.66).

A sociedade é orgânica em sua natureza e está intrinsecamente ligada às crenças, hábitos, associações e instituições e todas as reformas nessas estruturas desestabilizam as relações estáveis pré-existentes, nesse sentido as necessidades inalteráveis de satisfação do homem, quando repreendidas, levam a desordem e a miséria, e o preconceito é um mecanismo necessário para a coesão social e segurança do homem (NISBET, 1981).

Na sociedade ocidental contemporânea, muito influenciada pelos ideais norte-americanos, existe um padrão de sucesso que normatiza quem pode viver sua vida gozando de certos privilégios: “Na América, essa norma é comumente definida como branco, magro, macho, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável” (LORDE, 2019, p.248), não que todos que tenham esse padrão

correspondem a todos os privilégios, mas a mística que perpassa essas figuras os colocam nesta posição de elevação perante às outras pessoas.

O saudosismo de lugares de refúgio à vida moderna e ao individualismo, valoriza os pequenos grupos sociais, as tradições religiosas, o convívio com a vizinhança baseia o pensamento dos ideólogos conservadores. Segundo Nisbet:

Considerar a comunidade como uma restrição à individualidade é um erro monstruoso, pois, é apenas dentro da comunidade que a individualidade pode se desenvolver e ser reforçada (NISBET, 1981, p.67-68).

As novas configurações sociais causadas pelas revoluções industrial e francesa trouxeram significativas transformações no âmbito das relações sociais modernas, fator de preocupação para os ideólogos conservadores. Segundo o pensador:

as consequências das mudanças revolucionárias não seriam formas mais altas de organização, mas, antes, uma intensificação dos antigos processos de desorganização, culminando finalmente na atomização de toda a moralidade e da sociedade (NISBET, 1981, p.69).

Os pensadores do conservadorismo acreditavam que apenas a racionalidade não manteria a estabilidade de uma sociedade, para que isso ocorresse era necessário a interferência de valores e materiais simbólicos que remetam a um caráter sagrado de uma relação ou instituição. Para os conservadores é esse caráter simbólico-sagrado que mantém coesa a sociedade (NISBET, 1981, p.70).

Deve haver a manutenção da hierarquia e do status, para eles: “sem hierarquia na sociedade, não pode haver estabilidade” (NISBET, 1981, p.71), e as classes sociais têm a mesma função que a relação entre pai e filho numa família, na qual se reconhece que a diferença de idade e de vivências é a única medida que deve ser considerada. Segundo o pensador:

Sem hierarquia na sociedade, não pode haver estabilidade. Classes sociais na sociedade mais ampla tem a mesma função que tem a hierarquia numa instituição, que tem o próprio status desigual de pai e filho numa família. O próprio princípio de interdependência das instituições numa sociedade traz consigo, quando se reconhece as diferenças de idade e de caridade, a necessidade de uma interdependência similar dos indivíduos. E essa interdependência é necessariamente hierárquica (NISBET, 1981, p.70).

A figura da autoridade, que advém dos costumes e das tradições de um povo, desde os valores da família, da comunidade, da classe social culmina na sociedade mais ampla. Para os conservadores: “a legitimidade da autoridade advém, não de axiomas de direitos e razão, mas de crenças e hábitos que são inerentes às necessidades, as quais são supridas pelas autoridades” (NISBET, 1981, p.71).

Na contemporaneidade, as mulheres por exemplo, são impostas de padrões perpassadas geração após geração que denotam o poder da perpetuação de certos comportamentos e normas, muitas vezes desnecessários, mas que agradam o padrão econômico vigente. Segundo Audre Lorde:

Vemo-nos obrigadas a repetir e a reaprender sem parar as mesmas velhas lições que nossas mães aprenderam porque não passamos adiante o que aprendemos ou porque somos incapazes de ouvir com atenção. Por exemplo, quantas vezes isso tudo foi falado antes? E ainda, quem teria acreditado que mais uma vez nossas filhas estão permitindo que seus corpos sejam incomodados e castigados por cintas, saltos altos e saias justas? (LORDE, 2019, p. 249).

A enorme participação política e sindical expressadas principalmente pelas classes trabalhadoras do século XVIII fizeram com que os pensadores racionalistas desacreditassem da força que os conservadores e suas ideias medievais pudessem se afeiçoar às sociedades modernas. Tal descrédito foi um grande erro, segundo Nisbet. Para o pesquisador: “é somente hoje que estamos nos dando conta da real extensão das ideias conservadoras sobre os pensadores e políticos do século XIX” (NISBET, 1981, p.72).

O pesquisador aponta a presença do conservadorismo em diversos âmbitos da vida social moderna, pois: “a economia, a ciência política, a psicologia e a antropologia permaneceram, por longo tempo, no século XIX, fiéis aos preceitos e perspectivas do conservadorismo do século XVII” (NISBET, 1981, p.72).

Para Karl Mannhein, o tradicionalismo anda de mãos dadas com o conservadorismo, mas são sinônimos. O tradicionalismo influencia o pensamento conservador na medida em que se opõe às revoluções sociais. Segundo o estudioso:

Apesar disso, os dois não são sinônimos, na medida em que o tradicionalismo só assume seus traços especificamente conservadores quando ele se torna a expressão de um modo de vida e pensamento (que primeiro se desenvolveu em oposição à atitude revolucionária) extremamente definido e consistentemente mantido e quando ele funciona como tal, como um movimento relativamente autônomo no processo social (MANNHEIN, 1981, p.111).

O pensamento conservador age de modo a reação, ou seja, quando uma situação torna a manutenção da ordem e hierarquia social por eles aceita incontornável, como no caso das revoluções, eles atuam de modo reacionário. Esse movimento possui como intuito principal o retorno, mesmo que simbólico, ao passado, ao tempo em que suas estruturas eram funcionais e inquestionáveis (MANNHEIM, 1981).

O individualismo é um fator presente no pensamento conservador, trata-se do deslocamento de concepções individuais para outras concepções individuais. Para os expoentes do conservadorismo, a realidade é pensada como elemento concreto, imutável e imediata da realidade, descartando e desmerecendo qualquer possibilidade de mudança das estruturas relacionais e sociais (MANNHEIM, 1981).

Segundo Karl Mannheim, Möser expôs claramente na obra “Von dem echten Eigentum”, que traduzimos como: “Para a verdadeira propriedade”, uma das principais concepções conservadoras é a relação de propriedade na sociedade burguesa e a mesma relação na sociedade anterior, a feudal, para o conservador a relação de propriedade na sociedade feudal estava mais próxima do genuíno sentido da palavra, pois trazia privilégios para o dono da terra e no novo modelo econômico o regime legal favorecia as mudanças, ou seja, estremeciam a ordem da sociedade feudal.

Alguns desses privilégios eram participar do Estado, o direito de caçar e usufruir dos recursos da terra da maneira que bem entendesse. Quando o proprietário feudal transferia para outra pessoa, o homem novo, o direito da terra, esta perdia seu sentido verdadeiro, pois seus regimentos também eram transferidos, cabia ao novo dono as escolhas sobre a caça e uso da terra por exemplo, que poderiam ser contrárias ao antigo dono (MANNHEIM, 1981).

Outro ponto fundamental para o entendimento dessas mudanças sociais de pensamento é a compreensão da relação entre liberalismo econômico, conservadorismo e a palavra liberdade. Os liberais econômicos compreendiam a liberdade como a desvinculação dos indivíduos das estruturas medievais, como o estamento e as corporações. Na esfera política a liberdade era a atitude dos homens para agir como bem entendessem, desde que não prejudicassem as outras pessoas com isso (MANNHEIM, 1981).

Essa concepção pode parecer que igualava os homens, mas essa não era a intenção dos liberais. Segundo o estudioso:

Na realidade, no entanto, o liberalismo revolucionário jamais pensou na igualdade como empírico e, realmente, jamais reivindicou igualdade na prática para todos os homens, exceto no decurso de conflitos econômicos e políticos (MANNHEIM, 1981, p.115).

Entretanto, os conservadores distorceram essa concepção e fizeram parecer que os liberais queriam que os homens fossem colocados no mesmo patamar de igualdade. Para reagirem politicamente aos liberais, e criar a própria concepção de liberdade, os conservadores se centraram na ideia de igualdade pela desigualdade, desse modo os homens poderiam se desenvolver de acordo com suas próprias habilidades imutáveis e inquestionáveis. Para os ideólogos conservadores, conforme o pensador:

Os homens são essencialmente desiguais, eles sustentam, desiguais até o mais profundo cerne de seus seres. A liberdade, portanto, só pode consistir na habilidade de cada homem de se desenvolver sem impedimentos ou obstáculos de acordo com as leis e princípios de sua própria personalidade (MANNHEIM, 1981, p.116).

Deste modo, os conservadores colocaram a liberdade como pertencente, única e exclusivamente, ao âmbito da vida privada e subjetiva, amparada pelos regimentos da ordem legal e da disciplina. Para que os limites da liberdade privada e os da ordem social estabelecida não entrassem em conflito se amparavam na harmonia social estabelecida por Deus. Nas palavras do pesquisador: “a solução encontrada é a suposição de um tipo de “harmonia pré-estabelecida”, garantida diretamente por Deus, ou pelas forças naturais da sociedade e da nação” (MANNHEIM, 1981, p. 117)

O sociólogo norte-americano Robert Nisbet nos demonstra algumas dessas articulações entre o pensamento conservador e os valores e princípios da moralidade religiosa. Segundo o estudioso, de todas as principais linhagens político-ideológicas do mundo ocidental, o conservadorismo é a única que principia à Igreja e a moralidade judaico-cristã papel essencial para a sociedade.

Apesar de algumas divergências entre a fé anglicana e a católica, os pensadores conservadores Bonald, de Maistre, Chateaubriand, Burke, Haller, Hegel e Coleridge, acreditavam que a religião deveria ter papel fundamental na vida e no

Estado. Segundo Nisbet, os conservadores pensavam que: “a religião uma autêntica pedra angular do estado e da sociedade” (NISBET, 1987, p.115).

Já para os liberais a religião era, acima de tudo, pública e institucional, na qual Estado e sociedade deveriam honrarias e respeito, um pilar, mas não o centro da sociabilidade humana como ponderava os conservadores. Os conservadores da Inglaterra do século XVII utilizavam algumas estratégias para angariar aliados políticos que se davam através do uso da religião e da tolerância a outros cultos (NISBET, 1987).

Para eles, os conservadores, tais práticas possuíam uma função vital na manutenção do governo e da hegemonia política. Os pensadores conservadores sabiam que o governo poderia desencadear em repressão e, portanto, todas as esferas institucionais: Estado, religião a sociedade, deveriam estar em acordo ou em uma espécie de Contrato Social. Para os expoentes do conservadorismo: “a Igreja é, pois, estabelecida, precisamente da mesma maneira que o governo, a ordem social e o povo. Cada um deles é, inevitavelmente, travão dos outros, nem mais um, nem menos um” (NISBET, 1987, p.120).

A Igreja deveria reestabelecer o poder que tinha antes da Revolução Francesa, na qual a família e ela, eram responsáveis pelos aspectos da vida social dos indivíduos e grupos familiares. Tomando as palavras do pensador conservador Lamennais, Nisbet expôs que: “tem de haver uma Igreja ultramontana, uma Igreja estabelecida e reconhecida, ou então a Europa mergulhará no abismo da descrença e será periodicamente salva por este ou aquele entusiasmo secular passageiro” (NISBET, 1987, p.121).

Os conservadores, tais como Burke e Tocqueville, assumiam postura de elevação da religião, enquanto pilar de manutenção das estruturas sociais, e principalmente do fortalecimento das estruturas sociais em mundo que começava a ser dominado pelo racionalismo e se tornando hostil para eles, buscavam também manter as estruturas que favoreciam a ordem social para que os indivíduos não se assustassem com a aparente independência sem limites (NISBET, 1987).

Essa sustentação na qual os conservadores principiam a religião é o que mantém a coesão social, onde o Sagrado, nos moldes do poder divino, se encontra com a vida real dos povos e se manifesta através das festividades religiosas e ações políticas, tais como o Dia de Ação de Graças, o Natal, a Páscoa e o dia de Ano Novo. Os Estados Unidos da América foram modelo para a propagação desse

ideário puritano e nacionalista no mundo capitalista.

Nisbet considera que: “a religião é aceitável: é, na verdade, uma boa coisa, desde que não se faça dela a base para a intromissão das crenças pessoais no corpo público da nação” (NISBET, 1987, p.124). Entre os conservadores, nenhum soube separar a esfera religiosa das funções estatais, especialmente quando o assunto envolve temas morais. Nesses temas eles sempre tendem a intervir e propor emendas constitucionais fazendo interlocuções entre a condução do Estado e seus próprios valores e princípios religiosos (NISBET, 1987).

Aliados à moral religiosa estão a manutenção dos papéis sociais e o preconceito. Alguns destes componentes sociais, históricos, políticos e religiosos são tratados por Agnes Heller. O ponto principal de análise acerca dos papéis sociais desempenhados pelos seres humanos tange a imitação dos comportamentos, modos, formas e gestos de agir, pensar e interpretar a realidade na qual estão inseridos. Para a pensadora:

A mimese humana distingue-se daquela animal já em suas formas mais primitivas; com efeito, o homem é capaz de imitar não apenas momentos e funções isolados, mas também inteiros modos de conduta e de ação (HELLER, 2016, p.125).

Os seres humanos nascem em uma realidade pré-existente, concebida pela interrelação entre outros seres humanos, este é o ponto estruturante das relações sociais humanas, o desenvolvimento de papéis sociais. Esta realidade constitui o que é denominado “reflexo condicionado”, processo que permite aos seres humanos mecanizar suas ações por meio de reações instintivas adquiridas ao longo de sistêmicas repetições, seja no âmbito mais simplório e individual da vida humana, até a assimilação de hierarquias e valores morais (HELLER, 2016).

A tradição ganha notoriedade na estruturação social, as sociedades pré-capitalistas eram fortemente influídas pelo passado: “os filhos imitavam os pais, os netos imitavam os avós; e isso ocorria em todos os aspectos da vida, das experiências de produção até a moral” (HELLER, 2016, p.27), nessas sociabilidades a figura do ancião era extremamente valorizada, pois eles eram quem melhor conheciam o passado e poderiam traduzi-lo.

Mas os indivíduos são múltiplos e incognoscíveis em totalidade, por mais que participem fervorosamente da vida comunitária, neste sentido tem-se nos

estereótipos variadas manifestações individuais de concepções universais, tal processo faz com que os indivíduos, engolidos pela exterioridade, se alienem de suas próprias personalidades.

O aparecimento de estereótipos dificulta extraordinariamente as tarefas do conhecimento dos homes. Pois, quando o homem desempenha um papel, é perfeitamente possível que não se “manifeste” de modo algum naquilo que faz e que suas relações sociais (por numerosas que sejam) não aumentam a variedade de sua substância (HELLER, 2016, p.132).

Na esteira dos papéis sociais encontra-se outro elemento estruturante da alienação cotidiana: os preconceitos, que se fundamentam sobre a cotidianidade, mas, em boa parte, são frutos dos estereótipos, que repetem cotidianamente, e irracionalmente, diversos modos, agires e pensamentos, pois a humanidade necessita de pontos de segurança e certa afeição ao preconceito, algo não superado pela razão, como propunha os iluministas: “dois diferentes afetos podem nos ligar a uma opinião, visão ou convicção: a fé e a confiança. O afeto do preconceito é a fé” (HELLER, 2016, p.74).

A confiança parte para o lado mais individual dos seres humanos, o Eu, ou seja, a individualidade é quem estabelece os vínculos que cada pessoa irá ter ao decorrer de suas vidas. Conforme a pensadora:

Quando confio num homem ou numa coisa, sou eu que confio; sou eu que me ofereço no que se refere à confiança, tanto quanto no caso da fé. As necessidades desse “Eu” que se oferece ou entrega não se dirigem apenas a si mesmo; nesse caso, sua teleologia vai além de sua particularidade (HELLER, 2016, p.76).

A maioria dos preconceitos existentes na sociedade são frutos do pensamento das classes dominantes, pois elas desejam manter a coesão social que lhes privilegia em ato de conservar a estruturação social que as mantém enquanto detentoras do poder (HELLER, 2016).

Tendo por raiz o cotidiano, pode-se inferir diversos preconceitos: morais, científicos, políticos grupais, nacionais, religiosos, raciais, etc. Os preconceitos individuais são, em maioria, de procedência histórica, vistos que, “o desprezo pelo “outro”, a antipatia pelo diferente são tão antigos quanto a própria humanidade” (HELLER, 2016, P.85).

Os preconceitos morais são caracterizados pelos falsos juízos de

valores, que acusam qualquer diferença como imoralidade, o preconceito de grupo é entendido como a aversão a grupos diferentes do que é considerado hegemônico, existe também a estereotipia dos traços nacionais, religiosos, étnicos, etc. A pessoa predisposta ao preconceito passa por cima das características individuais e busca estereotipar o alvo do preconceito pelo grupo na qual a vítima faz parte (HELLER, 2016).

Um conceito importante para esta interlocução é o do *habitus*, cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para o pensador existe estruturas de poder construtoras e mantenedoras de culturas dominantes em detrimento das manifestações divergentes permitem a naturalização das violências contra determinados grupos sociais, étnicos, políticos e religiosos, criam-se o *habitus* no qual cada indivíduo reproduz, a partir da classe social e da cultura em que está inserido, normas, condutas e interações com o mundo e a sociedade, a ciência, a religião e a educação, favorecendo a manutenção da hierarquia social que estrutura seu próprio convívio social através de elementos simbólicos-materiais (BOURDIEU, 2004).

O *habitus* é o modo onde os indivíduos reproduzem, a partir da classe social e da cultura em que está inserido, normas, condutas e interações com o mundo e a sociedade, a ciência, a religião, a educação, e favorecem a manutenção da hierarquia social que estrutura seu próprio convívio social através de elementos simbólicos-materiais (BOURDIEU, 2004)

Com efeito, qual é o princípio da escritura reduzida a um puro exercício de estilo a não ser a vontade imperiosa de banir do discurso todos os índices sociais, a começar pelas “ideias concebidas”, lugares comuns em torno dos quais um grupo inteiro se congrega em torno de reafirmar sua unidade reafirmando seus valores e crenças que denotam infalivelmente a posição social e identificação satisfeita com esta posição por parte daqueles que professam tais valores e crenças (BOURDIEU, 2004, p.197).

Setton expõe que diversos pensadores discutiram o conceito do *habitus*, dentre eles Durkheim e Bourdieu, e apresentavam algumas diferenças conceituais sobre o processo histórico-social de formação do *habitus* em uma sociedade. Em Bourdieu, tudo depende do momento em que estamos falando, ou seja, da conjuntura, em aliança com o *habitus*, que representa os valores de uma sociedade transmitidos pelas relações e instituições sociais. Conforme a pensadora:

Para Bourdieu, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um

encontro entre um habitus e um campo (conjuntura). Assim, as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica (SETTON, 2002, p.64)

Neste sentido, “o habitus é um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social” (SETTON, 2002, p.65). O habitus não pode ser traduzido como uma forma de pensamento imutável, pois como vimos, tudo dependerá da conjuntura social, histórica e política aliada ao conceito que já está presente no subconsciente dos indivíduos em sociedade (SETTON, 2002).

3.2 Movimento LGBTQIA+: desafios e conquistas

Durante as primeiras décadas do século XX, as grandes cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, foram palco de transformações significativas no campo social, cultural e econômico, devido ao processo de ampla migração, imigração e urbanização no Brasil. A polícia, junto ao aparato médico legal entram em cena no trato das questões de gênero, etnia e sexualidade, alguns nomes tornaram-se famosos nas referidas décadas, como Madame Satã, negra e imigrante nordestina, que desafiava o poder policial à época. Segundo o pensador estadunidense James Green:

Embora projetasse uma imagem de durona, o nome que adotava, Madame Satã, denegria a associação tradicional do malando com a masculinidade, evocando uma figura sinistra ao mesmo tempo misteriosa, andrógina e sinistra (GREEN, 2019, p.163).

A alta sociedade à época também mantinha relações homoafetivas, tais como o escritor Mario de Andrade e a arquiteta Lota de Macedo Soares, mas os relacionamentos eram mais reservados e não se tornavam caso de polícia. Em contraponto aos encontros reservados as praças, salas de cinema, pensões e bordéis se tornaram, nos grandes centros, local de refúgio, pegação e acolhimento no cenário LGBTQIA+ brasileiro. Outro local procurado para encontros dessa população na década de 1950 foram as praias cariocas, especialmente a praia de Copacabana:

Enquanto os homossexuais com menores rendas se apertavam em

pequenos apartamentos na localidade ou no centro do Rio de Janeiro, na cidade de São Paulo, mesmo com situação de repressão policial que buscava limpar socialmente alguns bairros da cidade de homossexuais e profissionais do sexo, eles mantinham suas zonas de interação social no centro da cidade. Conforme James Green:

Como resultado de um maior controle da polícia nas áreas do centro, os homossexuais, que dividiam boa parte desse espaço com as prostitutas nos anos 30, foram forçados a mudar suas áreas de interação do Vale do Anhangabaú para o Parque D. Pedro, no lado oposto do promontório que abrigava o centro histórico de São Paulo (GREEN, 2019, p.293).

Passadas as décadas iniciais do século XX onde, mesmo com ressalvas e críticas sociais, existiram bailes e festas carnavalescas de travestis, o Brasil é vítima do golpe civil militar em 1964 (GREEN, 2019). Durante o período do Golpe e nos estudos e ações que se seguiram após o processo de redemocratização, com ênfase à Comissão Nacional da Verdade, poucos intelectuais se dedicaram aos estudos sobre a temática LGBTQA+ (QUINALHA, 2018).

Para Quinalha:

Assim, apesar dos fartos elementos que sugerem se promissora a reflexão sobre o cruzamento entre regimes autoritários e regulação das sexualidades, a literatura sobre a ditadura brasileira concentrou-se em destacar aspectos mais traumáticos e clandestinos da repressão estatal contra dissidentes estritamente políticos (QUINALHA, 2018, p.20).

O golpe militar foi amplamente requisitado e aprovado por alguns setores da sociedade brasileira, especialmente as classes médias, vinculados, naquele momento, a boa parte dos setores religiosos, pelos ruralistas e empresários que buscavam, através do que autodenominaram Revolução. Para essa parcela da sociedade: “a “democracia” não era apenas ocidental e capitalista, mas também cristã, e precisaria estar permanentemente alerta contra os riscos criados e alimentados por conspiradores de fora e de dentro das fronteiras nacionais” (QUINALHA, 2018, p.26)

Deste modo:

Católicos conservadores, grupos femininos de direita, moralistas de ocasião, grandes proprietários rurais e outros ramos do empresariado, bem como outras camadas das classes médias insufladas pelo discurso de combate à “corrupção” e à “ameaça comunista”, ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras contra o governo João Goulart clamando por uma intervenção

redentora das forças armadas e, a partir de abril, efetivamente em apoio ao golpe civil-militar (QUINALHA, 2018, p.24).

Em 1968 é instaurado o Ato Institucional de número 5, AI-5, o mais duro de uma série de Atos Institucionais que: “já anunciava a necessidade de uma preservação de uma ‘autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do nosso povo, na luta contra a corrupção” (QUINALHA, 2018, p. 25).

Nos anos 1969 a 1972 as forças militares eram sumariamente utilizadas para impedir a “subversão”, dentre elas o fechamento de boates de socialização LGBTQIA+, com ênfase às boates gays e a prisão dos frequentadores desses espaços. Outro ponto, talvez o mais relevante para os militares, era as publicações e produções artísticas que ousassem atentar à moralidade pública, cabíveis de censura (GREEN, 2019). Conforme o pesquisador James Green:

As medidas repressivas tomadas pelos militares a fim de erradicar a “subversão” tiveram um efeito desalentador sobre a sociabilidade homossexual entre 1969 e 1972. A polícia militar efetuava batidas frequentes no centro do Rio e de São Paulo. Arbitrariamente, os policiais abordavam as pessoas para conferir se seus documentos estavam em ordem, e indivíduos suspeitos podiam ser detidos para interrogatório (GREEN, 2019, p.407).

Antes do golpe militar em 1964, o país já passava por transformações no âmbito das relações sociais, especialmente com a urbanização e modernização que desestabilizavam as estruturas sociais vigentes. Deste modo: “os costumes e as sexualidades não passavam incólumes aos agitados anos 1960” (QUINALHA, 2018, p.24). Alguns autores classificam o AI-5 como um “golpe dentro do golpe”, pois favorecia a espionagem, escalavam e mantinham a repressão e eram: “sempre acompanhados do clamor por mais censura e por atuação mais rigorosa dos órgãos de segurança” (QUINALHA, 2018, p.29).

Deste modo:

A ideologia e o aparato repressivos dão concretude, portanto, à preocupação marcada da ditadura brasileira com a pornografia, o erotismo, as homossexualidades e as transgeneridades, fenômenos classificados como temas e práticas ameaçadoras não apenas contra a estabilidade política e a segurança nacional, mas também contra a ordem sexual, a família tradicional e os valores éticos que, supostamente, integravam a sociedade brasileira (QUINALHA, 2018, p.29).

Na década de 1970, por influência estrangeira, do milagre econômico e da urgência de pautas mais duras à ditadura militar que emergem maiores discussões e começa a abertura para um mercado homossexual: “os empresários tiraram vantagem dessa abertura à sociabilidade homossexual e ofereceram um número crescente de opções para consumidores gays de classe média, cuja renda disponível havia crescido graças ao milagre econômico” (GREEN, 2019, p.410). Ao passo que existia mais boates e saunas gays nos grandes centros urbanos, aumentava também o número de transsexuais e acompanhantes masculinos nas ruas (GREEN, 2019).

Conforme o estudioso:

Os códigos de vestuário do homem e da mulher ficaram mais flexíveis, enquanto o estilo unissex confundia as distinções entre roupas masculinas e femininas. Às mulheres era permitido aparecer em público usando jeans e roupas mais provocantes, ao passo que os homens podiam adotar estilos mais andróginos sem sofrer uma estigmatização severa (GREEN, 2019, p.413).

Nos anos finais da década de 1970, o milagre econômico já demonstrava a decadência, aliado a crise do mundial do petróleo e ao desemprego, as classes médias dos centros urbanos estavam cada vez mais empobrecidas. Diante desse cenário buscavam bodes expiatórios para expressarem suas revoltas sociais, com forte apelo para os valores e comportamentos morais de valorização da família e dos bons costumes. Nos bairros centrais das grandes cidades, especialmente em São Paulo, o trabalho de acompanhantes masculinos e travestis se tornou comum (OCANHA, 2018).

Eclode no Brasil, nos referidos anos, um movimento conhecido como “desbunde”, de perspectiva contracultural, representada por nomes como: Caetano Veloso, Ney Matogrosso e o grupo Dzi Croquettes, no mesmo período o amor homossexual começa a furar as barreiras da ditadura e estampar capas de importantes revistas de circulação nacional, como a IstoÉ, e encenar dentro das grandes salas de teatro brasileiras. Na década de 1980 eclode os primeiros casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causada pelo vírus HIV, e há uma grande associação entre o vírus e os LGBTQIA+ (GREEN, 2019).

Apesar da aparente tolerância da ditadura militar para com a população LGBTQIA+ na década de 1970, com a possibilidade dos grupos e artistas mencionados acima se apresentarem “livremente”, muito dessa abertura se dava a

fim de não dar visibilidade para as apresentações. Se uma peça é censurada, logo ganha visibilidade pela mídia e pelos setores da sociedade, se a apresentação for livre, apenas um número reduzido de interessados/as irá às apresentações (QUINALHA, 2018)

Para o pesquisador:

Tal modo de compreensão fica claro quando se nota que alguns censores encaravam a homossexualidade como algo repugnante e reprovável, mas preferiam liberar uma peça de teatro porque o eventual veto poderia resultar em maior projeção e divulgação, tendo o efeito contrário ao que se pretendia (QUINALHA, 2018, p.32).

Logo, a sociedade exigia ações legais para o controle do trabalho dos acompanhantes masculinos e das travestis. A prática do sexo gay e da prostituição não se caracterizavam crime no Brasil, como vimos nos Códigos anteriores. A proposta dos moralistas era a prisão por vadiagem, essas sim previstas em lei. Os/as trabalhadores/as do sexo deveriam portar carteira de trabalho registrada, caso contrário eram levadas para averiguação policial e, em muitos casos, presos/as (OCANHA, 2018).

Para Ocanha:

A prisão temporária com o argumento de averiguação contém elementos clássicos da instituição prisional descrita por Michel Foucault. Nessa ação a população LGBT que frequentava o centro de São Paulo entrou em contato com a dimensão física e psíquica do ambiente, o que Foucault chamou de “o espírito da prisão”. A situação ficou ainda pior depois da Lei nº 6416, de 24 de maio de 1977, que proibiu o pagamento de fiança para soltura dos que respondessem inquérito por vadiagem (OCANHA, 2018, p.81).

Um grande nome da caçada aos LGBTQIA+ na cidade de São Paulo foi o delegado Richetti, sob seu comando diversas ações repressoras foram realizadas contra a comunidade, especialmente contra os homossexuais, travestis e lésbicas. As Operações Cidade, Limpeza, Rondão e Sapatão, tinham por objetivo intimidar e expulsar esse grupo do centro da cidade e de seus locais de socialização (OCANHA, 2018).

Apesar das ações violentas, a população LGBTQIA+ e importantes aliados fizeram frente a política instaurada pelo delegado Richetti, como foi o caso da advogada Alice Soares, do Centro Acadêmico XI de Agosto, que defendia gratuitamente travestis presas nas operações. Outros nomes, como os deputados

estaduais Eduardo Suplicy, Irma Passoni e Fernando Moraes do Movimento Democrático Brasileiro foram relevantes na defesa do movimento, pois abriram sindicância contra a ação de Richetti (OCANHA, 2018).

Houve também, já no início dos anos 1980, uma grande manifestação na cidade de São Paulo, que começou com a leitura de uma carta conjunta de diversas entidades e organizações que começavam a surgir em defesa dos direitos LGBTQIA+. Eles/as percorreram as ruas do centro de São Paulo gritando palavras de ordem contra as ações repressoras do Estado (OCANHA, 2018).

Uma cópia do documento foi apreendida pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, e graças a ela podemos verificar os 12 grupos participantes: Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual; Movimento Negro Unificado; Ação Lésbica-Feminista; Núcleo de Defesa à Prostituta; Associação de Mulheres; Grupo Feminino 8 de Março; Convergência Socialista; Grupo de Mulheres do jornal O Trabalho; Departamento Feminino da USP – DCE Livre; Grupo Eros; Ação Homossexualista; e Nós Mulheres (OCANHA, 2018, p.84).

Poucos anos antes da década de 1980, surgiram as primeiras publicações independentes da comunidade LGBTQIA+, a publicação “Gente Gay” foi editada por Celso Curi, Anuar Farad, Agildo Guimarães, Hélio Fonseca e José Rodrigues e trazia fofocas sobre a comunidade gay do período, além de informações sobre o movimento internacional. Também existiu duas pequenas redações, o “Entender”, “Gay Society” e o “Mundo gay: o jornal dos entendidos”, as três publicações tiveram vida curta (GREEN, 2019).

Com a visita do editor da Gay Sunshine, Winston Leyland, em 1977 e maior abertura política nos anos seguintes, alguns nomes, como o antropólogo Peter Fry, o cineasta e crítico de cinema Jean-Claude Benardet, o pintor e escultor Darcy Penteado e os ativistas João Antônio Mascarenhas e João Silvério Trevisan foram importantes nomes para a criação do Jornal “o Lâmpião da Esquina”, dirigido ao público homossexual e com matérias sobre o movimento feminista, consciência negra, lésbicas e questões culturais e sociais brasileiras (GREEN, 2019).

Segundo McRae:

Seus editores pretendiam originalmente não só lidar francamente com a homossexualidade, como também forjar alianças com outras “minorias” com reivindicações específicas, como os negros, feministas, índios e representantes do movimento ecológico (MACRAE, 2019, p.42).

De fato, os interesses das publicações se tornaram menos abrangentes do que a proposta inicial, mas serviram para: “os aspectos políticos, existenciais e culturais da homossexualidade de forma positiva, recusando os antigos enfoques pejorativos, até então hegemônicos” (MCRAE, 2018, p.43).

Figura 1 - Edição 14 da revista "Lampião da Esquina"



Fonte - <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

Figura 2 - Edição 8 da revista "Lampião da Esquina"



Fonte - <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

Por consequência das publicações do jornal “o Lampião” foi criado o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que posteriormente se denominou “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”⁵, em um acalorado debate do grupo na USP houve diversas discussões sobre os caminhos político-partidários brasileiro e os interesses do movimento homossexual à época. Nas palavras do pesquisador:

os estudantes gays se queixavam que a esquerda brasileira era homofóbica. Estudantes de esquerda que apoiavam Fidel Castro e a Revolução Cubana argumentavam que combater temas específicos, como sexismo, racismo e homofobia iriam dividir o movimento contra o regime militar. Eles sustentavam que as pessoas deveriam se unir em uma luta geral contra a ditadura. (GREEN, 2019, p.443)

O grupo Somos uniu os frequentadores dos intelectuais, artistas e outros profissionais que estavam exaustos da sociabilidade restrita à bares e “guetos” impostos à população LGBTQIA+. A primeira ação foi uma carta aberta direcionada ao Sindicato de Jornalistas denunciando a forma pejorativa como tratavam a população em questão (MCRAE, 2018).

Conforme McRae, as legislações brasileiras nunca proibiram as relações afetivas entre as pessoas LGBTQIA+, como ocorreu em outros países, e as situações de repressão eram pontuais e específicas para certos grupos da sociedade, com ênfase nas batidas e blitz policiais nos denominados “guetos” homossexuais, ou seja, nos locais de socialização, diversão e formação política dos LGBTQIA+, especialmente lésbicas e gays. A repressão contra a população trans sempre foi presente pela polícia e sociedade brasileira (MCRAE, 2018).

O gueto existia em algumas das grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo e consistia tipicamente numa área central onde certos bares, saunas, discotecas, banheiros públicos e parques serviam como pontos de encontro para homossexuais (MCRAE, 2018. p.44).⁶

⁵ Um trabalho interessantíssimo é a análise histórica e autobiográfica do grupo feita por James N. Green, denominada: “Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideais e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo, publicado no livro: “História do Movimento LGBT no Brasil, referenciado ao final deste trabalho.

⁶ É possível encontrarmos trabalhos que versam sobre a temática fora do eixo Rio-São Paulo. Indicamos a leitura dos textos: “Pederastas e meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972) de Michele Pires Lima e Patrícia Melo Martins, “GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses” de Rita de Cassia Colaço Rodrigues. Os dois trabalhos se encontram no livro: “História do Movimento LGBT no Brasil, referenciado ao final deste trabalho.

Neste sentido, as disputas não se davam diretamente contra um inimigo em comum, por exemplo a legislação brasileira, mas entre os próprios membros/as dos grupos e organizações que começavam a se espalhar pelo Brasil. Dado o contexto ditatorial, e a maior abertura que a oposição ao regime dava aos grupos sociais organizados, como as feministas, os/as negros/as e aos LGBTQIA+, as discussões ocorriam dentro das diferenças entre as posições políticas e os preconceitos que se demonstravam dentro desses ambientes (MCRAE, 2018)

Neste sentido:

Divisões clássicas entre marxistas ressurgiam, e novos grupos com reivindicações mais específicas também faziam suas aparições. Os movimentos negro e feminista chamavam uma atenção especial. As questões levantadas por eles, assim como seus métodos de ação coletiva, extrapolavam os limites da política clássica. Ambos levantavam questões que até então eram desprezadas como “culturais” ou restritas às vivências individuais dos militantes políticos (MCRAE, 2018, P.42)

Após esse primeiro embate acadêmico entre as pautas da esquerda e os interesses do movimento que surgiu as primeiras modificações nos discursos de docentes, pesquisadores e médicos, que começaram a se contrapor aos ideais médico-legais das décadas de 1930 e 1940 e iniciaram novas discussões baseadas na diversidade sexual humana. Conforme James Green:

Como resultado dos debates e discussões em torno dessas e outras questões relacionadas à homossexualidade, iniciadas em grande parte pelos ativistas dos direitos de gays e lésbicas, psiquiatras, sexólogos e acadêmicos começaram a publicar um material mais favorável sobre relações homoeróticas na imprensa e nas revistas especializadas. Em vez de se apoiar nos escritos médico-legais das décadas de 1930-1940, esses autores em geral apresentavam a ideia de que a homossexualidade era apenas um entre muitos diferentes comportamentos sexuais possíveis, e não uma patologia (GREEN, 2019, p.443).

Para João Silvério Trevisan, foram os grupos gays organizados, como o Grupo Gay da Bahia, que começaram a reivindicar algumas garantias para a população representada, tais como, a retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças e a pressão do GGB sobre o Conselho Federal de Medicina que reagrupou a homossexualidade para o quadro de circunstância psicossocial, tal qual o desemprego, desajustamento social e tensões psicológicas. O GGB iniciou um trabalho de periodização dos assassinatos e perseguições a LGBTQIA+ no país. (TREVISAN, 2018)

Algumas reivindicações foram promovidas pelo grupo SOMOS, como o reconhecimento do Grupo Gay da Bahia e o grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, a revogação da classificação da homossexualidade como “desvio e transtorno mental” do código de doenças do INAMPS e, como atendimento às reivindicações do grupo, a inclusão da proibição da discriminação no Código de Ética dos Jornalistas (MCRAE, 2018).

Dentro dos grupos LGBTQIA+, dentre eles o SOMOS, haviam disputas de poder, especialmente pelo machismo sofrido pelas mulheres lésbicas: “as lésbicas lutavam em duas frentes: contra as relações de dominação entre os sexos e contra a reprodução dos papéis de dominador e dominado no ambiente homossexual” (MCRAE, 2018, p.48). Como resultado formaram o GALF- Grupo de Ação Lésbica-Feminista (MCRAE, 2018).

Antes da criação do GALF, as lésbicas do grupo SOMOS criaram o subgrupo “Grupo Lésbico-Feminista”, o LF, que buscavam desenvolver algumas ações dentro do SOMOS. Segundo Fernandes, o LF decidiu:

Encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS; ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o SOMOS e buscar alianças com o movimento feminista (FERNANDES, 2018, p.93)

Alguns homens do SOMOS não aceitaram as ideias do LF e “foram hostilizadas e chamadas de “histéricas” e “divisionistas” dentro do próprio grupo pioneiro do movimento LGBT” (FERNANDES, 2018, p.93). Também não foram aceitas junto aos grupos feministas já estabelecidos, especialmente porquê as discussões não envolviam questões essenciais para as lésbicas, como o questionamento da heteronormatividade (FERNANDES, 2018).

Conforme Fernandes, durante a realização do III Congresso da Mulher Paulista houveram violências políticas contras às lésbicas vindas de alguns grupos feministas. Segundo e pesquisadora:

A integrante do grupo MR-8, que após o fim do bipartidarismo em 1979 ingressou nas fileiras do MDB, Márcia Campos questionava: “como pode uma mulher da periferia aceitar que o seu movimento seja dirigido por lésbicas, como querem as mulheres de classe média do movimento? A lésbica nega a sua própria condição de mulher, não pode fazer parte de um movimento feminino”. Para Isabel Cleto de Souza, presidente da Associação das Empregadas Domésticas, “a mulher livre é a que se define no trabalho e não

a que quer ser homem” (FERNANDES, 2018, p.96).

Depois de algum tempo de criação, o GALF teve importantes divisões, dele saiu o Grupo Terra Maria – opção lésbica “que veio enriquecer o movimento, com ótimas discussões e ações” (FERNANDES, 2018, p.99), outras foram para o grupo SOS Mulher. Sem dúvidas a principal conquista do GALF foi a criação do jornal ChanacomChana: “a sua circulação alcançou nível nacional, propiciando a quebra do isolamento, aproximando e informando lésbicas de todo o país” (FERNANDES, 2018, p.99).

Figura 3 - Edição 7 da revista "ChanacomChana"



Fonte - <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>

Figura 4 - Edição 5 da revista "ChanacomChana"



Fonte - <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>

O Ferro's Bar foi um local de socialização das lésbicas e dos transexuais masculinos. No ano de 1983 algumas integrantes do GALF estavam vendendo exemplares do jornal ChanacomChana no referido bar e foram proibidas pelo dono do estabelecimento, a negativa gerou revolta entre a comunidade e: diante desse autoritarismo, Rosely promoveu um ato político que foi articulado com lésbicas, gays, feministas, defensores dos direitos humanos, políticos e a grande imprensa, para que na noite de 19 de agosto o Ferro's fosse ocupado (FERNANDES, 2018, p.100).

A invasão causou grande tumulto com coberturas da mídia e presença da polícia e o dono do Ferro's voltou atrás da sua decisão. Esta vitória é um marco fundamental na história do movimento de lésbicas brasileiro. Em homenagem a Rosely, a partir do ano de 2003, na data de 19 de agosto, celebra-se em São Paulo, o dia do Orgulho Lésbico (FERNANDES, 2018, p.100).

Atuando nos anos iniciais de 1980 na cidade do Rio de Janeiro, o grupo Triângulo Rosa, junto ao movimento baiano denominado Grupo Gay da Bahia, teve papel importante para trazer à tona as discussões do movimento LGBTQIA+ à

agenda política, como consequência propunham inclusão da questão da não-discriminação por orientação sexual na Assembleia Nacional Constituinte – ANC (CÂMARA, 2018).

Nas eleições de 1982, os partidos políticos ligados à esquerda começaram a se interessar pelo movimento LGBTQIA+, especialmente pelo movimento de gays e lésbicas mais organizados naquele momento. O Partido dos Trabalhadores teve papel fundamental neste diálogo, mesmo após as falas preconceituosas de seu fundador, Luís Inácio Lula da Silva, à revista Lampião da Esquina tempos antes (CRUZ, 2018).

O grupo Gay da Bahia, que tem sua história mesclada com a de seu fundador Luiz Mott, é um dos mais antigos grupos organizados a usarem e reivindicarem o uso da terminologia “Gay” publicamente. Uma das principais ações do Grupo, dentre diversas outras conquistas, é realizar o levantamento da violência sofrida pela população LGBTQIA+, através de relatórios anuais (MOTT, 2018).

Nos anos 1980 o drama e pânico da Aids se espalhava pelo Brasil, cientistas e personalidades públicas, tais como os médicos Vicente Amato da USP e o mineiro Aloísio Resende Neves, o arcebispo de Porto Alegre Cláudio Colling, o jornalista Paulo Francis, o especialista em esporte Osmar de Oliveira, o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros e a revista Veja se aproveitaram do momento intuindo fama sensacionalista e propagação do terror perante a população, associavam a AIDS à homossexualidade (TREVISAN, 2018).

Segundo Caetano et al.:

O HIV/Aids produziu ressonâncias complexas nos comportamentos sociais, o tempo inicial da epidemia era de excessos. A fogueira da inquisição fora reacendida nos idos dos anos 1980 e se apresentava para alguns moralistas como resposta da revolução sexual e da fragilidade da família mononuclear (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018, p.286).

As pessoas LGBTQIA+ do período foram utilizados como bode-expiatório para culpabilização da AIDS, foram acometidos pelo medo e levados a tratamentos terapêuticos, que utilizavam de áreas da psicologia e medicinas alternativas, as relações duradouras foram enfraquecidas, ou rompidas, casais monogâmicos evitavam relações sexuais e diversas pessoas abriram mão de suas vidas íntimas, ou entraram em casamentos heterossexuais de fachada. Abaixo uma reflexão de João Silvério Trevisan:

Também aqui, me parece, a peste fez emergir a verdade. Ou seja: apareceu à luz do dia esse medo subjacente e muito anterior, nunca suficientemente checado nem resolvido, em relação ao próprio prazer e à sua face, a morte. Já mencionais antes a possibilidade de que, no tocante à prática homossexual, nosso inconsciente tenha se ressentido de um terror secular, com raízes nas mais antigas interdições, cujos efeitos incessantemente acumulados de geração a geração eclodem no presente, de maneira quase irracional (TREVISAN, 2018, p.422).

A eclosão da AIDS levou inúmeras ONGs a empreender no campo dos cuidados com os pacientes acometidos pelo vírus/doença e recebiam recursos para tratá-los, a Igreja católica foi uma dessas instituições, juntamente com outras comunidades cristãs. Os novos tratamentos, que incluíam coquetéis medicamentosos, se espalharam pelo país ao longo da década de 1990 e controlaram o avanço da epidemia (TREVISAN, 2018).

Com o controle da epidemia no Brasil, especialmente pelo avanço no tratamento da infecção/doença, o HIV/AIDS começou a ter o estigma descolado da população LGBTQIA. Para Caetano, Nascimento e Rodrigues:

A proliferação discursiva sobre a epidemia da AIDS, a insurgência das organizações não-governamentais, as políticas de financiamento contra o HIV, o interesse mercadológico com o nicho gay iniciado nos fins dos anos de 1990 e as investidas do mercado midiático contribuíram para a “pluralidade” e a massificação da visibilidade no imaginário social e foram fundamentais porque deslocaram os discursos sobre a população LGBT de seus marcadores estigmatizados (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018, p.291).

O novo milênio chegou com o advento da internet e de revistas com teor cultural e erótico voltados para o público “GLS”, Gays, Lésbicas e Simpatizantes, as revistas Sui Generis e a G Magazine foram sucesso de vendas no período e exibiam fotos íntimas de artistas, cantores e jogadores de futebol. Efervesceu no período um mercado estrategicamente voltado para essa população, que ampliou a contestação social para o âmbito do reconhecimento (TREVISAN, 2018).

Nesse período um grande evento de manifestação cultural e política ganha destaque, são as Paradas LGBTQIA+, em São Paulo denominada como Parada do Orgulho LGBT, viu saltar seu público, de duas mil pessoas na Paulista em 1997 para três milhões em 2017 (TREVISAN, 2018).

Diversos grupos foram evidenciados no intercurso dos anos 1990 para os anos 2000, a Parada do Orgulho LGBT, por exemplo, é registrada em cartório,

possui endereço fixo e site na internet, em 1995 foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), além do Fórum paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros e o Disque-Denúncia da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, dentre outras organizações (TREVISAN, 2018).

No âmbito jurídico, uma das lutas pelos direitos LGBTQIA+ se deu pela reivindicação à união civil entre pessoas do mesmo sexo. O projeto de lei 1151/95 de autoria de Marta Suplicy, juntamente as declarações do deputado Andrew Sullivan foram o pontapé inicial das discussões. O projeto foi engavetado no ano de 1996, após diversos adiamentos. Em diversas partes do país foram incluídas Comissões de Direitos Humanos, e o item discriminação por orientação sexual foi incluída na Lei Orgânica de vários municípios (TREVISAN, 2018).

Existe uma ritualística nas Paradas: “nas Paradas brasileiras, por não haver divisão entre atores e espectadores, há uma liberdade na manipulação de uma série de signos verbais e não verbais que permitem a criação de personagens que subvertem a ordem” (CAMARGOS, 2018, 429).

Conforme o estudioso:

Se observarmos o contexto da Parada, pode-se notar como o caráter ritualístico da linguagem carnavalesca proporciona um direito de gozar a liberdade, de familiarizar-se, de quebrar tabus e regras habituais da vida cotidiana em sociedade e fazer ousadias como beijar o(a) namorado(a) em plena avenida, mostrar os peitos siliconados, os pelos hormonizados, ou o traseiro, o que, na vida extra carnavalesca da ordem é considerado imoral, obsceno (CAMARGOS, 2018, p.431).

Os anos 2000 foram marcados pelas primeiras denúncias envolvendo casos de homofobia na televisão, em uma ocasião, o apresentador João Kléber e a Redetv foram obrigados a pagar 400 mil reais de indenização ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. No Rio Grande do Sul, a desembargadora Maria Berenice Dias reconheceu solicitações de uniões homoafetivas como família (TREVISAN, 2018).

Outro ganho para a comunidade LGBTQIA+ foi o reconhecimento de um companheiro homoafetivo como dependente no plano de saúde do marido, atribuído a juiz do TRF4, excelentíssimo Roger Raupp Rios. Outra sentença importante expedida em Porto Alegre tangeu a dependência preferencial do/a parceiro/a homoafetivo/a quanto aos direitos previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (TREVISAN, 2018).

Em 2001, foi aprovado na cidade de São Paulo a lei 10.948, que pune

estabelecimentos públicos ou privados que praticarem homofobia contra clientes ou usuários. É salutar considerar a importância da advogada Tereza Rodrigues Viera na luta pelo direito a mudança do nome e cirurgia de redesignação sexual para a população Travesti. Os governos petistas buscaram conciliar interesses divergentes, tais como: “Marta Suplicy como prefeita de São Paulo (...) e seu vice-prefeito Hélio Bicudo, um católico fervoroso e homofóbico de carteirinha” (TREVISAN, 2018, p.502)., venceram as forças conservadoras.

Conforme o estudioso brasileiro João Silvério Trevisan:

As pautas LGBT foram deixadas de lado, às vezes rudemente, em favor de alianças com setores conservadores e religiosos fundamentalistas, sem que representantes parlamentares, com raras exceções, ou lideranças homossexuais fiéis ao partido condenassem esses pactos espúrios (TREVISAN, 2018, p.502).

Em âmbito federal, os governos petistas, especialmente o governo Lula, através do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, cria em 2004 o projeto “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (TREVISAN, 2018; BRASIL, 2004).

A pouca representação na área pública continua nas décadas iniciais do século XX, Jean Wyllys foi o único candidato abertamente LGBTQIA+ no mandato que sucedeu as eleições de 2014 e culminou no processo de destituição do PT do poder federativo no ano de 2016. Cabe ressaltar o assassinato da vereadora Marielle Franco na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2018, Marielle era mulher, negra, bissexual e advinha da periferia da cidade: “Marielle Franco tinha o aval de sua própria experiência e representatividade, ao contrário de tantas candidaturas de última hora que parecem mais se aproveitar da comunidade LGBT do que representá-la” (TREVISAN, 2018, p.504).

Durante os anos de 2000 e 2010, houveram diversas manifestações a favor da criminalização da homofobia, encabeçadas pela defesa do Projeto de Lei da ex-Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo. Ocorreram nos anos de 2010 a 2013 a Marcha Nacional contra a Homofobia. Para Irineu:

A relação que as Marchas expressaram durante o período da gestão federal do PT demonstram os sentidos do que podemos nomear de limites da política de conciliação, baseada na coalizão de setores historicamente antagônicos.

A mesma prevaleceu nos oito anos de gestão Lula, tendo um esgotamento no governo Dilma, evidenciado por exemplo na conciliação entre os setores conservadores religiosos e setores do movimento LGBT (IRINEU, 2018, 486).

O atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, antes de vencer o pleito, declarou em 2018 “Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (ELPAÍS, 2021) e que “as minorias devem se curvar as maiorias ou serão esmagadas” (ELPAÍS, 2021). A atual representante do Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos, Damares Alves, declarou em vídeo publicado nas redes sociais que: “é uma nova era no Brasil” onde “menino veste azul e menina veste rosa” (G1, 2021), em forma de protesto contra o que ela e alguns setores da sociedade, acreditam ser um alastramento do que chamam ideologia de gênero implantada pelos governos anteriores.

As eleições municipais de 2020 foram de extrema importância para o movimento LGBTQIA+ brasileiro, segundo a ANTRA Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, 294 candidatos concorreram ao pleito em 25 estados, no âmbito de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos destes: “(...) temos 263 travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 candidatas com outras identidades trans. Representando um salto de 226% em relação a 2016 quando tivemos 89 candidaturas e 8 pessoas eleitas” (SIMPSON, BENEVIDES, 2020).

Mas o caminho ainda é longo para a população LGBTQIA+ brasileira, pois, conforme Trevisan: “não seria exagero supor, no futuro, um recrudescimento da violência contra LGBT, pelo simples motivo de que a conquista de direitos certamente continuará atraindo reações conservadoras, no mesmo nível que o impacto causado por cidadanias que se afirmam” (TREVISAN, 2018, p.575).

No ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal, na figura dos ministros Celso de Mello, Luiz Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux aprovaram a utilização da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que pune os atos de racismo, para equiparação à homofobia, portanto, “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito” (BRASIL, 2019) em razão da orientação sexual da pessoa poderá ser considerado crime, a pena será de um a três anos, além de multa, se houver divulgação ampla de ato homofóbico em meios de comunicação, como publicação em rede social, a pena será de dois a cinco anos, além de multa; a aplicação da pena de racismo valerá até o Congresso Nacional aprovar uma lei sobre o tema (OLIVEIRA; BÁRBIERI, 2021).

Na cidade de Ibiporã, enfoque desta pesquisa, não houveram discussões abertas acerca da temática LGBTQIA+ em nenhum período pesquisado. A cidade de Ibiporã faz parte da Região Metropolitana de Londrina e, no ano de 2021, uma acalorada discussão sobre a temática ocorreu na Câmara de Vereadores, no intuito de criar um Conselho LGBT na cidade. O projeto não foi aprovado pelos/as vereadores e houve diversas manifestações contrárias de setores mais conservadores e fundamentalistas religiosos. Conforme o trecho da Folha de Londrina:

Grupos ligados à Igreja Batista, Presbiteriana, além de alguns católicos que levaram imagens de Nossa Senhora e terços marcaram presença na entrada do legislativo, mesmo após a Arquidiocese de Londrina ter se manifestado em favor do novo conselho (MACHADO, MARCONI, 2021).

Alguns parlamentares, favoráveis a criação do conselho, disseram mensagens de apoio, foram os/as vereadores Chavão (Patriota), Deivid Wisley (Pros), Lenir de Assis (PT), Lu Oliveira (PL), Marcelo Thum (PP). Além dos vereadores, o prefeito Marcelo Belinati se demonstrou favorável ao projeto. A Arquidiocese de Londrina, na figura do bispo Dom Geremias Steinmetz também se manifestou favorável à criação do conselho. Conforme o bispo:

Sabemos da realidade que a comunidade LGBT enfrenta. Queria dizer que não estamos falando do LGBT que vive nos altos patamares da sociedade, mas aquele que está embaixo. Aquele que está na rua. É esse que sofre. Não podemos fechar os olhos e esperamos que os vereadores também não fechem (MARCONI, 2021).

O resumo acerca do movimento LGBTQIA+ apresentado e o caminho a ser percorrido especialmente nos pequenos e médios centros urbanos do país, pode nos transmitir uma mensagem de esperança. Conforme Trevisan, com a mesma força que cada discurso homofóbico, de caráter fundamentalista religioso, aumenta a violência e intolerância, na mesma intensidade aqueles/as que buscam a emancipação de suas consciências alimentam outros/as a se emanciparem (TREVISAN, 2018).

3.3 Serviço Social, Projeto Ético Político e Defesa dos Direitos das pessoas LGBTQIA+ na esfera dos Direitos Humanos

O local de realização da nossa pesquisa foi a Política de Assistência

Social. As políticas sociais, especialmente a Assistência Social, são as maiores empregadoras de assistentes sociais no país (IAMAMOTO, 2009), portanto se faz necessária a compreensão de alguns dos seus princípios norteadores.

A Lei Orgânica da Assistência Social é diretriz para a Política Nacional de Assistência Social e decorre dos desdobramentos da Constituição Federal de 1988. Os princípios fundamentais da Carta Magna em seu artigo 3º, parágrafo 4º, pressupõem que a nação brasileira deve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988)

A Assistência Social no Brasil tem sustentáculo na proteção social, que prima garantia à vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos sociais, papel primordial da vigilância socioassistencial. A PNAS é regida pela LOAS no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, contempla instituições públicas, privadas e filantrópicas que prestam serviços socioassistenciais e recebem recursos públicos para sua realização (LOAS BRASIL, 1993).

A Assistência Social se organiza por níveis de complexidade em dois recortes de proteção social: a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social básica busca prevenir riscos e vulnerabilidades sociais por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Já a proteção social especial visa reconstruir os vínculos quando já estão fragilizados, comprometidos ou rompidos (LOAS BRASIL, 1993).

A Assistência Social, na esfera pública, é a maior contratadora de assistentes sociais no município de Ibiporã, e deve ser um local de promoção dos direitos sociais e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, de modo a proporcionar o diálogo que favoreça à diversas discussões que tangem o cotidiano das famílias referenciadas e atendidas pelos serviços, em seus níveis de complexidade, um diálogo que se faz presente nesta realidade é a discussão sobre a diversidade sexual e de identidade de gênero.

A população LGBTQIA+⁷, que compreende pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexuais e assexuais é uma das mais violentadas em seus direitos humanos. As violações ocorrem no âmbito

⁷ A atual nomenclatura foi adotada pelo movimento com intuito de dar visibilidade ao máximo de orientações sexuais e identidades de gênero, por este motivo há a exposição do sinal de adição no final da sigla.

familiar, social, econômico, político, religioso, estatal, dentre outros espaços e instituições.

O grupo gay da Bahia e o Acontece Arte e Política LGBTI+ realizam anualmente um relatório de mortes violentas contra pessoas LGBTQIA+, através do Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, e apenas entre janeiro de 2020 e setembro de 2021, período no qual a presente pesquisa foi realizada, ao menos 444 pessoas foram vítimas fatais da LGBTfobia no país (OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBT NO BRASIL, 2020-2021),

O Código de Ética do/a Assistente Social brasileiro promulgado em 1993, a Lei 8.662/93, as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social e os documentos, cartilhas e campanhas desenvolvidas pelo conjunto CFESS/CRESS são alguns dos documentos que apontam à formação e atuação do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, especialmente no desenvolvimento, gestão e administração das políticas sociais brasileiras.

Em seus princípios fundamentais, o Código de Ética do Assistente Social, demonstra alguns valores acerca da compreensão profissional junto à diversidade sexual, étnica, religiosa, social e cultural no empenho pela eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e intolerância contra grupos socialmente recriminados (BRASIL, 1993).

O Serviço Social brasileiro se empenha em compreender a que as desigualdades sociais estão interrelacionadas, ou seja, que o modo de produção capitalista favorece a manutenção de diversas explorações para além da sua principal: a exploração do trabalho que se escancara com as expressões da questão social, que resumimos como parte das contradições existentes nas relações entre o Capital e os/as trabalhadores/as. Para Eurico e outros/as pesquisadores/as:

A hierarquização dos povos, a partir da superioridade ocidental europeia, tomada como modelo, constitui a base das relações sociais na modernidade, cuja primazia em relação à satisfação das necessidades humanas fundamentais provoca antagonismos e contradições para os diversos grupos humanos (EURICO et al., 2021, p.295).

Neste sentido, a colonização e a escravidão ganham papel de centralidade nas relações sociais que, aliadas às expressões sociais, constituem a base das desigualdades sociais existentes na modernidade e, consequentemente na era contemporânea. De modo que:

A vida cotidiana no ocidente se organiza a partir da subordinação dos diferentes grupos étnico-raciais ao modelo branco e eurocêntrico, que desqualifica as formas de sociabilidade produzidas pelos povos originários das Américas, pelos povos africanos e pelas populações negras na diáspora (EURICO et al, 2021, p.295).

O racismo, fruto do colonialismo é fato primordial na compreensão do capitalismo no Brasil. Diferentemente da Europa onde houve a questão social é expressa pela transição ao trabalho livre: “na América latina e em particular no Brasil, a constituição da questão social é mediada pelo colonialismo e pela transição do escravismo para um capitalismo dependente” (EURICO et al., 2021, p. 299)

Para Cisne e Santos:

A história da colonização e a do escravismo patriarcal no Brasil determinaram uma dinâmica particular para a formação das classes sociais no país. Aqui, não podemos falar em escravismos em patriarcado e patriarcado sem escravismo, na singularidade de uma país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal (CISNE; SANTOS, 2021, p.101).

Neste sentido, os pesquisadores apontam que:

Reduzir as desigualdades sociais à sua determinação micropolítica, sem levar em conta o racismo que funda as relações sociais no Brasil, é, ao mesmo tempo, insistir na visão de unicausalidade que permeia o debate da “questão social” no Serviço Social e optar pelo discurso tosco de que existe uma democracia racial no país (EURICO et al., 2021, p.300).

As discussões sobre gênero e patriarcado estão presentes no Serviço Social brasileiro há um bom tempo, mas somente com as novas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 que ficaram mais organizadas. Além das Diretrizes, os/as profissionais/as já buscavam discutir a temática nos Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações, artigos, teses, entre outros meios (EURICO et al, 2021)

Influenciadas/os pela práxis feminista militante de muitas/os docentes e discentes buscaram construir no interior da profissão aportes teórico metodológicos vislumbrando questionar as formas de opressão, exploração e dominação de gênero, raça/etnia, classe e sexualidades presentes nas estruturas sociais e que reverberavam na profissão e nos espaços sociocupacionais (EURICO, 2021, p.299).

Para Cisne e Santos é preciso pensar o patriarcado correlacionado

com outras determinações sociais. Neste sentido, “o patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com bases em relações concretas” (CISNE, SANTOS, 2018, p.45).

Segundo as pensadoras:

Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo / sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (sobre seus produtos – como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT (CISNE; SANTOS, 2018, p.45).

A heterossexualidade como norma também é pensada por Cisne e Santos. Para as pesquisadoras o heterossexismo está intimamente ligado com a manutenção da norma social e, conseqüentemente como o modo de produção atual, que explora o trabalho feminino e da população negra. De modo que:

Podemos pensar, também, as bases do heterossexismo associado ao patriarcado, ao entender o heterossexismo como uma forma ideológica de naturalização dos sexos que organiza, estrutura e dissemina a heterossexualidade como a prática supostamente correta e única possibilidade aceitável de expressão e vivência afetivo-sexual (CISNE; SANTOS, 2018, p.44).

Para Eurico e outros pesquisadores/as existe ainda, no Serviço Social, uma dificuldade teórica para embasamento das discussões e ações profissionais. Segundo os/as pesquisadores/as: “ao tratarmos dos estudos de sexualidade é pertinente ressaltar o pouco aprofundamento teórico-metodológico e do debate ético político sobre o tema, bem como as dificuldades e limites dessa temática, ainda, na área de Serviço Social (EURICO et al, 2021, p.301).

Para os pesquisadores, é importante a inserção da discussão nos mais diversos âmbitos do Serviço Social brasileiro: docência, pesquisa, ensino, extensão, ações profissionais e formação profissional. De modo que se faça entender que “as dissidências sexuais e de gênero, na perspectiva do pensamento social crítico, não são fenômenos biológicos nem mesmo problemas mentais, mas construções socioculturais e históricas que se expressam de forma diversa e têm características distintas” (EURICO et al., 2021, p.302).

O atual cenário é de avanço de perspectivas neoconservadoras, que acabam por favorecer a ordem e a moral burguesa que disciplinam coletivamente as expressões sexuais e afetivas, “tendo por base a hegemonia patriarcal, o sexismo, a heterossexualidade compulsória, a cisgeneridade e os binarismos de gênero e sexualidade” (EURICO et al, 2021, p.302).

Em Assembleia realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), houve a discussão da necessidade de centralizar, ou seja, colocar em nível de paridade, as desigualdades sociais decorrentes do capitalismo junto ao racismo, patriarcado e as pautas do movimento LGBTQIA+. Conforme os pensadores, para o Serviço Social:

O avanço da pauta contra todas as formas de exploração, dominação e opressão requer a elaboração de disciplinas na graduação e na pós-graduação prioritariamente com a inclusão de conteúdos curriculares obrigatórios, pela abordagem correlacional e transversal dos temas nas demais disciplinas, de preferência, antes da inserção da(o) discente no campo de estágio (EURICO et al. 2021, p.957).

O caminho, conforme os/as pensadores/as é:

Tomar a sexualidade como campo de disputa, inclusive na área de Serviço Social, é romper, com a direção conservadora e liberal, por um lado, que se impõe ao conjunto da sociedade brasileira, mas também com as análises simplistas e sectárias. É necessário afirmar que ser contrário a LGBTQIAfobia, expresso em discursos de ódio, intolerância, preconceito e discriminação, é mais que se engajar e reproduzir narrativas que tem como horizonte a emancipação humana (EURICO, 2021, p.303).

Podemos respaldar-nos na Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Organização das Nações Unidas após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Na contemporaneidade essas instituições e alguns pontos dos princípios dos direitos humanos vêm sendo fortemente atacada pelas ondas conservadoras que buscam manter e legitimar as discriminações, os preconceitos, o racismo e o patriarcado e outras opressões sociais. Segundo a Declaração:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

Entender a práxis como uma luta entre interesses divergentes é primordial no trabalho dos/as assistente sociais. Para Barroco: “afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes” (BARROCO, 2010, p.65).

Buscar uma sociedade livre dos preconceitos e da exploração, seja ela de qual forma for, requer compromisso ético e político dos/as assistentes sociais. Neste sentido buscaremos entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+, alvo de diversos preconceitos como vimos anteriormente, no seu cotidiano profissional.

4. OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS QUESTÕES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ciência possui um papel fundamental nas sociedades modernas, pois busca respostas a partir de métodos para situações e problemas sociais. Uma das questões mais desafiadoras diz respeito a forma como é utilizada pelas sociedades, como se ela fosse detentora de um saber absoluto. Essa forma de compreender a ciência reduz toda a história humana e retira a importância e legitimidade de outras formas de interpretar a realidade e o inconsciente coletivo (MINAYO, 2007).

A poesia, a religião, a filosofia, os mitos e arte têm sido importantes elementos na construção e transmissão do conhecimento humano. A diferença é que “o campo científico tem suas regras para conferir ao que é produzido e reproduzido dentro e fora dele” (MINAYO, 2007, p.35).

Segundo Lanza e Bettiol, a pesquisa a partir de fontes orais deve ser compreendida pelo/a pesquisador/a revelando as situações objetivas, culturais e sociais escondidas atrás das experiências e vivências relatadas pelos/as participantes de uma pesquisa, um exemplo disso é o uso de trabalhos cuja fundamentação é a memória de um povo, de uma vivência ou situação. Segundos os pesquisadores:

Com as contribuições de Fiorin (1998) e Bakhtin (1986), é necessário perceber a fonte oral a partir da individualidade do depoente. É um ato de realização da pesquisa em que o sujeito expõe suas reelaborações, recordações, numa perspectiva individual, mas, ao mesmo tempo, cabe ao investigador(a) perceber em seu discurso a materialidade da vida cotidiana ou a base constitutiva de seu discurso. (LANZA; BETTIOL, 2013, p.15).

Um elemento fundamental é a compreensão sobre o que é história e o que é memória. Apesar da memória estar presente nas contribuições históricas, a história busca uma conexão entre o passado, presente e futuro a fim de explicar com métodos científicos as relações sociais, os fatos políticos, econômicos, culturais e sociais que se estabeleceram, se estabelecem e se estabelecerão (LANZA; BETTIOL, 2013).

A memória parte para a perspectiva de quem escreve sobre eles, ou seja, existe a memória oficial, que é contada nas narrativas nacionais, com forte apelo

a valorização do grupo dominador, e as memória subterrâneas que são escondidas pelos dominadores, e trazem as histórias das minorias, daqueles/as que foram relegados ao esquecimento por quem detém o poder cultural, econômico, literário, simbólico, histórico, etc. (LANZA; BETTIOL, 2013).

Neste sentido:

Tais argumentos sobre o uso da fonte oral, a relação com a memória ou do pesquisador e dos sujeitos são debatidos com as críticas já construídas para essa modalidade de pesquisa social, que vão desde o perigo dos conteúdos “ideologizados” presentes nas análises dos dados até a sua confiabilidade (BETTIOL; LANZA, 2013, p.17).

A elaboração de um método para a pesquisa em ciências humanas é essencial, uma forma de interpretar, entender e publicizar os dados de modo que não valorize apenas o quantitativo é essencial para as pesquisas qualitativas. “Nesse sentido, para a constituição do corpus analítico é necessária a transcrição dos registros orais. A partir das categorias de análise com enfoque qualitativo, será elucidada a problemática e alcançados os objetivos da pesquisa” (BETTIOL; LANZA, 2013, p.21).

Os registros orais trarão elementos do pensamento do/a pessoa que participa da pesquisa, seus valores, crenças e convicções podem aparecer nas transcrições. A vidas pessoas é fruto de todo o processo que compõe as suas construções sociais, históricas, matérias, familiares (BETTIOL; LANZA, 2013). Para os pensadores:

Ao formular as categorias analíticas que nortearão o trato dos dados e informações coletadas, é possível a identificação e análise de ações sociopolíticas, matrizes ideológicas, discursos políticos e suas correlações, que subsidiarão as interpretações e o estudo das entrevistas/história de vida realizadas, que também colaborarão para a elaboração escrita (BETTIOL; LANZA, 2013, p.22).

Uma dessas categorias de análise é a teoria que ilumina as interpretações de um determinado dado de pesquisa. Neste sentido: “toda teoria é um discurso científico que se constitui como grade através do qual o seu formulador analisa um fenômeno ou um processo” (MINAYO, 2007, p.175). Os conceitos dão base para as teorias e “são unidades de significação que definem a forma e conteúdo de uma teoria” (MINAYO, 2007, p.176).

As aproximações do real também podem ser representadas pelas noções, elas são como imagem da realidade e, muitas vezes, estão baseadas no pré conhecimento. Mesmo que todos os seres humanos busquem formas de classificar o conhecimento, “o cientista o faz de maneira diferenciada: cria sistemas de categorias buscando encontrar uma unidade na diversidade e produzir explicações e generalizações (MINAYO, 2007, p.178).

As hipóteses são, para as pesquisas qualitativas, um aprofundamento dos conhecimentos dos estudos realizados ou de cooperação com dados e pesquisas quantitativas. Alguns instrumentos são utilizados para realização de uma pesquisa, que pode ser uma entrevista, estudo de caso, grupo focal, dentre outras metodologias, que necessitam de um roteiro estruturado, ou semiestruturado, além de técnicas de realização para que a coleta de dados seja realizada (MINAYO, 2007).

No presente trabalho buscamos interpretar a realidade social, histórica, política e cultural das pessoas LGBTQIA+ de modo a centraliza-las nas aproximações, visto que são consideradas por boa parte dos pesquisadores/as e da sociedade como “memórias subterrâneas”. Cabe destacar a junção de construções sociais que colaboram para a preservação das memórias subterrâneas, como o patriarcado, a heteronormatividade, o conservadorismo, o racismo e o colonialismo.

A escolha das perguntas que compuseram o roteiro semiestruturado desta pesquisa adveio de questões definidas durante o processo de construção do projeto de pesquisa, com intencionalidade de responder o problema de pesquisa. A segunda parte que versa sobre frases do cotidiano foram retiradas das experiências do pesquisador e da orientadora, de sites da internet, das redes sociais ou em conversa com amigos/as, todas com um intuito de estabelecer um diálogo com o problema e objetivos de pesquisa.

Deste modo, a fim de preservar o sigilo de identidade, assumido junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, escolhemos sete assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Ibiporã.

4.1 História de Ibiporã

A outorga de Pedro I, sob o tombo de 12 de junho de 1843, respaldou o povoamento às margens do rio Tibagi, sua obstinação era amparada pelas benções clericais. O senhoril baronês das terras pertencentes ao atual Estado do Paraná

conciliava com os interesses do déspota. No logradouro alcunhado Aldeamento São Pedro de Alcantara, atual município de Ibiporã, os Caingangues (cognominados coroados), Guaranis e Caiguás permaneciam em espírito nômade por toda extensão territorial, detendo sua escrituração, também residiam negros e brancos (GUEDES, 2015).

Para incentivar a catequização dos indígenas o Imperador ordenou a criação, através da Secretaria de Estado dos Negócios, da Fazenda São Jerônimo, um aldeamento indígena instalado em 1854, sob o comando do Barão de Antonina. As terras hoje pertencentes ao município de Ibiporã estavam dentro dos limites da colônia Jathay (GUEDES, 2015).

O Barão registrou uma grande possessão de terras que abrange também a região e deslocou para lá o sertanista Francisco Lopes, incumbido de fundar colônia, e junto a ele, como força de trabalho, um grupo de escravos para servir o frei capuchinho italiano, Thimóteo de Castel-Nuevo, na tarefa de instalar o aldeamento São Pedro de Alcântara à margem esquerda do rio⁸ (GUEDES, 2015).

Concomitante ao acossamento indígena, o Império brasileiro submetia os escravizados ao árduo labor em favorecimento próprio e da Santa Sé:

Frei Thimóteo e os escravos construíram uma igrejinha, palhoças e procederam a um desmatamento para cultivo e produção de seus próprios alimentos. Aí onde estavam reunidas diversas tribos indígenas, iniciaram o trabalho de catequese para introduzi-los na civilização cristã ocidental (GUEDES, 2015, p.2879).

Após a derrocada do Aldeamento no final do século XIX, a população de indígenas, caboclos e escravizados alforriados fixaram morada no território das atuais Ibiporã e Jataizinho. A indagação dos dignitários brasileiros foi a seguinte: “como construir uma nação e uma história de brancos a partir de uma realidade repleta de índios e negros?” (GUEDES, 2015). Durante o período que vai do final do Aldeamento até o início da colonização branca há um sutil, e intencional, apagamento

⁸ O processo de Aldeamento é, na verdade, anterior ao período mencionado. O estado do Paraná já foi parte da Colônia Espanhola e abrigava diversas Reduções ou Missões, nome que os espanhóis davam ao que ficou conhecido como Aldeamento pelos Portugueses. O estado do Paraná era denominado Guayrá e abrigava inúmeras Reduções e Aldeamentos como expõe o trabalho: “o Guairá nos séculos XVI e XVII – as relações interculturais” de Nádia Moreira Chagas e Lúcio Tadeu Mota, essa parte da história é cuidadosamente apagada por quem conta a perspectiva dos colonizadores. Corre “à boca miúda”, nos espaços de discussão acadêmica, que existem sítios arqueológicos na cidade de Ibiporã que, por questões fundiárias são relegadas ao esquecimento. Cria-se desse modo o mito fundador, á partir da perspectiva colonizadora, tal qual nos expôs Marilena Chauí.

da história dos sertanejos, caboclos e indígenas que habitavam este espaço territorial.

Em 1925 a 1927, a Companhia de terras do Norte do Paraná comprou o equivalente a 515.000 alqueires paulistas por preços irrisórios, visto que o interesse do governo era ocupar e desenvolver o estado, para justificar o preço baixo das terras compradas pela empresa ficou acordado que, em contrapartida, deveria ser construída uma estrada de ferro (KASTER, 2017).

Os relatos presentes no Compêndio Histórico Municipal revelam a intenção de colocar a família posseira e os colonizadores como desbravadores de uma mata virgem, ora romantizada, ora vista como obstáculo. Essa dualidade pode ser entendida como elemento da sacralização da natureza vista com Marilena Chauí no início deste trabalho. Segundo Bisotto:

Os primeiros homens aventureiros, que chegaram à região que abrange o município de Ibiporã, encontraram um mar de árvores e palmeiras verdes, geralmente banhadas pelo sol que escassamente penetrava por entre a densa folhagem que abrigava poucos índios e muitos animais. Muitas nascentes de águas límpidas despontavam aqui e ali formando córregos que serpenteavam sobre as pedras.

A vegetação exuberante vicejava abundante, favorecida pelo clima inalterado desde há milhares de anos. Podia-se ouvir o murmúrio das águas, o farfalhar das plantas e os ruídos que os animais selvagens produziam.

Os índios, verdadeiros donos do lugar, sabiam viver nesse mundo conseguindo superar as dificuldades que a sobrevivência impunha, alterando minimamente o ambiente em que viviam.

Os colonizadores, naqueles anos da década de 30, foram chegando e, com ferramentas em punho, puseram-se ao desmatamento. Era preciso preparar a terra para o cultivo de plantas que supririam suas necessidades ou que produziram riquezas. Todos estavam preocupados com a própria subsistência. Queriam viver e fazer fortuna nesta terra inóspita que se vislumbrava como o mais novo eldorado (BISOTTO, 2008, p. 2-3).

Os indígenas tornaram-se obstáculo para os planos do Estado. Conforme o relato de uma pioneira, presente na dissertação de mestrado do jornalista Jaime Kaster:

(...) à noite os índios arrancavam os trilhos e queimavam os dormentes que os ingleses tinham colocado durante o dia. Até que depois de três anos quando eles [construtores da ferrovia] já tinham aberto Londrina e tinham ido para frente com a linha do trem, decidiram voltar aqui para Ibiporã para terminar esse trecho, porque senão o trem não conseguiria chegar em Londrina. E foi nessa época que os ingleses puseram eletricidade perto dos trilhos para dar choque nos índios. Quando começaram a tomar os choques acabaram recuando e se afastaram. Só aí que os ingleses conseguiram terminar esse trecho (KASTER, 2017, p.50)

A generosa contribuição do Estado paranaense, datada de 1933, a

uma das famílias mais influentes à época, os Beltrão, detentora de cargos políticos e homenagens póstumas sob alcunhas de cidades interioranas do Estado, conchavou a criação da porção territorial alcunhada de terreno Jacutinga. Segundo o estudioso:

“Terreno Jacutinga”: o modelo de concessões fazia parte de uma política da época de buscar integrar as regiões inabitadas, por meio da abertura de estradas e ocupação das terras consideradas devolutas (desabitadas) (KASTER, 2017, 64).

Ao decorrer da década de vinte a família lançou mão de parcelas da propriedade em favorecimento de três outras famílias, na década subsequente ao menos treze famílias, provenientes da Itália, se estabeleceram ao longo da zona rural do município, junto a outras famílias de diferentes nacionalidades (KASTER, 2017, 69-71). As relações sociais que estas famílias estabeleceram são fundamentais para a compreensão da contemporaneidade sociocultural, econômica, política e religiosa do município em questão⁹.

Nas décadas adiante de 1940 a migração foi intensa, em grande parte advindas do interior dos estados da região sudeste do país, e em sua bagagem as crenças, costumes e tradições também eram conjuntamente deslocadas. Na conjunção entre os fluxos migratórios um elemento era comum entre os povos: a religiosidade, majoritariamente cristã. Outra instituição presente no período era escola:

a escola dividia com a igreja católica, o movimento social e cultural da cidade. Ali eram realizados dias santos, festas populares, comemorações cívicas e eleições. Nas tardes de domingo, eram apresentadas peças teatrais montadas pelos próprios alunos (KASTER, 2017, 69-71).

Em 1946 os laços entre o município de Ibiporã e a Igreja italiana são estreitados com a instalação do Pontifício Instituto para Missões Exteriores - PIME, congregação religiosa de caráter missionário surgido no começo do século XX na Itália cujo principal intuito é a evangelização de cristãos e não-cristãos, no município, os sacerdotes que aqui aportaram foram expulsos da China comunista. Os terrenos pertencentes a Igreja Católica no município, localizados em área central, foram concessões realizadas à Diocese de Jacarezinho pelo Engenheiro Alexandre Beltrão

⁹ A afirmação se deve aos programas de valorização da memória desses sobrenomes familiares por parte do poder público, homenagens em espaços públicos, nomes de ruas e bairros, dentre outras.

sob a pressão de alguns dos autodeclarados pioneiros (BISOTTO, 2008, p.11-14).

À época da doação do grande terreno à Igreja Católica de Ibiporã, no ano de 1946, a Mitra Diocesana de Jacarezinho estava sob vacância, posteriormente foi chefiada por um dos principais expoentes do integralismo brasileiro, Dom Geraldo de Proença Sigaud, entre os anos de 1947 a 1961. Vale considerar que as instituições protestantes históricas também receberam incentivo para sua instalação na cidade, tais como a Igreja Batista, Congregação Cristã do Brasil e Presbiteriana também agraciados com terrenos nas regiões centrais do município (BISOTTO, 2008).

Infere-se, portanto, a imposição dos valores e princípios religiosos cristãos aos povos nativos, não mais com Aldeamentos, mas através de narrativas místicas:

Conta-se que em dezembro de 1934, ocorreu um fato curioso com um casal de indígenas da região onde seria a cidade de Ibiporã. A mulher teve um sonho em que via um baú fechado e dentro um livro de capa preta. Após algum tempo, numa de suas andanças à região de Rolândia, ao entrar na casa de uma conhecida, a mulher indígena viu o baú e perguntou: “Dentro deste baú tem um livro de capa preta, não é mesmo?” A resposta foi sim. Era uma Bíblia, que foi doada ao casal de índios. Após esse episódio o casal foi a Assis, Estado de São Paulo, onde conheceram o pastor batista Frederico Vitol, missionário que veio posteriormente a Ibiporã e à região fazer um reconhecimento das famílias evangélicas. (BISOTTO, 2008, p.10)

Tempo depois, o território no qual Ibiporã está alocado teve sua urbanização decorrente do desenvolvimento causado pelo plantio do café nas terras do norte paranaense, capitaneado pelo primeiro polo metropolitano da região, que surgia na cidade de Londrina. É nesse período que prosperaram as primeiras fortunas alcançadas com a venda e exportação dos grãos de café, impulsionadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 (ARIAS NETO, 1993).

O crescimento populacional impulsionado pelas ambições econômicas na década de 1950 fizeram com que a cidade de Londrina se estabelecesse enquanto a principal região metropolitana do Norte Central Paranaense e lócus dos primeiros estímulos à infraestrutura e urbanismo (ARIAS NETO, 1993).

A diversificação e o uso de novas tecnologias nas áreas rurais fizeram com que o Brasil acompanhasse um rápido processo de êxodo rural estimulado pelo chamado “Milagre Econômico”, que foi uma série de intervenções estatais na área da economia brasileira afim de favorecer a hegemonia industrial e comerciária da autocracia burguesa. Os polos médios brasileiros, como é o caso da cidade de

Londrina, receberam uma grande parcela da população rural migrante que sonhava com uma vida econômica mais tranquila e contariam com uma série de serviços médico-assistenciais e, principalmente, teriam acesso a bens de consumo das classes médias: geladeiras, fogões elétricos e máquinas de lavar roupas (CESÁRIO, 1981, ASARI; TUMA, 1978).

A urbanização levou parte da população rural migrante às regiões periféricas da cidade, que passaram a habitar favelas sem acesso a saneamento básico e serviços médicos-assistenciais, o que agravou a desigualdade social, aumentou o desemprego, a pauperização e a violência urbana (ASARI; TUMA, 1978). Inferimos um paralelo entre o processo de urbanização de Londrina, dado nos anos de 1960 e 1970, e o processo de urbanização da cidade de Ibiporã que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 (IBGE, 2021). Imaginamos que Ibiporã urbanizou-se graças ao aumento das populações de trabalhadores postos à margem de Londrina em conjunto com o êxodo rural nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Mesmo com o processo de urbanização, diversas estruturas sociais e religiosas ainda se preservam na constituição sócio-histórica do município, influenciada pelas primeiras levas de moradores urbanos da região, tais como a valorização da família nuclear, do sobrenome familiar e do status social. Tal processo é visível desde a ocupação e colonização que conjugou imigrações e migrações dos anos 1930 até o processo de urbanização ocorrido nos anos 1980 e 1990 basta uma leitura mais minuciosa do Compêndio Histórico Municipal (BISOTTO, 2008).

Dos anos que seguiram as primeiras eleições municipais até o processo de redemocratização e aceleração da urbanização municipal em 1990, perpassando pela ditadura civil militar-brasileira, os homens que estas terras governaram como prefeitos e vereadores estavam em sua maioria coligados a partidos tradicionais do conservadorismo brasileiro, da UDN à ARENA, especialmente os vereadores (BISOTTO, 2008).

Durante os anos de chumbo da ditadura militar brasileira o alinhamento do município ao Partido da Aliança Renovadora Nacional era visível, em duas eleições municipais a ARENA, aliada da ditadura militar, elegeu prefeitos e a maioria da câmara de vereadoras, em uma dessas ocasiões a chapa foi unitária e todos os vereadores eleitos eram coligados a referida legenda (BISOTTO, 2008).

A guinada que deu suporte a implementação de uma infraestrutura urbanística no município, considerado pelos governantes como: “a parte feia de

Londrina”, só veio à tona com o fim da ditadura civil-militar brasileira e a virada de mesa da administração pública sendo indicadas para os cargos de prefeito e vereadores adeptos da socialdemocracia emedebista¹⁰ (BISOTTO, 2008).

No referido período de tempo passou-se a investir na construção de diversas obras ligadas as áreas de planejamento urbano e saneamento básico, também foram implantadas diversas secretarias municipais nos mais diversos campos sociais visando o aumento da urbanização na região, que, em 1980, contava com metade da população vivendo na zona rural (BISOTTO, 2008).

4.2. Caracterização da Política de Assistência Social em Ibioporã

A primeiras ações do que podemos considerar como Assistência Social se desenvolveu no município ao passo que a cidade ia se urbanizando, sempre vinculada à ação das primeiras-damas e a perspectivas de proteção à família, maternidade, cuidados com os/as filhos/as. Bisotto nos informa que:

Em março de 1977, foi constatada a existência da APMI, Associação de Proteção à Maternidade e Infância, fundada em 1949, existindo apenas como entidade jurídica. Sua reorganização se deu através da motivação de lideranças da comunidade sob a coordenação da primeira dama Cecília Peruco Deliberador. Tinha e tem como finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela sua saúde e bem-estar e atendendo às necessidades da criança e da gestante (BISOTTO, 2008, p.103).

A participação da comunidade, junto às ações conhecidas como “primeiro-damismo”, continuaram nos anos sucedentes, especialmente nos projetos que envolviam habitações de interesse social: “o sistema de mutirão foi implantado em agosto de 1977. Escolhido o bairro para o mutirão, o trabalho começava na segunda-feira e durante a semana prosseguia-se com a limpeza e melhoramento das ruas” (BISOTTO, 2008, p.103).

Na década de 1980 os mutirões continuaram na cidade, foram construídas creches, centros comunitários e implementado cursos de formação profissional. A Legião Brasileira de Assistência – LBA, representada pela APMI, era a

¹⁰ Devemos levar em consideração o apelo ao caráter paternalista no município, com moldes à sacralização do governante como expomos com Marilena Chauí no início deste trabalho. O atual prefeito, que foi eleito na virada emedebista, está no quarto mandato.

principal instituição de Ação Social no município. Também havia a ação do CEMIC-Centro de Estudos do Menor e Integração Comunitário com a proposta de profissionalizar crianças e adolescentes (BISOTTO, 2008).

Com a virada emedebista no município, as ações assistencialistas continuavam a ser desenvolvidas pelas primeiras-damas na década de 1990 (BISOTTO, 2008). Os escândalos de corrupção envolvendo a LBA acabaram por extinguir a Legião no início da supracitada década. Segundo a pesquisadora:

Ao ser eleito prefeito, José Maria mostrou que, uma das prioridades do seu mandato seria as crianças, os adolescentes e os jovens. Dedicou-se, juntamente com sua esposa Eliana, a proporcionar meios para melhor acolhê-los e dar boas condições de desenvolvimento em todas as áreas que competiam ao poder público. Investir no ser humano era tarefa mais nobre e também mais difícil que edificar obras materiais (BISOTTO, 2008, p.160).

A história da primeira Casa Abrigo do município remonta décadas anteriores e estavam voltadas ao acolhimento temporário de crianças e adolescentes, o governo municipal entrava com os recursos e em contrapartida era escolhido dentre os munícipes aqueles que seriam responsáveis pelo andamento da casa, sem especificações técnicas. Segundo Bisotto:

A entidade passou a funcionar sob a direção de um casal, escolhido num processo de seleção, para atuar como pai e mãe social. Marcos da Silva Olinto e sua esposa Maria da Conceição de Lacerda Olinto foram contratados para assistir as crianças e adolescentes até 17 anos, em situação de risco de violência, que esperavam pelo processo de adoção ou se encontravam em trânsito pelo município, desacompanhados de responsável por eles. Eram adolescentes que haviam fugido de casa por motivo de maus tratos ou andavam em busca de aventuras (BISOTTO, 2008, p.256).

As ações assistencialistas eram geridas pelo Departamento de Bem Estar Social, além das instituições citadas anteriormente, existia a Guarda Municipal de Ibiporã dirigida por coronéis e a Organização Não Governamental “Cidadão do Futuro”, cujo “o objetivo do projeto era incentivar a autoestima preventiva que possibilitasse a cada participante o afastamento das drogas ou práticas de atos censuráveis” (BISOTTO, 2008, p.256).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, houveram transformações no campo da Ação Social, através de entidades que se propuseram a repensar as práticas realizadas pelos programas que faziam parte da recém criada Secretaria de Ação Social, especialmente os que envolviam distribuição de alimentos.

As entidades que fizeram parte, junto aos representantes da Secretaria, foram as Conferências Vicentinas, ADRA, grupo Arcanjo e o grupo de senhoras voluntárias. Conforme Bisotto:

O programa existente foi totalmente reformulado e a meta era eliminar o clientelismo e substituir o simples assistencialismo pela ação social efetiva e duradoura, buscando a formação de grupos de geração de renda, capacitação e melhoria da autoestima das pessoas atendidas (BISOTTO, 2008, p.303).

No mesmo período houve a expansão do que podemos considerar como tecnificação da ajuda, também houve a criação do Centro da Cidadania, que ofertava apoio psicológico, social e educacional para jovens, crianças e familiares em situação de vulnerabilidade social. Segundo a pesquisadora:

Junto a esse centro, atuavam o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, a APMI, Fundação Cultural de Ibiporã, Pastoral da Criança, grupo “Amor Exigente”, ONG “Cidadão do Futuro” e as Secretarias de Ação Social, da Saúde e da Educação. Os recursos eram da Prefeitura municipal (BISOTTO, 2008, p.304).

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social foi promulgada em âmbito nacional e na década de 2000 a Lei Orgânica Municipal de Assistência Social foi aprovada. Não há dados nos documentos pesquisados que expuseram em qual momento houve a troca de nome: Secretaria de Ação Social para Secretaria de Assistência Social. É sabido que durante os anos 2000 e 2010 houveram consideráveis expansões no âmbito da Assistência Social no município.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) estipula parâmetros mínimos para o atendimento da Política, a depender do tamanho populacional do município. A divisão ocorre entre município de pequeno porte I e II, médio porte, grande porte e metrópole¹¹.

A cidade conta com dois CRAS, um CREAS, uma Casa Abrigo e um projeto de acolhimento temporário às pessoas em situação de rua na esfera pública. Na esfera das Organizações da Sociedade Civil temos a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família (APMIF), o Centro de atendimento especializado em

¹¹ Devido a não realização do Censo Demográfico pelo IBGE, como parte da desastrosa política bolsonarista, o município ainda se encontra como Pequeno Porte II, o que prejudica o atendimento à população, visto que é realizado um atendimento a uma população, sem dúvidas maior, com os equipamentos e pessoal reduzidos.

surdez do município de Ibiporã (CAESMI) e a Associação Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiporã (APAE).

4.3 Entendimento de Assistentes Sociais de Ibiporã frente a questão da população LGBTQIA

Para entendermos como os assistentes sociais de Ibiporã, no norte central paranaense, compreendem a população LGBTQIA+ no atendimento das demandas do Serviço Social levando em consideração a postura profissional assumida ao longo das últimas décadas, dividimos as contribuições em três partes que seguem abaixo.

4.3.1 Observações no cotidiano profissional acerca das particularidades vivenciadas por pessoas LGBTQIA+

A discriminação é uma questão frequente para as pessoas LGBTQIA, seja na família, nas igrejas, nas escolas ou nos serviços públicos, como os de Saúde e Assistência Social. Sabe-se que as famílias, instituições religiosas, escolas e o Estado possuem funções essencialmente controladoras e punitivas, definem padrões comportamentais, sociais, morais e culturais. Além dos espaços de serviço público, a população LGBTQIA+ sofre preconceito para se inserir socialmente, como reforça a assistente social Tibira:

É porque não tem muitos, vamos dizer assim, é uma coisa que eu estava até pensando quando você tinha falado da entrevista e tudo, né! Quanto da nossa demanda, quanto do nosso público tem de pessoa LGBTQIA+ e de quanto elas chegam como uma demanda pra gente, de preconceito, de discriminação, só nessa pessoa que relatei, que sempre que passa pelo atendimento fala da dificuldade de se inserir no mercado de trabalho porque, querendo ou não, ela acaba exercendo funções teoricamente masculinas e o grande preconceito que, pelo menos, eu sinto é que os homens são mais intolerantes a isso e acabam não contratando ela porque ela é mulher e tem uma figura mais masculina, não sei se questionam a capacidade dela em exercer a função, ela tem vários cursos, de muitas coisas, tem experiência, ela sabe o que está fazendo, mas não dão oportunidade pra ela por conta de ser uma mulher masculinizada (TIBIRA, 2021)

Foucault expõe que a disciplina e a ordem presentes nestas instituições tem como fio da meada a disciplina: “o poder disciplinar é com efeito um

poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2019, p.167).

A escola, por exemplo, local de disputa entre os poderes normativos e setores mais progressistas é espaço de discussão da temática, muitas vezes marcada pelo preconceito contra a população LGBTQIA+. A assistente social Madame Satã nos expõe, em uma fala, apenas uma dessas violências, que são cotidianas e irrefletidas. Segundo Madame Satã:

(...) Nas escolas eu lembro quando eu estava fazendo uma pesquisa contra violência nas escolas e lá tinha uma questão que perguntava se tinha homofobia na escola, no dia da pesquisa eu não fui, a entrevistadora foi a professora e os alunos comentaram sobre a fala do diretor: “não, não tem homofobia na escola não, tem uns gayzinhos aqui na escola, mas não tem homofobia”, mas isso é em Londrina, aqui em Ibiporã eu não me recordo (MADAME SATÃ, 2021).

Neste sentido a escola assume um papel disciplinador que fica velado das regras oficiais, mas opera de forma simbólica nos corpos daqueles/as que tendem a subverter as normas sociais historicamente estabelecidas pelos detentores do poder. Para a assistente social Jane di Castro:

Na faculdade eu não lembro de ter estudado isso, ou pelo menos ter discutido, acho que tem essa falha sim, até no currículo do ensino fundamental e médio, na questão da sociologia, para tentar entender toda essa situação e que a pessoa não cresça com aquele conceito do errado, do proibido, acho que teria que ter uma abertura maior para discutir sim (JANE DI CASTRO, 2021).

Ao usar como exemplo o padrão de escola militar, Foucault nos provoca dizendo que as funções desse tipo de instituição é: “adestrar corpos vigorosos, imperativo de saúde; obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade” (FOUCAULT, 2019, p.169).

A universidade não fica a parte dessa realidade, mesmo que boa parte das universidades públicas brasileiras sejam autônomas ainda há certa resistência em tratar temáticas como a população LGBTQIA+, o racismo, a heteronormatividade e o patriarcado. Segundo os assistentes sociais Elisabeth Bishop e Lota:

eu nem me lembro de ter discutido isso na faculdade, então já não vem com o arcabouço desse conhecimento da faculdade para trazer para os serviços,

vem muito de nós profissionais, de buscarmos à parte esses assuntos e estudar, eu vejo que esse assunto é pouco, não se tem uma capacitação profissional, que deveria ser constante, para termos mesmo uma capacitação, para lidar e atender com qualidade, sabemos que no serviço existem diferentes opiniões, a questão da religião e como trazer isso pro serviço? Fica por isso mesmo, não temos essa qualificação, essa capacitação desde a faculdade (ELISABETH BISHOP, 2021).

É uma falha da formação, eu não me lembro, faz um tempo que me formei, mas naquela época já existia eu não me lembro de ter tido nada e nenhuma vez o tema foi abordado e se aconteceu foi algo bem corriqueiro porque eu não me lembro, não me lembro de ter tido alguma capacitação, apesar de não termos quase capacitações (...) (LOTA, 2021).

No Serviço Social brasileiro, apesar dos significativos avanços nas legislações, pesquisas, projetos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, ainda não existem disciplinas que tratem dessas questões antes da inserção do/a estudante nos campos de estágio. Segundo o assistente social Mario de Andrade:

(...) discussões aprofundadas eu não lembro de ter acontecido, só em algumas disciplinas, como em movimentos sociais que a professora tratou, mas não lembro de ser algo aprofundado, também em algumas situações buscamos fazendo horas complementares em alguns congressos e palestras, mas nada que eu possa falar: “nossa, eu me sinto apto a tratar dessa temática” (MARIO DE ANDRADE, 2021).

O assistente social Baltazar da Lomba traz em sua fala a experiência na docência. Neste sentido, muito do que é desenvolvido pelo Serviço Social brasileiro, no que compete a formação profissional relacionada com a população LGBTQIA+ acaba indo para o espectro individual dos/as profissionais: Segundo Baltazar da Lomba:

(...) a gente sabe que é dinâmico e mudou muito, hoje abre muito, mas a gente sabe que é muito relativo, eu trabalhei na docência e a gente tinha um cunho de trazer essa formação, mas ainda acho que deixa muito a desejar (BALTAZAR DA LOMBA, 2021).

A educação no Brasil é sem dúvidas marcada pela relação com o colonialismo, a Igreja durante muitos anos foi a única instituição a prestar serviços de educação no Brasil, influenciadas pelos Jesuítas. As primeiras faculdades eram ligadas ao império, em seu estágio de Padroado Régio, haviam colégio e seminários

para formação sacerdotal e há pouco mais de cem anos começaram a ser criadas as primeiras universidades federais no país.

Não é de se estranhar que ainda existam marcas do pensamento que torna invisível a população LGBTQIA+ nos ambientes escolares e formativos, em seus vários níveis. Recordemos que ser uma pessoa LGBTQIA+ era considerado um pecado nefando: “que é o mesmo que pecado que não se pode falar, quanto mais cometer” (TREVISAN, 2018, p. 163).

No início do século XX as ideias eugenistas invadiram o pensamento científico e a educação foi utilizada como grande instituição de controle dos corpos subversivos às normas. Segundo Trevisan:

Tal processo educacional propunha uma profilaxia dentro dos colégios, especialmente os internatos, onde “dominam causas excitadoras de precoce atividade (...) entre rapazes” – segundo o dr. Pires de Almeida. Para se evitar o contágio, que se eliminem “os companheiros já tarados”. Depois, cuidar “mui seriamente da alta cultura moral dos colegiais” e incentivar a “convivência frequente com crianças do sexo oposto”. Dependendo das condições individuais dos pacientes, seriam usados – segundo o mesmo dr. Pires de Almeida – recursos que poderiam várias desde a mera exortação para a volta à normalidade” até os métodos persuasivos e dissuasivos (TREVISAN, 2018, p.176)

Já que entramos na seara da Saúde, essa instituição continua sendo utilizada para disciplinar, ordenar e até mesmo tentar “reajustar” os corpos. No início do século passado: “até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigrantes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível, curados.” (GREEN, 2019, p.203).

O assistente social Tibira traz um relato de um caso que aconteceu na esfera da Saúde na região metropolitana de Londrina. Segundo Tibira:

(...) Mas pensando assim na rede aconteceu uma situação, outro profissional (cita o nome) teve uma situação com uma usuária trans que sofreu uma discriminação na UPA, e não faz muito tempo não, deve ter um ou dois meses, porque ela usa nome social e tudo, e aí pessoa que recepcionou ela ficou questionando isso, porque ela conseguiu mudar só um dos documentos não sei se o RG ou CPF aí tinha que mudar o outro e por alguma burocracia não conseguiram mudar, aí parece que os ânimos se exaltaram lá, porque ele estava chamando pelo nome que estava no documento e ela atende pelo nome social, e se você olhar pra ela, é uma mulher! Daí os ânimos se exaltaram ali, teve até que chamar o segurança (...) (TIBIRA, 2021).

Para o assistente social Baltazar da Lomba, o preconceito ainda é

muito presente na esfera da Saúde, especialmente nos hospitais e nos espaços onde o poderio médico-biológico ainda dita os serviços. Segundo o assistente social:

Eu acho que a saúde ela tem muito preconceito, por mais que a gente fale do direito, de toda a Constituição, mas você vê a questão de toda acomodação, de banheiro, de visita, de responsabilidade legal, no período que trabalhei não tinha essa efetividade, ou melhor dizendo legalidade, de você ser legalmente o parceiro, o companheiro, e quando tinha que tomar algumas decisões, e eu já tive situação de tomar algumas decisões, de quadros graves e terminais, o companheiro ou a companheira não tinha o direito de tomar decisão e se fosse o marido ou a esposa (heterossexuais) teria, aí tinha que chamar o pai, a mãe ou o responsável legal para tomar decisão de uma cirurgia (BALTAZAR DA LOMBA, 2021).

É importante rememorarmos que as ciências, especialmente as médicas e biológicas, valorizam um discurso de repressão e moralização das sexualidades humanas, processo que reverbera até a atualidade dentro dessa instituição. Para Foucault: “de fato, era uma ciência feita de esquivas, já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas” (FOUCAULT, 2020, p.60).

Fica evidente que a repressão e moralização das sexualidades adoece os corpos que não estão consonantes com a heteronormatividade. Mais uma vez a Saúde é acionada para tratar, medicar e, de certo modo, institucionalizar essas pessoas. O assistente social Mario de Andrade traz o relato do que percebe em seu cotidiano profissional:

(...) Essas pessoas que me referi, no meu território, onde atendo, são pessoas que sofrem de depressão, fazem acompanhamento em CAPS, porque tudo acarreta, falta emprego, falta dinheiro e o convívio familiar detona, aí vem as crianças que moram longe e não tem transporte, eu vejo que todos, a moça que era solteira, a moça que era casada e agora tá solteira, a mocinha adolescente e esse casal que eu acompanho das moças, todos eles sofrem, tem esses problemas, todas elas fazem CAPS, tomam medicação e vivem dessa maneira (faz sinal de elevação e descida com a mão): “altos e baixos”, uma hora bem, outra não, falam de bobagens, como tirar a vida (...) (MARIO DE ANDRADE, 2021).

Neste sentido, fica estabelecido por essas instituições algumas metodologias de coerção, ajustamento e moralização dos corpos que subvertam as normas heterossexuais e binárias. Para Butler:

Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural

hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2017, p.30).

Neste sentido, gênero e sexualidade são apresentados como interdependentes e devem seguir um padrão de coerência, as relações devem ser heteronormativas e as únicas possibilidades para o gênero são as biológicas: o macho e a fêmea. Esse pensamento tem como algum de seus fundamentos, no Brasil, através do colonialismo e do machismo. Segundo Trevisan:

O machismo brasileiro pode ser uma forma exuberante de buscar a homossexualidade, mais do que uma maneira de declinar dela ou simplesmente rechaçar os viados. Nosso machão veste essa couraça para se defender de algo que o fascina – mais ou menos como o refrão “Ordem e Progresso” esconde nossa propensão interior ao caos, à desordem (TREVISAN, 2018, p.55).

A estrutura hierárquica que busca manter a ordem no Brasil está presente nas instituições, mais profundo que isso, está introjetada na sociedade através dos valores e princípios que a sustenta. Seja pelos símbolos religiosos, pelos discursos que buscam conservar o passado, valorizando o militarismo, o colonialismo, os mitos que fundam a ideia de nacionalidade e de pertencimento, mesmo que seja apenas para um seleto grupo branco, macho e heterossexual. Segundo os assistentes sociais Jane di Castro e Baltazar da Lomba:

(...) acredito que eles sofram bastante preconceito da sociedade em geral, eles têm receio de procurar o serviço porque não sabem como vão reagir quanto a opção deles (...) eu acho que a sociedade é muito aberta para algumas coisas e para outras é muito tradicional, tem o preconceito quando a gente vê pessoas na rua, um cutucando o outro e dando risadinha (...) (JANE DI CASTRO, 2021).

(...) socialmente a gente percebe, a gente percebe algumas falas: “mas vocês vão aprovar uma família homoafetiva? Que exemplo vocês vão dar?”, como se fosse um crime, um pecado mortal, e para nós não, o que importa é a proteção, o que garante a proteção do público atingido (...) (BALTAZAR DA LOMBA, 2021)

Podemos considerar que a repulsa a população LGBTQIA+ pela sociedade brasileira é parte da manutenção dos privilégios de um patriarcado masculino e branco que enriqueceu às custas do capitalismo que escravizou a população negra e exterminou os povos indígenas durante séculos. Anos mais tarde

a pequena burguesia intelectual também se favoreceu dessas ideias, surgiram os eugenistas e, por anos, o padrão branco, hetero e macho dominou o ensino e a pesquisa neste país com teorias extremamente centradas no continente europeu.

Segundo Trevisan, as elites homofóbicas são “depositárias dos ideais de tradição patriótica e dos valores patriarcais, as elites brasileiras sempre se apresentaram muito defensivas e, por isso mesmo, vulneráveis ao fantasma do desejo desviante” (TREVISAN, 2018, p.155). Realizadas estas breves considerações tentaremos entender quais são as ações profissionais possíveis no combate ao preconceito e violação de direitos das pessoas LGBTQIA+.

4.3.2 Ações profissionais de combate ao preconceito e violações de direitos das pessoas LGBTQIA+

É importante recordamos que o trabalho no capitalismo se dá de modo a alienar o/a trabalhador/a fazendo com que ele/ela muitas vezes não compreenda suas ações na prática cotidiana, este processo faz com que: “na sociedade capitalista, em face da apropriação privada dos meios de produção e das formas pelas quais se objetiva a (re)produção da vida social, o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras” (BARROCO, 2010, p.33).

Neste sentido:

Nas formas de ser reificadas da sociedade capitalista madura, as esferas e dimensões da vida social são fragmentadas em “compartimentos” isolados e aparentemente “autônomos”, donde a ideia de que existe uma moral privada e outra, outra pública; uma moral sexual, por exemplo, que se realiza de modos diferenciados, na vida privada e pública. Mas essa aparência, expressão da alienação, não rompe totalmente com os vínculos e mediações reais; eles se (re)produzem de forma contraditória, operando-se um movimento de afirmação e negação da totalidade social, em todas as suas esferas (BARROCO, 2010, p.36)

Nas contradições desse modo de operação econômica, social, cultural e político é que há a possibilidade de reflexão sobre as ações profissionais, daremos ênfase às questões que se colocam nos espaços de trabalho dos/as assistentes sociais, no que se refere às questões sociais, ao racismo, machismo, LGBTfobia ou outras situações e violações de direitos. Segundo o assistente social Madame Satã:

Bom, a gente vai falando e vai lembrando, teve uma situação lá no território de uma família que traz um discurso homofóbico em relação ao outro irmão e não trabalhamos isso de uma forma aprofundada, de forma a discutir o preconceito junto da família. Teve uma outra situação também, porque a filha era heterossexual e depois estava em um relacionamento homossexual e a mãe não aceitava a bissexualidade, foi algo que outras técnicas trouxeram para mim e acebei tomando conhecimento, mas não trabalhei essa questão (MADAME SATÃ, 2021).

O moralismo opera nas significações sociais e está presente na sociedade de um modo geral, sua maior expressão é a alienação, que faz com os seres humanos reproduzam acriticamente valores e princípios que perpetuam um determinado padrão. Para Barroco:

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua repetição acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador. No campo da moral, a alienação da vida cotidiana se expressa, especialmente, pelo moralismo, movido por preconceitos (BARROCO, 2010, p.46).

Neste sentido, cria-se uma base para as ações e comportamentos dos seres humanos que é considerada correta, ou verdadeira. Para Heller: “a unidade imediata do pensamento e ação se expressa também no fato de que, na vida cotidiana, identificam-se o verdadeiro e o correto” (HELLER, 2016, p.72).

Esse sentido de veracidade faz com que o padrão posto como correto seja visto como o único que elevará ao sucesso dentro desta sociedade. Segundo a pensadora: “o que revela ser correto, útil, o que oferece ao homem uma base de orientação e de ação no mundo, o que conduz ao êxito, é também ‘verdadeiro’” (BARROCO, 2016, p.72).

As falas de duas dos assistentes sociais vão de encontro a essa perspectiva de manutenção dos preconceitos contra essa população. Segundo os assistentes sociais:

O conhecimento que a gente tem é que o município oferece cursos, não faz diferenciação de sexo para o curso, mas nada voltado ao incentivo ou levar a questão em consideração, mesmo de profissões que são teoricamente masculinas para contratar mulheres, não existe nada nesse sentido (TIBIRA, 2021).

(...) eu acho que o poder público não proibiria, mas acho que tem alguns atores dentro da comunidade que não concordariam, vamos supor que se fizéssemos uma reunião de rede e vamos discutir a questão LGBTQIA+ a partir das ações desenvolvidas ou de como cada serviço pensa a temática,

eu penso que seria um tabu para todo mundo, e acho que teria receio de alguns atores, mas seria um momento para reconhecer os preconceitos e as contribuições que a gente traz (MADAME SATÃ, 2021).

As ações preconceituosas são favorecidas pelo pensamento que visa conservar os valores crenças e princípios da sociabilidade burguesa, que em muito conserva das relações sociais do feudalismo medieval. Mesmo com o avanço do “neoconservadorismo”, que nada mais é do que o ser e o vir-a-ser das concepções conservadoras presentes em boa parcela da população. Existem possibilidades de resistência àqueles/as que se colocam em defesa de uma sociabilidade menos preconceituosa, racista e machista. Conforme Cisne:

Somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes no escravismo, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos sínteses de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes na colônia, nas senzalas, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, nas revoltas, nas casas, nas praças, nas ruas... Assim, exploração, opressão e resistência integram profundos processos de realidade da luta de classes (CISNE, 2018, p.97).

É sobre as resistências, ou possibilidades, que discutiremos agora. Diante do cenário de avanço do pensamento conservador, de ideais que são contrários à defesa dos direitos humanos, ao combate ao racismo e o patriarcado. Diante do avanço da LGBTfobia, conforme os dados das mortes violentas apresentados acima, das diárias violações de direitos sofridas por essa população e do colonialismo que prendeu e/ou matou essa população. Do governo brasileiro que internou, espancou e escondeu a população LGBTQIA+ à um estado de não existência. Para o assistente social

A gente transita aí, né? Uma política dá direito, uma política exclui, um governo que não manda dinheiro, um gestor que acabou de entrar, e eu acho que é essa gestão é um pouco mais conservadora, mas a gente está aí, brigando numa sociedade que está em impasse, que a gente não consegue entender mais, porque está se levantando uma sociedade muito conservadora, então você assusta, porque hoje a gente está aí com os grupos sociais e gestores defendendo uma bandeira conservadora e agente está vivendo um momento crítico e que eu não acredito que seja de direitos, seja de romper com direitos, um desmonte, né? (BALTAZAR DA LOMBA, 2021).

A situação só mudou com o avanço dos movimentos de defesa da população LGBTQIA+, da aproximação com o movimento das pessoas negras e das mulheres, enfim com a publicação de folhetins, criação de marchas e com o grande

mercado de consumo dessa população, pedra motriz do sistema que nos encontramos.

As possibilidades envolvem diversos mecanismos, dentre eles a conscientização da importância da temática, relatada pelos profissionais, capacitações para os/as assistentes sociais atuantes nas políticas sociais e a defesa de um projeto ético-político comprometido com os direitos sociais e humanos, que preze pelo exercício do Serviço Social sem discriminar e nem ser discriminado por questões de etnia/raça, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual e identidade de gênero, dentre outras questões.

4.3.3 Reflexões sobre o Projeto Ético Político e a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+

Um dos princípios fundamentais do Código de ética do Serviço Social brasileiro é a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2012, p.23), que pode se concretizar através do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2012, p.24).

Dentro da temática dos atendimentos desenvolvidos pelo Serviço Social buscamos o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p.24).

Conforme os assistentes sociais Elisabeth Bishop e Jane di Castro, o Projeto Ético-Político é um compromisso profissional dos/as assistentes sociais que deve ser a pedra angular da atuação profissional, especialmente o combate à exploração, violência e preconceitos. Para os assistentes sociais:

O nosso código é claro na eliminação de todas as formas de preconceito, sejam eles qual for, é o que nos respalda e direciona nosso trabalho, independente de nossas questões religiosas, políticas ou morais, a gente tem que se respaldar nisso e garantir ao usuário um atendimento humanizado, uma escuta qualificada, sem preconceitos, então nesse sentido está localizado nosso trabalho, assim como com os outros usuários também (ELISABETH BISHOP, 2021).

Eu acho que a absorção nossa do projeto ético-político deve ser coesa e total, deve saber fazer uma análise de conjuntura, você sabe que existe uma contradição, umas intempéries de uma sociedade que é excludente, preconceituosa, ela tem preconceito com o pobre, com o índio, com o preto, do idoso, de tudo (...) (JANE DI CASTRO, 2021).

Para a assistente social Lota, o Projeto Ético Político tem suas falhas e não deve ser visto como um compromisso com a atuação profissional, pois, para ela, a concepção burguesa de realidade é muito distante dos princípios e valores éticos expostos em nosso projeto profissional, além de confundir a ação profissional com a política social que atua. Segundo a assistente social:

Eu percebo que o Código de Ética de forma indireta é um compromisso que o profissional deve ter, mas as vezes o Código de Ética passa batido, é uma coisa que fica no documento e na prática vai se perdendo (...). Se formos falar de equidade, precisamos ter um olhar diferenciado para aqueles que estão em maior vulnerabilidade, que são vítimas de preconceito pela sociedade, uma série de coisas e com certeza nosso compromisso ético em relação aos usuários é bem claro em relação a isso, só que tem muitas questões, a gente tá aqui e somos profissionais que tem esse compromisso, mas também trazemos o que somos fora daqui a nossa construção pessoal (LOTA, 2021).

Os princípios apresentados acima, aliados a outros expressos nas documentações e legislações do Serviço Social brasileiro, e a fala das assistentes sociais representam o que José Paulo Netto classifica como projeto ético político, ou seja, o direcionamento teórico metodológico, ético-político que aliados a dimensão técnico operativa compõem os saberes, práticas, posicionamentos e ações de um determinado no grupo, no caso um grupo de profissionais. Para o pensador:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p.4).

Existem problematizações quanto a efetivação dos princípios presentes no Projeto Ético-Político, especialmente pela relação entre a realidade social, as demandas exacerbadas de trabalhos dos assistentes sociais que fazem com que a imediatividade seja privilegiada em detrimento da suspensão do cotidiano que permita o pensar sobre diversas questões, dentre elas o atendimento à população LGBTQIA+. Para Barroco:

A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade, não tendo como objetivo responder as suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes (BARROCO, 2010, p.55).

Esses tensionamentos entre os princípios e valores defendidos em nosso Código de Ética Profissional e a sociabilidade burguesa são pontuados pelos assistentes sociais Tibira e Lota. Segundo eles:

(...)quando a gente pensa no projeto ético-político é de uma forma muito geral, muito ampla, mas eu fico me questionando se a gente aprende na prática, colocar na prática aquilo que está dentro do projeto ético político, porque cada serviço, cada demanda são coisas muito específicas e, querendo ou não, quando a gente chega num serviço a gente carrega muito do que é nosso (TIBIRA, 2021).

É claro que eu quando estamos aqui, devemos ser profissionais e o Código de Ética tem de ser seguido, devemos pautar nossas ações profissionais no Código de Ética, mas na prática é um pouco difícil, eu percebo que é difícil, é uma total desconstrução e por isso acho que deve ter mais capacitações, mais discussões, para que a gente possa tocar mais nesse assunto e tentar desconstruir alguns conceitos que a gente tem, alguns medos (...) (LOTA, 2021).

Diante de uma sociedade extremamente individualista e individualizante, os assistentes sociais pontuam a dificuldade em coletivizar demandas e as politizar. Eles pensam as demandas, as identificam no cotidiano e percebem a semelhança entre as situações que aportam nas instituições, mas quanto é para coletivizar, demonstrar ao poder público e sociedade e, deste modo, politizar essa coletividade se sentem inseguros. Segundo a assistente social Madame Satã:

Olha, deveria ter porque eu sinto que focamos nos atendimentos de demandas objetivas ou atendendo demandas que não são nossas, como questões da justiça, mas trabalhar questões envolvendo subjetividades mesmo, de convivência social ou de padrões de cultura e visões de mundo, trabalhar esses preconceitos, eu sinto que a gente não conseguiu avançar nisso, a gente até discute que devemos sentar e fazer um planejamento, mas nunca colocamos em prática: “olha a gente vai discutir isso, ou vamos juntar essas famílias que passam pela mesma situação e poderia ser ampliada para uma discussão dentro do território (...) (MADAME SATÃ, 2021).

Entender o cotidiano, tendo por horizonte que: “a vida cotidiana não está fora da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira essência

da substância social” (HELLER, 2016, p.38). Deste modo conseguimos suspende-lo e tentar sair da imediatividade.

A população LGBTQIA+, como conjunto de pessoas, busca suspender o cotidiano pensando em suas necessidades e particularidades, desde de que organizou movimentos de luta por seus direitos, mas frases como “vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias” são frequentes no discurso daqueles que buscam conservar a heteronormatividade e o padrão biológico de gênero. Segundo o assistente social Tibira:

Esse negócio está muito em alta hoje, a gente não pode falar um nada! Mas eu acho que existem duas situações, aquelas pessoas que não falam nada com medo de serem repreendidas e tem pessoas que acontece um negocinho e já faz um estardalhaço (grifo nosso), eu não sei, sou uma pessoa do meio termo, é claro que a gente tem que se posicionar se viu alguma coisa que não concorda, tem que se posicionar, tem que falar, mas eu sou uma pessoa que não acredita muito nesse povo que faz um barulho (grifo nosso) (...) (TIBIRA, 2021).

Esse pensamento reverbera nos assistentes sociais, mesmo que eles assumam um compromisso ético e político com as pautas, demandas e necessidades da população LGBTQIA+ no exercício do Serviço Social. Em algumas falas, os assistentes sociais incorporaram o discurso, que é presente na sociedade brasileira, de redução das pautas e demandas da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado nos motivou a uma reinterpretação das histórias oficiais, ou seja, um novo olhar para a história do Brasil e sobre o processo colonizatório, sobre a colonização da cidade de Ibiporã e as consequências desse processo nas interpretações históricas. Também nos fez refletir e entender mais sobre a lógica heteronormativa, patriarcal e racista que permeia formação cultural, social, religiosa, política e histórica brasileira.

Dedicamo-nos, durante dois anos à construção deste trabalho, desde a construção do projeto, sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UEL, até a realização das entrevistas com os/as assistentes sociais e elaboração desta dissertação.

A pesquisa se revelou de grande importância para o aprimoramento profissional sobre as discussões da temática LGBTQIA+, revelou o interesse e disposição da categoria profissional em se aprofundar nas discussões e na ampliação do direcionamento ético que vem sendo construído ao longo dos anos. Em tempos sombrios, o interesse e a disposição para a discussão de temáticas ainda tão marcadas pelo preconceito são fundamentais para a construção do mundo que queremos.

Percebemos pelos trechos das entrevistas apresentados que os assistentes sociais estão abertos a pensar as estratégias, pedir contribuições, ensinamentos e a cobrar capacitações sobre a temática junto ao poder público. Buscam atender as demandas que aportam nas instituições com respaldo nas legislações do Serviço Social, na Constituição Brasileira e conforme as normativas da Política de Assistência Social.

Todavia, ainda demonstram o preconceito existente contra essa população, seja ao reduzir as pautas e demandas do movimento ou quando possuem dificuldades para compreender as necessidades e legislações vigentes sobre a temática. Além disso, foi utilizado diversas vezes os termos “opção sexual ou opção deles”, algo que demonstra o desconhecimento quanto às orientações sexuais.

O uso do termo opção sexual coloca nos indivíduos uma responsabilidade ou culpa diante dos preconceitos, ou seja, reduz a orientação sexual e a identidade de gênero ao âmbito da escolha individual. A terminologia não possui mais respaldo do Conselho de Ética da Psicologia, por exemplo. O uso da terminologia

orientação sexual, a medida de exemplo, implica em concepções sociais, históricas, biológicas e psicológicas de modo ampliado.

Outra questão importante para compreensão da temática é que, mesmo sendo um compromisso assumido profissionalmente, a busca por capacitações ainda é posta como responsabilidade de outrem, como o poder público. Neste sentido, posterga-se a pesquisa sobre o tema, lembrando que a atitude investigativa também faz parte do processo de trabalho do/a assistente social, dada a realidade em constante mudança.

Nas entrevistas sempre é o outro que é LGBTfóbico e nunca nós, autointitulados críticos e contrários aos preconceitos. Talvez denote a dificuldade que temos em desconstruir os preconceitos existentes em nós mesmos, que perpassam nossas criações, nossas histórias e nossa sociedade. Para desconstruir o preconceito, nesta sociabilidade e no que há de vir, é importante que comecemos a refletir nós mesmos e sermos anti LGBTfóbicos/as.

Em diversos momentos o compromisso ético dos/as assistentes sociais foi reforçado, mesmo que houvessem discordâncias entre as concepções sociais, religiosas e familiares sobre a temática e a postura que assumem enquanto profissional, que certamente entra em conflito com tais valores e princípios. Conforme as falas, todos assistentes buscam assumir o compromisso profissional de defesa da população LGBTQIA+, mas ainda temos muito a avançar nesta esfera da realidade social.

Tivemos o cuidado de focalizar a pesquisa apenas nas perguntas e repostas que denotam o posicionamento dos assistentes sociais no exercício do Serviço Social, mesmo que acreditemos que o compromisso ético assumido acabe por perpassar diversos aspectos da nossa vida social. Neste sentido, destacamos a postura assumida diante das demandas relativas à população LGBTQIA+ e tentamos identificar as potencialidades de trabalho.

O interesse pela temática, a abertura dos profissionais às perguntas, pedir capacitações, buscar exercer o Serviço Social pautados pelos nossos princípios éticos e políticos e a identificação de valores e concepções conservadoras e colonialista na cidade de Ibiporã e no governo Federal atual podem ser vistos como potencialidades para o trabalho dos/as assistentes sociais.

A dificuldade em transformar as demandas da população LGBTQIA+ em pauta política diante à Secretaria Municipal e poder público, as dificuldades com

as nomenclaturas e a insegurança sobre os aspectos teóricos e a importância política da temática podem ser vistos como invisibilidades do trabalho dos/as assistentes sociais frente a temática.

Neste cenário, finalizamos o presente trabalho sentindo que o Serviço Social, enquanto categoria, avançou muito no trabalho com a população LGBTQIA+, especialmente no reconhecimento das demandas dessa população, mas ainda temos muito trabalho pela frente se quisermos construir uma sociedade livre de preconceito por questão de orientação sexual e identidade de gênero. Digo que temos muito a avançar se quisermos exercer o Serviço Social sem discriminar e nem ser discriminado por questão de orientação sexual e identidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, Flavio Wolf. O inesperado: o Brasil nos quatro romances de Plínio Salgado. **Margem Esquerda: revista da Boitempo**. nº 33. São Paulo: Boitempo. 2019.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná – 1930 – 1975**. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, 337 páginas, 1993.

ASARI, A. Y., TUMA, M. M. **Aspectos Históricos, Físicos, Econômicos e Institucionais de Londrina**. Documento-Consulta. Prefeitura do Município de Londrina, Secretaria Municipal de Educação, Londrina, 1978.

BISOTTO, Maria Lúcia Striquer. **Compêndio Histórico de Ibiporã**, 1ª ed. v.1. Fundação Cultural de Ibiporã: Ibiporã, 2008.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Lei 7.716**, 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, 1989.

BRASIL, **Lei que Regulamenta a Profissão**, nº 8.662, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 1ª ed. Fundação. São Paulo: Perseu Abramo. 2001.

COELHO, Sandra Maria Pinheiro de Freitas; CARLOTO, Cássia Maria, Os sentidos da masculinidade nas relações de gênero e a violência afetivo-conjugal. **Emancipação**, 7(2): 115-136, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a Assistente Social**, v.9, 1993.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o Conceito de Região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa. s/v, s/n, p.39-56. Inverno 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. Justiça para comunidades gays, bissexuais e transgêneras. **Margem Esquerda: revista da Boitempo**. nº 33. São Paulo: Boitempo. 2019

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história de eugenia no Brasil e no mundo**. 2ª ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018

EURICO, Marcia Campos. Et al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 293-309, jul./dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História das sexualidades 1: A vontade de saber**. 10ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras** / Bell Hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOONAERT, Eduardo. História geral da Igreja na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1977.

IBIPORÃ. **Circuito das capelas: projeto de recuperação da memória de Ibiporã**. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Ibiporã, 2016.

IBIPORÃ. **Igrejas evangélicas históricas: projeto de recuperação da memória de Ibiporã**. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Museu Histórico e de artes de Ibiporã: Ibiporã: 2019.

MOTT, Luiz R. B. **Escravidão, Homossexualidade e demonologia** / Luiz Mott – São Paulo: Ícone 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Editora Hucitec: São Paulo, 2007.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Editorial Estampa: Lisboa, 1987.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia até a atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

(Capítulo de Livro)

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. **História do Movimento LGBT no Brasil**. organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. **História do Movimento LGBT no Brasil**. organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

GAMA LIMA, Lana Lage da. O padroado e sustentação do clero no Brasil colonial. **sÆculum - Revista de História**, nº30, João Pessoa, jan./jun. 2014

GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. **História do Movimento LGBT no Brasil**. organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

GUEDES, Edson Cleiton. Frei Timóteo de Castelnuovo: Missão, utopia e realidade no Aldeamento São Pedro de Alcântara de Jataizinho/PR (1855-1895). In: VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentros de geohistoria regional, XX Semana de História, n.7,35 e 20, 2015, Maringá. **Anais [...]** Maringá: UEM, 2015. p.2877-2889.

IAMATOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p.439-461. s/v. n.136, set./dez. 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente**

social em questão. Brasília: CFESS, 2012, p. 33 – 74.

KASTER, Jaime dos Santos. **A fotografia na recuperação da história e preservação da memória: A ferrovia e a estação ferroviária de Ibiporã (PR).** Dissertação de Mestrado em Comunicação, Londrina, 208 páginas, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Paraná; En el Sertão. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** Ediciones Paidós Ibérica, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1988. p.157-165 / p.283-295.

LIMA, Michele Pires; SAMPAIO, Patrícia Melo. Pederastas e meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1972). **História do Movimento LGBT no Brasil.** organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

LANZA, Fabio; BETTIOL, Líria Maria. Fundamentos para investigações com fontes orais: contribuições epistemológicas para a pesquisa em ciências humanas e sociais. **Interfaces entre religião e política em Londrina** / Fabio Lanza et al. Londrina: UEL, 2013

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Mario de Andrade Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Mario de Andrade Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MANNHEIN, Karl. O pensamento conservador. *In*: MARTINS, José de Souza **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: HUCITEC: 1981.

MARCANTE, Maicon Fernando. As fronteiras do interior: o aldeamento São Pedro de Alcântara e suas interações sociais no espaço sertanejo-Paraná (1876/1881). **Revista Vernáculo,** Curitiba, v.1, n.21 e 22, p.206-212. 2008.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. **História do Movimento LGBT no Brasil.** organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

MELO MARTINS, Patrícia Carla de. Padroado régio no auge do Império brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, Ano III, n. 9, janeiro de 2011.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. **História do Movimento LGBT no Brasil.** organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

NISBET, Robert. Conservadorismo e Sociologia. *In*: MARTINS, José de Souza

Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: HUCITEC: 1981.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. **História do Movimento LGBT no Brasil.** organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. **História do Movimento LGBT no Brasil.** organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v.15 n.45 set./dez. 2010.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses. **História do Movimento LGBT no Brasil.** organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2018.

SAFFIOTI. Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.16, s/n, p.115-136. 2001.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. s/v. nº20. Maio/Jun/Jul/Ago 2002.

(Matérias da Internet)

Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **G1**. Brasília, 03 de janeiro de 2019. Política. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 19/11/2021.

O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. **ELPAÍS**. Brasil, 07, outubro de 2018. Eleições 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html?autoplay=1. Acesso em 18/11/2021

OLIVEIRA, Mariana; BÁRBIERI, Luiz Felipe. STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. **G1**. Brasília, 13, junho, 2019. Política. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da->

homofobia-e-da-transfobia.ghhtml. Acesso em: 17, novembro e 2021.

SIMPSON, BENEVIDES. Candidaturas trans foram eleitas em 2020. **ANTRA**. Niterói, 19, novembro, 2020. Direitos e Política. Disponível em <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em 17, novembro, 2021.

MARCONI, Pedro. Arcebispo e prefeito manifestam-se a favor da criação do conselho LGBT em Londrina. **FOLHA DE LONDRINA**. Londrina, 20, setembro, 2021 Disponível em <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/arcebispo-e-prefeito-manifestam-se-a-favor-da-criacao-do-conselho-lgbt-em-londrina>.

MARCONI, Guilherme; MACHADO, Rafael. Câmara rejeita criação de Conselho LGBT em Londrina. Londrina, 23, setembro, 2021. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/camara-rejeita-criacao-do-conselho-lgbt-de-londrina-3113576e.html>

(Relatórios)

Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia; Alexandre Bogas Fraga Gastaldi; Luiz Mott; José Marcelo Domingos de Oliveira; Carla Simara Luciana da Silva Ayres; Wilians Ventura Ferreira Souza; Kayque Virgens Cordeiro da Silva; (Orgs). – 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados

Projeto de pesquisa: Mestrado em Serviço Social e Política Social

Objetivo: Entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ no cotidiano profissional dentro da Política Municipal de Assistência Social.

Orientadora: Profa. Claudia N. da Silva

João Paulo Rosa Lorenço

Sexo: _____

Data de Nascimento: _____

Ano de formação: _____

Roteiro Semiestruturado

Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

O que você acha dessas frases? Explique

“Vocês não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais”

“Não existem gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

“Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

“Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias”

“Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

“Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays, lésbicas, bissexuais, travestis”

“Vão ficar se beijando na frente do meu filho? O que vou dizer a eles?”

“Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas. O que você acharia?”

ANEXOS

ANEXO A

Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética



CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O entendimento dos/as assistentes sociais de um município do interior do Paraná em relação às demandas relativas à população homoafetiva a partir da perspectiva ético-política profissional adotada pelo Serviço Social brasileiro.

Pesquisador: JOAO PAULO ROSA LORENCO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 40932720.3.0000.5231

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Londrina - UEL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.489.732

Apresentação do Projeto:

De acordo com o documento PB_Informações Básicas:

" Resumo:

O presente projeto pretende entender como os/as assistentes sociais de um município do interior do Paraná compreendem os/as sujeitos homossexuais no atendimento das demandas do Serviço Social levando em consideração as suas competências e atribuições acerca da postura historicamente assumida pela profissão. Para tanto pretendemos mapear todos os/as assistentes sociais deste município de Ibiporã em suas respectivas instituições, seja ela de natureza pública, privada ou organizações da sociedade civil e realizar entrevistas semiestruturadas com estes profissionais, estudando temáticas pertinentes a relação entre o trabalho profissional e a homossexualidade. O intuito deste trabalho é contribuir para desvelar os preconceitos existentes acerca desta parcela populacional compreendendo a pluralidade que possa existir acerca do projeto profissional historicamente construído."

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o documento PB_Informações Básicas:

Objetivo Primário:

Entender como os/as assistentes sociais de um município do interior do Paraná compreendem

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



os/as sujeitos homossexuais no atendimento das demandas do Serviço Social levando em consideração as suas competências e atribuições acerca da postura assumida pela profissão.

Objetivo Secundário:

- Mapear os/as assistentes sociais do município de Ibiporã com vistas a identificar numericamente quantos assistentes sociais trabalham no município.
- Caracterizar o município objetivando entender alguns dados sócio-históricos• Entender a relação que estabelecem entre as demandas das populações homoafetivas e seu trabalho
- Compreender como os/as assistentes sociais respondem as questões relativas à homossexualidade em seu trabalho

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o documento PB_Informações Básicas:

Riscos:

Por se tratar de uma temática permeada por valores e princípios ainda muito polêmicos, envolvendo a discussão acerca das sexualidades humanas, os riscos podem decorrer de situações desconfortáveis aos participantes do estudo ao responderem os questionamentos da entrevista semiestruturada.

Benefícios:

Colaborar com a discussão acadêmica e profissional acerca de uma temática pouco discutida no âmbito do Serviço Social brasileiro

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou folha de rosto assinada pela coordenadora do Programa de pós-graduação em Serviço Social.

Apresentou TCLE em acordo com a resolução.

Apresentou o roteiro da entrevista semi-estruturada.

No orçamento previu um custo de R\$ 120,00.

A coleta de dados está prevista para 01/04/2021 e o cronograma foi apresentado detalhado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer anterior foram respondidas e avaliadas:

Pendência 01) Esclarecer como será o recrutamento dos participantes da pesquisa, ou seja, onde conseguirão os nomes e os contatos de telefone e/ou e-mail, caso estes dados sejam solicitados a

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Telefone: (43)3371-5455

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



alguma organização/instituição como conselho regional é necessário apresentar declaração de instituição coparticipante. ANÁLISE: Esclareceu que possui o telefone dos assistentes sociais que trabalham em Ibiporã. PENDÊNCIA ATENDIDA.

Pendência 02) No TCLE é importante descrever: a) local da realização das entrevistas, se presencial incluir os cuidados sanitários, b) por quanto tempo e qual destino das gravações. ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Pendência 03) De acordo com as resoluções, toda pesquisa apresenta custos, assim, solicita-se a inclusão de custos no orçamento de forma detalhada (exemplo: impressão dos termos de consentimento, computador, internet e etc.). ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Pendência 04) Apresentar o cronograma de pesquisa contendo todas as etapas e não somente a etapa de coleta de dados junto aos participantes. ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresenta-Lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Telefone: (43)3371-5455

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 4.489.732

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1653605.pdf	29/12/2020 17:19:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento_TCLE.pdf	29/12/2020 17:18:46	JOAO PAULO ROSA LORENCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	11/12/2020 10:34:13	JOAO PAULO ROSA LORENCO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	11/12/2020 10:27:50	JOAO PAULO ROSA LORENCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 05 de Janeiro de 2021

Assinado por:

**Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))**

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: “O entendimento dos/as assistentes sociais de Ibiporã/Paraná em relação às demandas relativas à população LGBTQIA+ a partir da perspectiva ético- política profissional adotada pelo Serviço Social brasileiro.”

Pesquisador Responsável: João Paulo Rosa Lorenço Nome do participante:

Você está convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “O entendimento dos/as assistentes sociais de um Ibiporã-Paraná em relação às demandas relativas à população LGBTQIA+ a partir da perspectiva ético-política profissional adotada pelo Serviço Social brasileiro.”, de responsabilidade do (a) pesquisador (a) João Paulo Rosa Lorenço.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido(a) dos seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo entender como os/as assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ no cotidiano profissional dentro da Política Municipal de Assistência Social, através de entrevistas semiestruturadas, no intuito de contribuir com o aprimoramento da atividade profissional e compreender a pluralidade existente acerca do projeto profissional historicamente construído.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá na realização de uma entrevista semiestruturada. Decidimos optar pela entrevista semiestruturada pois, conforme Minayo (2015, p.143), esta modalidade obedece a uma estrutura de questionamentos previamente construída e apropriada pelo pesquisador, sequenciando questões na qual o/a pesquisador pretende solucionar assegurando que seus pressupostos serão respondidos pelos participantes da pesquisa.
3. Pretendemos utilizar aplicativo de gravação de áudio por meio de aparelho celular afim captar com mais precisão os apontamentos realizados durante o processo de investigação.

4. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer alguns desconfortos, pois a temática ainda é considerada um tabu por boa parte da população brasileira, que serão minimizados através do compromisso assumido com o sigilo ético e a explicação da importância da pesquisa para todos os envolvidos.
5. Ao participar deste trabalho contribuirei com o diálogo entre as dimensões constitutivas do Serviço Social.
6. A minha participação neste projeto deverá ter a duração aproximada de uma hora, realizada uma única vez.
7. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
8. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.
9. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde
10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim como a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, que os resultados poderão ser publicados e que decorridos doze meses a partir data das entrevistas (tempo apropriado para coleta, análise e possível publicação) serão excluídas definitivamente do aparelho celular e possíveis anotações serão incineradas em espaço apropriado.
12. As entrevistas serão realizadas em visita ao ambiente de trabalho dos/as assistentes sociais ou em local apropriado, respeitando o distanciamento mínimo de um metro e meio, uso de máscaras e álcool em gel e se possível após a higienização dos espaços utilizados para as entrevistas como medida de proteção contra a propagação da COVID-19.
13. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com João Paulo Rosa Lorenço, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UEL LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14. Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445). Londrina- Pr - CEP: 86057-970.

Eu, _____, RG nº _____
 declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Ibiporã, ____ de _____ de 2021 .

 Assinatura do participante

 Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

ANEXO C
Íntegra das Entrevistas

Íntegra das entrevistas realizadas no período de agosto à outubro de 2021 com assistentes sociais do município de Ibiporã.

Tibira

Pesquisador: Estou autorizado a realizar a gravação?

Tibira: Sim, já está gravando?

Pesquisador: Sim. O objetivo da pesquisa é entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ no cotidiano profissional dentro da Política Municipal de Assistência Social.

Tibira: Ok!

Pesquisador: Qual o teu ano de formação?

Tibira: Década passada.

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais e travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Tibira: Você poderia ter passado o roteiro antes, para gente pensar, ne! (risos). Deixa eu resgatar aqui. É porque são situações muito específicas, né? Eu acho assim, que na rede em específico eu nunca presenciei porque, querendo ou não, não é muito o nosso público alvo, dá pra contar nos dedos quantas pessoas que a gente atende ou que já passou aqui que seja desse público, mas o que a gente escuta de um usuário em específico, é que algumas vezes ela sente um tipo de preconceito especialmente relacionado a trabalho, em entrevista de emprego até acham o currículo dela bom mas daí quando chega a pessoa pra entrevista ela sente essa diferença de tratamento, quando é feita pelo telefone e quando é feita presencialmente e teve um dia que ela ligou pra mim e perguntou se tem algum órgão ou algum mecanismo, alguma coisa pra ela fazer uma denúncia, se um juiz ou alguém tivesse o poder de obrigar alguém a contratá-la ou de fazer algum tipo de punição porque ela se sentiu discriminada. Daí eu falei assim pra ela: "olha, tem os órgãos competentes pra isso, né! Fazer uma denúncia formal, mas é muito difícil, não tem nada que obrigue uma pessoa a te contratar, porque como você vai comprovar que foi por preconceito?", daí não sei se minha fala foi meio desencorajadora, porque a gente fica meio de mão atadas, e daí quando ela veio com essa fala eu fiquei pensando: "pior que não tem mesmo!". Tem uma lei específica para pessoa com deficiência, que todas as empresas têm uma porcentagem para contratação, mas não deveria ser uma condição, uma obrigatoriedade ter uma lei para contratar uma pessoa por conta do que ela é, né?

Pesquisador: E você acha que existe, no município, especialmente na Política de Trabalho, algo que trate essa questão?

Aquiles: Não que eu saiba, no município não. O conhecimento que a gente tem é que o município oferece cursos, não faz diferenciação de sexo para o curso, mas nada voltado ao incentivo ou levar a questão em consideração, mesmo de profissões que

são teoricamente masculinas para contratar mulheres, não existe nada nesse sentido. Mas, pensando assim na rede aconteceu uma situação, outro profissional (cita o nome) teve uma situação com uma usuária trans que sofreu uma discriminação na UPA, e não faz muito tempo não, deve ter um ou dois meses, porque ela usa nome social e tudo, e aí pessoa que recepcionou ela ficou questionando isso, porque ela conseguiu mudar só um dos documentos não sei se o RG ou CPF aí tinha que mudar o outro e por alguma burocracia não conseguiram mudar, aí parece que os ânimos se exaltaram lá, porque ele estava chamando pelo nome que estava no documento e ela atende pelo nome social. Se você olhar pra ela, é uma mulher, daí os ânimos se exaltaram ali, teve até que chamar o segurança, até quando ela entrou no consultório médico, uma policial mulher teve que ir junto e ela falou que não era necessário, que não precisava, que ela só se sentiu discriminada. Mas, mesmo assim ela entrou junto, aí não sabe até que ponto é porque ela não fez a cirurgia de redesignação, não sei se é por esse fato ou se é porque aconteceu algo, mas foi o único episódio que fiquei sabendo, porque é uma pessoa muito próxima aqui da gente e daí ela contou que teve essa situação, mas não sei se ela chegou a fazer uma denúncia na ouvidoria, acredito que sim, porque ela é uma pessoa bem consciente e a gente até convidou ela para participar do Conselho da Assistência, então hoje ela é uma conselheira da Assistência.

Pesquisador: E quanto às escolas, por exemplo, você percebe algum episódio ou situação específica?

Tibira: Não, da escola que eu saiba não! com criança e adolescente não.

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Tibira: É porque não tem muitos, vamos dizer assim, é uma coisa que eu estava até pensando quando você tinha falado da entrevista e tudo, né! Quanto da nossa demanda, quanto do nosso público tem de pessoa LGBTQIA+ e de quanto elas chegam como uma demanda pra gente, de preconceito, de discriminação, só nessa pessoa que relatei, que sempre que passa pelo atendimento fala da dificuldade de se inserir no mercado de trabalho porque, querendo ou não, ela acaba exercendo funções teoricamente masculinas e o grande preconceito que, pelo menos, eu sinto é que os homens são mais intolerantes a isso e acabam não contratando ela porque ela é mulher e tem uma figura mais masculina, não sei se questionam a capacidade dela em exercer a função, ela tem vários cursos, de muitas coisas, tem experiência, ela sabe o que está fazendo, mas não dão oportunidade pra ela por conta de ser uma mulher masculinizada.

Pesquisador: Existem poucas pessoas LGBTQIA+ ou você acredita que o preconceito social impede muitas de se assumirem publicamente?

Tibira: Eu acho que um pouco das duas coisas, porque as pessoas não sabem com o que vão lidar, quem vai ser a outra pessoa que vai receber a informação, apesar da gente ser um órgão público, que é a Assistência, que não deveria ter teoricamente esse tipo de preconceito, de discriminação, mas, as pessoas ainda assim sentem um certo receio de como vai ser recebido. Eu acho que elas não estão tão munidas de

uma certa argumentação, de se sentir seguras e de ser quem elas são. Se acontecer alguma coisa vai ter outros órgãos para ela recorrer? Porque a gente sabe que acontece bastante com mulheres em situação de violência que, mesmo com todas essas leis, tudo, a gente sente ainda uma dificuldade, talvez seria mais ou menos a mesma coisa, mesmo que aqui no município não tenha uma lei mais específica, eu acho que é nesse sentido o receio, não sei se é o perfil do público alvo da instituição, pensando que o público da instituição seriam pessoas vulneráveis no sentido econômico em um contexto de pandemia, mas eu não vejo como um público da instituição, específico para demandas da instituição.

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Tibira: Como a gente aplica? Não aplica não, porque a gente tem que seguir o que está ali.

Pesquisador: Você acredita que a formação profissional, as legislações específicas do trabalho do Assistente Social que pontuam a defesa intransigente dos direitos humanos, a construção de uma sociedade livre dos preconceitos é mediada no cotidiano? E existe uma formação para isso? Existe um preparo no processo formativo para essa população?

Tibira: Entendi, eu acho que não, se for pensar em nível de graduação, porque é tudo muito amplo, né? Quando a gente pensa no Projeto Ético-Político é de uma forma muito geral, muito ampla, mas eu fico me questionando se a gente aprende na prática, colocar na prática aquilo que está dentro do Projeto Ético Político, porque cada serviço, cada demanda são coisas muito específicas e querendo ou não quando a gente chega num serviço a gente carrega muito do que é nosso. Quando eu entrei no Serviço Social eu tinha vários preconceitos, de muitas coisas. Mas daí eu não sei se cada indivíduo vai desconstruindo aquilo em si ou se vai alguma coisa de formação, eu já cheguei nesse questionamento, mas se for pensar no âmbito de formação a gente não tem, também não dá conta né, na graduação, de pegar todas essas situações e demandas e esmiuçar tudo, então eu acho que seria mais no olhar que a gente tem, no cuidado com essa população que a gente atende, perceber essas nuances, essas diferenças e perceber que isso não é meu, são outras pessoas e por que eu vou ter preconceito com isso? Por que eu vou tratar dessa forma? Então acho que a gente acaba desconstruindo, mas isso é de cada um, eu falo que a graduação me ajudou bastante, mas vendo outros profissionais eu não sei se até que ponto é atribuição da graduação, eu acho que é um período de formação bem diferente, se pensarmos em profissionais mais antigos para os mais atuais. Eu acho que agora com tudo mais explícito e mais exposto na mídia e na internet, a gente é meio que obrigado a entender, a gente tem muito mais acesso à informação, a gente só não vai atrás porque não quer, porque está ali e aí eu consigo perceber algumas coisas de pessoas mais antigas, mas era um currículo diferente, as coisas vão mudando, a grade vai mudando.

Pesquisador: Se você quiser explicitar um pouco sobre essa diferença que percebe entre as formações profissionais, quais mudanças percebe no que tange a população LGBTQIA+?

Tibira: Eu acho que agora estamos mais preocupados e mais sensíveis para tratar assuntos assim do que em currículos mais antigos, profissionais mais antigos, não sei se por causa da demanda, da rotina ou pelo período que está mais alijado, não queira entrar em assuntos mais polêmicos, porque querendo ou não é um assunto mais polêmico, né? Eu vou usar o exemplo da mulher vítima de violência, que é uma coisa que aparece muito aqui na instituição porque a gente tenta incentivar, tenta falar de toda a dificuldade que é, que não é só falar, a gente se questiona: "se está tão ruim assim porque continua naquele contexto de violência?", eu acho que deva ser muito nesse sentido com os LGBTQIA+, porque a gente sempre fala muito em: "vamos enfrentar, vamos ir atrás, mas e aí? Qual suporte que a gente consegue dar para essas pessoas fazerem isso?"

Pesquisador: Em Política Pública?

Tibira: Exatamente! Pensando em currículo, mesmo na graduação a gente sabe que o Serviço Social passou por vários momentos diferentes, uma construção bem diferente de quando criou o Serviço Social para o que é o Serviço Social hoje, então a gente consegue perceber essa diferença muito grande e, querendo ou não, o contexto que estava lá atrás e o contexto que é agora é bem diferente, acho que cada época também é uma demanda diferente, hoje talvez está muito mais em alta esse tipo de assunto, mas lá atrás era criança e adolescente, tanto que sai o ECA, eu acho que são momentos, são fases, que a pessoa pega uma situação específica e fala: "vamos trabalhar em cima disso, vamos trabalhar nisso e vamos tocar pra frente", agora está muito em alta a questão da violência contra a mulher, no município foi criado uma coordenadoria de atendimento porque antes era vinculado ao CREAS e agora tem um centro específico, acho que agora aos pouquinhos eles vão percebendo o que é mais demanda do município e vão investindo naquilo.

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos das demandas LGBTQIA+ na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Tibira: Infelizmente não existem normativas ou diretrizes, não que seja uma falha, é que a gente não consegue implantar isso no município, que seria a vigilância socioassistencial, que talvez seria um instrumento para identificar situações, identificar essa demanda no município, como seria tratada e como está sendo tratada hoje em dia, não só no município, mas quando a gente fala da Assistência, como a gente conseguiria trabalhar? A partir disso levar para o município e falar: "olha, tem essa demanda, a gente precisa trabalhar isso e como a gente vai fazer?", criar um Conselho, criar uma lei específica, como a gente vai trabalhar em cima disso e infelizmente a gente não tem por RH mesmo, porque os serviços já estão desfalcados de profissionais e aí colocar mais uma demanda. Isso porque é um público muito específico, às vezes a gente fica aqui patinando e só recebendo as demandas da população que a gente não consegue fazer um trabalho preventivo, um trabalho específico de violência, maus tratos.

Pesquisador: Você apontou a criação de um Conselho LGBTQIA+ aqui, Londrina fez, em 2021, uma discussão sobre o tema que gerou muita polêmica por parte de alguns setores da população. Você acha que aqui seria diferente? Como você percebe essa

questão?

Tibira: É que Ibiporã, por ser uma cidade pequena, é uma cidade muito religiosa, que é muito apegada a ideia da religião, Londrina também é, mas como é uma cidade um pouco maior e um fluxo de pessoas diferentes por ser uma cidade universitária, talvez nesse aspecto esteja um pouquinho mais avançada as discussões, os assuntos, aqui em Ibiporã eu não vejo muito isso, eu vejo a questão da caridade muito forte, os serviços vinculados às igrejas, fazendo um trabalho em conjunto, tem representação das igrejas dentro dos Conselhos, se não me engano dentro da Assistência tinha ou tem ainda. Então, tanto a Igreja católica quanto as evangélicas, possuem representações, eu vejo que é muito forte isso. Não sei como as igrejas aqui no município encaram isso porque eu não frequento esses espaços, não conheço, mas eu sei que por ser uma cidade religiosa e pelo histórico que a gente conhece de religião com certos assuntos é muito mais sensível, então não sei até que ponto essa seria uma discussão importante para eles, existem outras prioridades aqui.

Pesquisador: O que você acha dessas frases? Vou reproduzir algumas frases socialmente comuns no cotidiano acerca da população LGBTQIA+. "Vocês não precisam de direitos LGBTQIA+ pois somos todos iguais"

Tibira: Isso é muito sério, porque eu já ouvi isso e fiquei me questionando, em outros locais, porque aqui eu não percebi o interesse nessa população em específico, não tenho conhecimento de situações tão graves assim, tirando a situação relatada acima, mas eu já escutei de outras pessoas: "mas se tem uma lei maior porque ter legislações específicas?", eu fui e respondi: "mas se tem uma lei específica é porque não tá seguindo a lei maior, então qual é o sentido de não ter?", todas essas situações forçam o governo a criar novas legislações através de um poder coercitivo, porque a gente só funciona assim, através de um certo receio ou medo, falam assim: "eu vou te processar, vou te prender" e só assim que eu vou respeitar, e isso é muito perigoso porque até que ponto eu estou te respeitando ou estou sendo forçado a respeitar?

Pesquisador: "Não existem gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais aqui no território"

Tibira: Ah, existe bastante, né? Eu já escutei pessoas falando que realmente tem e já ouvi até de pessoas da mesma família que tem esse preconceito com irmão, com tio e, as vezes, colocando apelidos pejorativos durante os atendimentos, daí eu já cheguei a questionar o porquê: "te fez alguma coisa? Isso interfere alguma coisa na sua vida?", daí a pessoa disse: "não, mas é porque eu não gosto", mas não é questão de gosto, é o que te incomoda, e é muito difícil as pessoas falarem o que incomoda, ou porque não gostam, e aí que está a chave da questão, eu acredito que seja uma coisa muito implantada, não implantada, mas uma coisa aprendida, as pessoas não refletem: "por que é ruim? por quê é errado? por quê está me incomodando se não é na minha vida, é na vida do outro", aí quando a gente faz esse questionamento não tem uma resposta, é só porque eu não gosto, que eu acho errado e não sabe problematizar, e nessa situação nem foi vinculado com religião, em nenhum momento mencionou, só falou que não gosta e não acha certo, mas baseado em que? daí já não soube dizer.

Pesquisador: "Daqui a pouco vão querer tirar minha liberdade religiosa me acusando

de homofóbico"

Tibira: Não faz muito sentido, são coisas completamente diferentes, a gente percebe como eles tentam atribuir justificativas que não fazem muito sentido, é até difícil de explicar porque não faz muito sentido, o que a liberdade religiosa tem a ver com o corpo do outro? ou você ser homossexual?, é um ponto polêmico porque a Bíblia é um ponto de interpretação, claro que tem milhares de anos e ainda tem muitas questões atuais, mas mesmo assim é uma questão de interpretação e de como eu vou aplicar aquilo no meu contexto atual e desde sempre teve pessoas homossexuais, é que eu não conheço muito a fundo a Bíblia então eu não sei, muito do que os religiosos falam a gente acaba acreditando porque está escrito na Bíblia e se a pessoa está falando é porque tá ali e se é uma questão de interpretação que a gente tenha que aplicar na nossa atualidade porque ainda há coisas que são muito sensíveis e porque se eu falar de alguma coisa eu vou tá pecando ou vou estar fora do contexto religioso, porque existe muito aquele negócio de: "se eu amo o próximo tenho que mudar aquela pessoa", e por que é errado gostar de outra pessoa independente do sexo dela?, então são coisas que eu não consigo entender, sinceramente nunca parei para pensar essa questão de LGBTQIA+, pra mim é tudo muito novo, são muitas siglas eu e também não tenho tanto conhecimento a fundo, então a gente fica até com medo e receio de falar profundamente, às vezes é por isso que falte um pouco de iniciativa dos serviços, porque mesmo não sendo uma demanda específica aqui da instituição deveria ser porque a gente trabalha com a proteção social. Eu acredito que muita coisa venha de quando a gente é criança e adolescente e eu acho que, de certa forma, melhora bastante com a questão da tecnologia, da internet, não 100%, mas ajuda bastante, porque como tem acesso a muito mais informação positiva também tem muita informação negativa, é a mesma coisa da Bíblia, o que eu estou lendo ali eu vou interpretar de que forma? Então é muito perigoso isso, quem está lá representando vai interpretar do jeito que leu e a partir do jeito que entendeu, então cabe a nós acreditar ou não, e quando a gente trata de criança e adolescente, por exemplo, tem que ter muito mais cuidado com isso, porque é ali que a gente começa a desconstruir mais preconceitos, abrir os olhos para outras coisas, porque depois que a gente é um pouco mais velho a gente fica mais calejado e evita mudanças ou pensar de outras formas. Apesar de eu ter falado que o Serviço Social foi um divisor de águas, que eu desconstruí muitas coisas, às vezes eu me pego pensando em algumas coisas, daí eu paro e falo comigo: "não, eu não posso pensar assim, isso aqui é meu e eu não posso colocar o que é meu no meu trabalho, eu sou eu e outra pessoa é outra pessoa", mas como a gente faz isso? como a gente faz essa transformação? Não é um curso ou alguma coisa, é a experiência, é a convivência.

Pesquisador: "Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias"

Tibira: Esse negócio está muito em alta hoje, a gente não pode falar um nada! Mas eu acho que existem duas situações, aquelas pessoas que não falam nada com medo de serem repreendidas e tem pessoas que acontece um negocinho e já faz um estardalhaço, eu não sei, sou uma pessoa do meio termo, é claro que a gente tem que se posicionar se viu alguma coisa que não concorda, tem que se posicionar, tem que falar, mas eu sou uma pessoa que não acredita muito nesse povo que faz um barulho, sou mais pra via da conscientização, mas acho que as pessoas estão um pouco cansadas, estão saturadas, e aí chega uma pessoa com violência, falando, gritando,

como que você vai falar?: "olha, vamos sentar aqui, vamos debater, vamos discutir", então eu acho que os ânimos estão muito aflorados nos dois sentidos e como eu não tenho tanto conhecimento sobre o assunto às vezes fico com um pouco de receio na hora de falar, de tentar conscientizar de alguma forma e a gente não sabe como a outra pessoa vai receber isso, por que como a gente vai falar com propriedade de um assunto que a gente não tem tanto conhecimento? A gente não vivenciou, então é difícil, porque quando a gente está na instituição, somos obrigados a saber um pouquinho de um tudo e a gente não consegue se aprofundar em nada, e pra falar as coisas de um modo muito raso, eu acho que é muito perigoso, mas não é por isso que não temos que falar e se posicionar, devemos ir atrás e procurar o que tem de garantias, de leis ou o que é possível fazer, como a gente vai orientar, mas como é muito pouco a gente acaba sempre deixando em segundo plano, porque a gente está saturado com outras coisas e acaba deixando meio que de lado, e daí eu sinto muita falta disso, de ações preventivas, da conscientização, eu acho que tem que ter mais pessoas falando sobre porque a gente só vai fazer as pessoas começarem a ouvir se a gente insistir. Não acho que o caminho seja gritar ou apontar pra cara do outro e dizer que está errado, porque não é exatamente assim, é como a pessoa foi criada, como foi a construção dela, e a gente não sabe como é, a partir do momento que alguém não aceita, mas não está agredindo ninguém eu não posso chegar e começar a gritar e agredir, não vou fazer da mesma forma, vou indicar leitura ou fazer uma ação. Eu acredito muito no trabalho com criança e adolescente porque é ali que começa a formar a personalidade, mas eu acho que nas escolas ninguém está muito preocupado com isso não, porque tem o negócio das ideologias, e agora é tudo ideologia, é muito perigoso isso porque as pessoas não encaram como um assunto importante que deve ser discutido, tem que ser respeitado e deixa meio que para a família e se a família for uma família preconceituosa é mais do mesmo.

Pesquisador: "Eu não criei um filho para casa com um bigodudo"

Tibira: Eu acho que ao escutar frases assim eu consigo lembrar do meu pai ou de pessoas mais velhas, não que isso não possa ser dito por pessoas mais novas, mas acredito que mudou muita coisa. Acho que deve ser repensado essa ideia de criação: "então pra que você criou seu filho? pra bater em mulher? de que forma você criou seu filho então?", é para criar seus filhos respeitando as pessoas e sabendo que existem diferenças, mas por que existe diferença? porque encara como uma coisa fora daquilo que é o normal.

Pesquisador: "Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays, lésbicas, bissexuais, travestis"

Tibira: Aí tá outro preconceito: "respeito, mas não aceito". Já teve situações na minha família, um tio extremamente preconceituoso que anos depois descobriu que o filho é gay, e hoje se relaciona com outra pessoa e o pai dele respeita, aceita, não sei até que ponto aceita porque é o filho dele e precisou acontecer isso na família dele.

Pesquisador: "Vão ficar se beijando na frente do meu filho(a)? O que vou dizer a ele(a)?"

Tibira: Eu acho que a mesma situação de pais que dormem no mesmo quarto que criança, é a mesma coisa por que você tem que explicar tudo também? É criança e,

as vezes, você fala qualquer coisinha e ela já esquece, é aí que é construído o preconceito, se você encara como uma coisa ruim a criança vai encarar como algo ruim, se você encara com naturalidade será encarado com naturalidade, por isso acredito que a gente tem que ter muito cuidado com as coisas que a gente fala e as brincadeiras que a gente tem, às vezes até expressões que a gente usa, porque, querendo ou não, é tão difícil tirar essas expressões que estão tão enraizadas ali que a gente solta e se for parar para refletir percebemos que falamos as coisas no automático e podem soar como racismo ou homofobia, as pessoas agem muito pelo automático, sinto que as pessoas estão meio cansadas de se policiar e tomar cuidado com tudo que fala porque os ânimos estão mais sensíveis e as pessoas estão mais intolerantes a tudo, está tudo muito ao extremo, seja na política, se não é uma coisa é outra totalmente oposta e um já quer matar o outro que não concorda, não existe um diálogo.

Pesquisador: Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas. O que você acharia?

Tibira: Para mim não importa, roupa não define a pessoa! São muitas características que as pessoas se apegam para poder julgar, discriminar, colocar num padrão criado, e quem criou este padrão? então é irrelevante, tratando a outra pessoa com respeito, da mesma forma que quero respeito você pode fazer da sua vida o que quiser, pode vestir o que quiser.

Pesquisador: O que achou da entrevista?

Tibira: Então, foi tranquilo, como não faz parte do cotidiano e daí quando a gente senta para discutir ou pensar a gente lembra das situações que já passaram por aqui, a gente fica um pouco inseguro e pensa: "será que já passei por isso?", "Será que já passou aqui na instituição e eu deveria ter uma postura diferente?", porque a gente acha que tá fazendo aquilo que está no projeto ético-político, mas como tem muita coisa nossa que é muito difícil separar, eu penso: "até que ponto a gente está sendo assertivo?" e percebe que tem muitas falhas aí, tanto na forma como o município enxerga sobre essa população, a forma como está trabalhando, é uma responsabilidade muito grande enquanto proteção social e como estamos moldando nossas ações para fazer esse tipo de trabalho, pois tudo é muito no automático, entramos numa rotina e não refletimos tanto sobre outras questões importantes, não é porque não aparece aqui que não deva ter, agora que está tudo mais explícito e exposto, as vezes não está chegando, as vezes não é nosso público alvo e não está chegando na instituição por algum motivo, se nosso trabalho está muito focado nos desdobramentos da pandemia, querendo ou não a gente acaba ignorando outras coisas e deixando algumas coisas de lado, mas é importante ter no município um diálogo com universidades, Estado e outros setores estimularem esse tipo de discussão, pensando na gestão municipal: "como meu município está encarando isso? Não é algo importante? O que será que tá acontecendo? Como a gente tá enfrentando isso?". Não posso falar da gestão, mas o prefeito aqui é muito religioso, teve, por exemplo, a intenção de colocar um pastor na frente da política de Assistência e teve toda aquela discussão, não estávamos discutindo a capacidade do pastor, mas é a figura do pastor, como é uma cidade pequena, religiosa, até que ponto as pessoas não iam confundir mais um pouco essa relação, já confundem o trabalho do assistente social: "somos bonzinhos e fazemos caridade" e aí chega um pastor como uma figura

de chefia, o quanto nisso a gente não ia retroceder? E como íamos colocar assuntos como o desse trabalho com esse cenário? É muito difícil! Eu vejo que a maioria dos profissionais da Assistência são pessoas mais jovens, com uma mentalidade mais aberta, mas não posso falar o mesmo de profissionais mais antigos porque nunca teve esse assunto específico em pauta e não sabemos como é o pensamento dessas pessoas, não sabe se para isso seria interessante trabalhar esses aspectos. Tem o ponto que não temos bagagem para isso e falamos muita coisa com base na internet, e é muito perigoso basearmos somente em internet, basta vermos a nossa gestão máxima, que foi construída em cima de Fake News sobre "mamadeira de piroca".

Madame Satã

Pesquisador: Estou autorizado a realizar a gravação?

Madame Satã: Sim!

Pesquisador: Ok! O objetivo da pesquisa é entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ no cotidiano profissional dentro da Política Municipal de Assistência Social.

Madame Satã: Ok!

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Madame Satã: Teve a situação de uma usuária que sofreu discriminação dentro da UPA de Londrina, você quer que eu descreva a situação que me foi informada?

Pesquisador: Sim.

Madame Satã: Então, a usuária foi até a UPA procurar atendimento de urgência pois não estava bem, chegando lá ela apresentou o documento dela e no documento tinha o nome civil e o nome social, daí a pessoa da recepção perguntou qual nome deveria colocar na ficha, ela disse: “o nome social”, daí ele olhou para ela num tom mais agressivo e perguntou: “mas você é homem ou mulher?”, nisso as pessoas em volta escutaram e ela se sentiu constrangida e retrucou o rapaz: “mas o que você está vendo na sua frente? Homem ou mulher? Se eu falei para você que meu nome é o nome social, então é para você colocar o nome social”, daí ele achou que ela estava sendo agressiva com a resposta que ela deu para ele, que era um desacato e que ele iria acionar a lei do servidor público, na hora ela ligou para o advogado dela e o advogado sugeriu que ela chamasse a polícia para fazer um boletim de ocorrência. O serviço da UPA, na ocasião, tinha chamado a guarda municipal e daí ela teve que passar por atendimento escoltada pela guarda, ela disse que foi um momento muito constrangedor porque ela foi escoltada pela guarda durante o atendimento, já estava debilitada, então ela disse que foi uma humilhação mesmo.

Pesquisador: Nas escolas, UBS ou outros espaços você já presenciou algum tipo de situação?

Madame Satã: Nas escolas eu lembro quando eu estava fazendo uma pesquisa contra violência nas escolas e lá tinha uma questão que perguntava se tinha homofobia na escola, no dia da pesquisa eu não fui, a entrevistadora foi a professora, e os alunos comentaram sobre a fala do diretor: “não, não tem homofobia na escola não, tem uns gayzinhos aqui na escola, mas não tem homofobia”, mas isso é em Londrina, aqui em Ibiporã eu não me recordo.

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Madame Satã: Teve essa situação que comentei acima, mas ela mesma teve a clareza de fazer o boletim de ocorrência da situação. Tem a população que procura atendimento por demanda de benefício, mas não alguma situação que levou a pessoa a demandar o benefício eu não me recordo, teve uma usuária que sente que tem uma discriminação em relação ao mercado de trabalho, ela é uma mulher que se veste com roupas masculinas e enfrenta preconceito por conta disso, ela trabalha em uma profissão considerada masculina e percebia que não era aceita para o trabalho, eu pensei que ela era transsexual e comentei com ela sobre identidade e a questão do nome, daí ela me disse: “eu não sou trans, eu sou uma mulher só que não me visto como mulher e eu tenho orientação sexual pelo mesmo sexo, mas não me sinto um homem, não me identifico com o gênero masculino”.

Pesquisador: Nas falas cotidianas já identificou alguma questão relacionada, nos atendimentos, em conversa com a rede ou outros profissionais?

Madame Satã: Eu acho que é um tema quase não discutido, só quando acontece alguma situação específica que fazemos um debate, mas não conseguimos ampliar de forma coletiva.

Pesquisador: Você acredita que a não discussão colabora com a manutenção dos preconceitos?

Madame Satã: Eu acredito que sim, porque a instituição poderia contribuir né? Bom, a gente vai falando e vai lembrando, teve uma situação lá no território de uma família que traz um discurso homofóbico em relação ao outro irmão e não trabalhamos isso de uma forma aprofundada, de forma a discutir o preconceito junto da família. Teve uma outra situação também, porque a filha era heterossexual e depois estava em um relacionamento homossexual e a mãe não aceitava a bissexualidade, foi algo que outras técnicas trouxeram para mim e acebei tomando conhecimento, mas não trabalhei essa questão.

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Madame Satã: Olha, deveria ter porque eu sinto que focamos nos atendimentos de demandas objetivas ou atendendo demandas que não são nossas, como questões da justiça, mas trabalhar questões envolvendo subjetividades mesmo, de convivência social ou de padrões de cultura e visões de mundo, trabalhar esses preconceitos, eu sinto que a gente não conseguiu avançar nisso, a gente até discute que devemos sentar e fazer um planejamento, mas nunca colocamos em prática: “olha a gente vai discutir isso, ou vamos juntar essas famílias que passam pela mesma situação e poderia ser ampliada para uma discussão dentro do território”, e partindo da instituição que estou hoje acho que não só em relação a esse público, mas com outras demandas também, por exemplo a violência contra a mulher, discriminação da pessoa preta e a gente não consegue trazer esses temas de modo a discutir com a comunidade, em alguns encontros conseguimos discutir sobre família e uma pessoa trouxe uma correlação com a abordagem policial diferente para pessoas pretas e brancas, mas não foi um tema aprofundado, surgiu ali de forma transversal, foi discutido, é a mesma

coisa com a população LGBTQIA+ que é o mesmo caso, sempre fica a desejar e o trabalho fica falo nesse sentido.

Pesquisador: Você acredita que é possível trabalhar essas questões em uma sociedade marcada pelo preconceito?

Madame Satã: Eu penso que tem possibilidades, mas ao mesmo tempo a gente precisa ter formação, porque eu sinto que o técnico tem insegurança para trabalhar alguns temas, por não se sentir com formação suficiente. A gente vê que a instituição atende vários segmentos e como tá ali próximo ao território acaba surgindo várias coisas ali dentro e a gente fica perdido e acaba priorizando só o que é mais concreto, mais imediato e a gente sabe que não precisaria de um assistente social só pela questão dos benefícios, tem que aprofundar um trabalho sim, teria demanda e público para isso.

Pesquisador: Como seria a aceitação do município se a instituição propusesse encontros sobre a temática ou se existisse um conselho LGBTQIA+ no município?

Madame Satã: Eu morei um tempo aqui em Ibiporã e acredito que é um município bastante conservador, então seria um tema delicado, até lidar com algumas famílias seria um tema delicado, mas acho que tudo vai da forma como aborda, mas proibir eu acho que não proibiriam, porque mesmo que as pessoas não achem importante, fica aquela polemica: “como eu vou proibir um tema que está em evidência e isso pode ser julgado como um preconceito?”, eu acho que o poder público não proibiria, mas acho que tem alguns atores dentro da comunidade que não concordariam, vamos supor que se fizéssemos uma reunião de rede e vamos discutir a questão LGBTQIA+ a partir das ações desenvolvidas ou de como cada serviço pensa a temática, eu penso que seria um tabu para todo mundo e acho que teria receio de alguns atores, mas seria um momento para reconhecer os preconceitos e as contribuições que a gente traz. Eu falo porque a novela passa um tema, a homossexualidade por exemplo, e eu vejo as pessoas comentando: “ah, por que forçar a barra? Por que mostrar tanto também?”, então, de certo modo, gera um desconforto, né? Mas por que as pessoas acham que é tanto? Se fosse um relacionamento heterossexual você não acharia que é tanto. Uma profissional falou assim: “será que estar se falando muito isso não gera uma influência sobre os jovens?”, no sentido do jovem falar assim: “ah, eu vou me envolver com alguém do mesmo sexo porque está na moda”, isso quem trouxe foi uma profissional de psicologia, daí eu falei: “olha, acredito que não, mas é sentimento da pessoa, então como eu vou falar que é algo externo sendo que é um sentimento da pessoa?”. Ficou uma situação estranha, mas a gente mesmo pode trazer uma fala ou situação que destaca um preconceito ou um desconhecimento, foi uma coisa que comentei com a usuária trans que relatei na história acima e aí ela perguntou se tinha outras trans no município, daí eu comentei com ela sobre a situação da outra usuária que eu achava que era um homem trans, nisso ela falou uma coisa, que não me recordo agora, mas denotou um desconhecimento da minha parte, daí eu falei assim: “olha fulana, a gente tem muito pouco conhecimento sobre essa temática”, é igual as novas siglas, acho que falta interesse de ir atrás, talvez se fosse uma realidade que vivesse eu tivesse mais interesse em ir atrás do que ser algo que não vivo, acho que não justifica, mas o fato de eu não vivenciar ou ter alguém na minha família vivenciando acaba sendo um tema que não pesquiso sempre, só em algumas leituras ou posts em rede social que alguém faz e leio, mas não é algo que estudei

profundamente.

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Madame Satã: Eu desconheço, não existe!

Pesquisador: O que você acha dessas frases? Explique: “você não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais”

Madame Satã: Eu acho que é uma frase discriminatória, que não reconhece todo o contexto que essa população vivencia, toda a luta que eles têm e tudo que sofre, quando tenta igualar todo mundo passa-se por cima de todo um contexto social, de uma violência posta, como se fossemos todos iguais, fica como se fosse mimimi.

Pesquisador: “Não existem gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

Madame Satã: Olha, é uma frase de quem não conhece o território.

Pesquisador: “Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

Madame Satã: Acho que é uma frase equivocada, a pessoa tem aquele medo, como se a diferença fosse anular o direito dele e não é assim, é ao contrário, cada seguimento deve ter seu direito garantido, então acho que soa, pra quem fala, como uma ameaça, é como se a pessoa se sentisse ameaçada, o fato de existir gays na sociedade é uma ameaça para ela.

Pesquisador: “Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias”

Madame Satã: Eu penso que é igual a primeira frase, existe um não reconhecimento de direitos e não reconhecimento da história, até do nosso país, não reconhecimento do machismo, uma ignorância mesmo.

Pesquisador: “Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

Madame Satã: Preconceituosa também.

Pesquisador: “Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays”

Madame Satã: Essa é pesada, né? Acho que a pessoa quer amenizar um preconceito! É o mesmo que dizer: “tenho até um amigo preto”.

Pesquisador: “Vão ficar se beijando na frente do meu filho? O que vou dizer a eles?”

Madame Satã: Uma discriminação, é o direito da pessoa. Eu lembrei até da faculdade, eu estava no primeiro ano da faculdade e aí duas meninas começaram a se beijar no banco do lado e algumas pessoas que estavam com a gente se incomodaram e

falaram: “nossa, mas pra que isso? Que exibicionismo é esse?”, daí a gente falou que estávamos em um ambiente plural, que é a faculdade, e a gente sentiu dentro da faculdade, que você espera que as pessoas estejam um pouco mais abertas e teve esse incomodo de ver a situação.

Pesquisador: Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas. O que você acharia?

Madame Satã: A gente já tem, então pra gente é comum. Claro que a gente observa, a roupa é a identidade, então ela já vai dizer algo sobre aquela pessoa, sobre a identidade daquela pessoa e as vezes acontece alguns equívocos, igual àquela situação que te falei, que eu achava que a menina era trans, mas ela disse que não, embora ela tivesse as vestimentas masculinas e se identificasse homossexual ela não se identificava como trans. Mas a gente observa, né? Não vou falar que não prestamos atenção, mas nunca aconteceu uma situação que eu presenciei de alguém de ter sido barrado ou criticado pela roupa.

Lota

Pesquisador: O objetivo da pesquisa é entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ no cotidiano profissional dentro da Política Municipal de Assistência Social, estou autorizado a gravar a entrevista?

Lota: Sim

Pesquisador: As primeiras perguntas são de identificação. Qual sua data de nascimento e ano de formação?

Lota: Nasci no segundo quartel do século XX e me formei na primeira década do século XXI.

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Lota: Então, eu fiquei pensando quando você me falou o tema da pesquisa, eu parei para pensar sobre o cotidiano de trabalho e sobre o tema, como que a gente lida com isso aqui no dia a dia e assim, a princípio me pareceu uma demanda que não aparecia muito e que a gente não costuma abordar muito aqui na instituição, não sei nos outros serviços, a princípio fiquei pensando qual era o caso que eu já tinha atendido, das famílias, daí essa questão do preconceito eu fiquei tentando me lembrar de algum estudo de caso ou contato com a rede, mas não me recordo de ter ouvido algum comentário ou situação de preconceito. Mas daí começando a recapitular um pouco e lembrando das pessoas, dos usuários, eu acho que acontece aqui na instituição, quando vem alguém que se assume como homossexual a gente, as vezes... (Silêncio), Bom, eu acho que algumas pessoas já são conhecidas da comunidade e por Ibiporã ser uma cidade pequena quando tem alguém que se assume geralmente já é conhecido, e tem algumas pessoas que são público aqui que vem, e temos bastante dificuldades em relação a muitas demandas e as pessoas vem e ficam bravas na recepção porque não conseguem um atendimento na hora e tem algumas pessoas que acabam ficando bravas e criando uma confusão na frente e quer ser atendida na hora, e quando é uma pessoa assim, que a gente sabe que são esse público, eu percebo que tem uma fala, por parte de outros funcionários: “ai, quer lacrar! Quer causar”, e até sendo bem sincera a gente realmente pensa: “a pessoa vem só pra causar”, mas eu acho que é mais nesse sentido, mas uma situação mais concreta, da rede, ou estudo de caso eu não me lembro, o que não quer dizer que não aconteça, porque a gente sabe que o preconceito está presente, mas não lembro de ter presenciado. (...) E para esse público, que acho que depois você irá abordar: “como é o protocolo de atendimento para esse público? Nós não temos um protocolo pra isso”, então ele entra num público geral, mesma forma de atendimento para todo mundo.

Pesquisador: Você percebe que existe, por parte das autoridades, da sociedade, das igrejas, um preconceito contra esse público no município?

Lota: Sim, eu acho que não só Ibiporã, mas a nossa região tende a ser uma região mais conservadora. Eu percebo como um tabu ser falado sobre isso, faz oito anos que estou aqui na instituição e não me lembro de ter sido abordado esse tema em nenhum

momento, em nenhuma discussão com os usuários ou uma capacitação. Acho que isso é encarado como um tabu e tem uma questão religiosa que influencia no lidar com essa demanda. Ibiporã é uma cidade bem tradicional, eu pelo menos percebo dessa forma, bem conservadora, e acho que esse assunto não está em pauta no município, para as políticas públicas e as pessoas aqui não falam muito disso, não é abordado, são assuntos pontuais, quando alguém se assume a comunidade já conhece, mas não existe essa atenção para esse público aqui no município.

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Lota: Eu acho que a gente não aborda aqui, e fiquei pensando em quanto a gente falha no nosso trabalho porque é algo que a gente precisaria ter um olhar diferenciado, mas não vejo dessa forma. Com certeza tem muitas famílias que a gente atende que tem alguma situação, porque a gente sabe que essas pessoas tem fragilidades nos vínculos familiares, sofre preconceito na família, comunidade, escola, só que isso não aparece nos atendimentos e tenho dificuldades de abordar porque pra mim é difícil, quando a pessoa se assume durante o atendimento aí é um pouco mais tranquilo, mas não me sinto preparado para atender, quando alguém não se assume não vejo que a gente crie ferramentas para identificar e entrar nesse assunto, então não identifiquei muitos casos nesse período que estou aqui, alguns casos vêm com demanda de benefícios eventuais, porque geralmente são pessoas com dificuldade para acessar o mercado de trabalho, algumas situações de rompimentos dos vínculos familiares, não tem apoio, existem casos de prostituição. Existe um caso de uma pessoa trans que veio com a demanda para retificação da certidão e precisava da isenção, mas foi só essa situação com demanda bem específica desse público que atendi.

Pesquisador: Você acredita que a fragilidade para identificação dessas demandas possa vir pela formação?

Lota: Sim, é uma falha da formação. Eu não me lembro, faz um tempo que me formei, mas naquela época já existia eu não me lembro de ter tido nada e nenhuma vez o tema foi abordado e se aconteceu foi algo bem corriqueiro porque eu não me lembro, não me lembro de ter tido alguma capacitação, apesar de não termos quase capacitações. Eu também não me lembro de termos um insight de pedir uma capacitação, porque até te falei que fiquei pensando que é uma coisa que passou muito despercebido pelo serviço, mas acredito que precisaria melhorar na grade curricular e em capacitações porque eu me sinto despreparada para atender esse público, as vezes a pessoa vem e eu fico: “nossa, como é que eu vou chamar? Será que se eu falar alguma coisa pessoa vai me entender mal? Será que eu tento abordar essa questão? Será que espero para ver se a pessoa vai falar alguma coisa?”, então é difícil e eu sinto bastante dificuldade, e acho que essa dificuldade vem da falta de conhecimento, uma falha minha também porque nunca busquei, mas uma falha na formação e na falta de capacitação profissional.

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Lota: Eu percebo que o Código de Ética de forma indireta é um compromisso que o profissional deve ter, mas as vezes o Código de Ética passa batido, é uma coisa que fica no documento e na prática vai se perdendo, mas só de falarmos sobre proteção social, o que é a proteção social? Quais são as demandas que precisam de maior proteção? Se formos falar de equidade, precisamos ter um olhar diferenciado para aqueles que estão em maior vulnerabilidade, que são vítimas de preconceito pela sociedade, uma série de coisas e com certeza nosso compromisso ético em relação aos usuários é bem claro em relação a isso, só que tem muitas questões, a gente tá aqui e somos profissionais que tem esse compromisso, mas também trazemos o que somos fora daqui a nossa construção pessoal. Vou dar um exemplo da minha vida: “fui criada numa família super tradicional, numa família super católica, hoje não frequento mais, mas fui criada com alguns princípios morais e pra mim, que me considero uma pessoa aberta e que superou alguns desses tabus, ainda não posso dizer que sou totalmente livre de preconceitos, porque fui criada dessa forma conservadora, e para mim é um dia a dia de desconstrução”. É claro que eu quando estamos aqui, devemos ser profissionais e o Código de Ética tem de ser seguido, devemos pautar nossas ações profissionais no Código de Ética, mas na prática é um pouco difícil, eu percebo que é difícil, é uma total desconstrução e por isso acho que deve ter mais capacitações, mais discussões, para que a gente possa tocar mais nesse assunto e tentar desconstruir alguns conceitos que a gente tem, alguns medos: “ai, não sei nem como abordar a pessoa”, a gente precisa desconstruir isso porque estamos aqui para atender e esse público precisa de uma acolhida, precisa ter acesso aos direitos e a gente precisa ter um olhar pra isso, mas não é fácil e, para além do Código de Ética, precisamos pensar na nossa prática, na nossa vivência do dia a dia.

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Lota: Eu desconheço, acho que não existe e nunca tive essa informação, acredito que não tenha mesmo, essa questão de identificar mesmo, a gente consegue identificar quando a pessoa relata num atendimento, não temos diretrizes, não temos protocolo de atendimento e isso, com certeza, faz muita falta, numa reunião de rede quantos casos não poderiam ser identificados? Eu penso que não só na Assistência Social, mas falando de política pública como um todo, eu desconheço algum projeto ou protocolo que trabalhe com esse tema e infelizmente não tem, talvez até sua pesquisa colabore para começarmos a pensar.

Pesquisador: A segunda parte da entrevista é focada em frases do cotidiano, então eu quero que você explique o que acha dessas frases.

Lota: Tá

Pesquisador: “Vocês não precisam de direitos LGBTQIA+ porque somos todos iguais”

Lota: É mais ou menos aquela fala sobre as cotas: “você não precisa de cotas pois somos todos iguais”, eu acho que isso vem de uma pessoa que não tem conhecimento histórico em relação ao tema, pois assim como outras minorias precisamos ter um olhar diferenciado para populações que sofrem algum tipo de preconceito e sofrem

vulnerabilidades maiores que outras.

Pesquisador: “Não existem gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

Lota: Esse foi meu primeiro pensamento: “não existe”, mas depois você para pensar: “não existe ou eu não conheço? Não existe ou não está aparecendo e eu não estou prestando atenção nisso”, a gente sabe que existe, só que ainda é muito tabu, até pelos usuários, de chegarem e poderem declarar, então é um assunto que não é discutido e a gente finge que não vê, parece que não existe, mas é porque a gente não parou pra pensar mesmo nessa população.

Pesquisador: “Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

Lota: Isso é uma fala totalmente preconceituosa, acho que a questão religiosa é uma coisa pessoal, cada um tem o direito de escolher sua própria religião, só que isso não me dá o direito de controlar a forma como o outro vai ser e desrespeitar o outro, então acho uma fala nada a ver.

Pesquisador: “Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar, não aceitam opiniões contrárias”

Lota: Acho que é uma fala preconceituosa, todas são preconceituosas, mas algumas são mais gritantes, eu acho que essa questão do mimimi, que a gente vê muito hoje em dia, não só pela questão LGBT, mas em outras também, é porque hoje as pessoas estão conseguindo mostrar mais, se organizar mais, hoje o movimento LGBT é um movimento que tem ganhado força e visibilidade e quando você começa a não aceitar falas ou atitudes preconceituosas o outro acha que ele já não pode dar mais a opinião dele, mas isso não se trata de opinião, se trata de um desrespeito, de um preconceito.

Pesquisador: Você percebe que a internet ajuda na questão LGBTQIA+?

Lota: Eu não sou muito afeito as redes sociais, mas os canais que sigo sempre abordam a questão de uma forma positiva, do movimento, de trabalhar contra o preconceito, mas a gente sabe que quanto mais o movimento ganha visibilidade mais ele pode ser atacado e a gente sabe q a internet hoje em dia tem muito ódio, muito extremo, terra de ninguém, muitas vezes acaba segregando mais do que tentando uma inclusão, hoje tem mais espaço para tratar desse tema na internet, na mídia em geral, de ser contra o preconceito e acredito que isso tem despertado falas como essa do mimimi, que qualquer coisa que faça ou piada a pessoa já se ofende, acho que tem os dois lados!

Pesquisador: “Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

Lota: Uma fala machista, preconceituosa! Não sei se a pessoa tem um filho porque é um absurdo pois se por acaso essa pessoa tiver um filho gay, esse filho vai sofrer muito, não vai ter apoio da família, vai ser uma pessoa que vai ter muitas dificuldades, porque eu penso que o acolhimento da família é muito importante para essas pessoas, então se você não é acolhido dentro da própria família, quem dirá enfrentar o preconceito do mundo lá fora! Eu acho que é uma fala recorrente porque quando ouvi

essa frase eu pensei nos meus tios, nos meus primos que poderiam falar uma coisa dessas assim, ou então: “prefiro que seja ladrão do que seja gay”, esse tipo de idiotice.

Pesquisador: “Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays, lésbicas, bissexuais, travestis”

Lota: Eu acho que a pessoa está tentando justificar o preconceito que ela tem ali dizendo que ela não tem. Eu fiquei me lembrando bastante da morte do ator Paulo Gustavo, que teve uma comoção geral porque ele era uma figura pública, mas parece que quando é uma pessoa que está longe, mas ele era genial mesmo por conta do trabalho, é mais fácil aceitar, mas se for dentro da sua família, um filho, será que teria a mesma aceitação? Essa fala: “Até tenho amigos gays”, já está colocando um preconceito de forma implícita: “Nossa, eu sou tão bom que até tenho amigos que são”

Pesquisador: “Vão ficar se beijando na frente do meu filho? O que vou dizer a eles?”

Lota: Isso é uma coisa que já vi bastante na internet, quando em alguma manifestação aparece alguma foto ou em novela eu já vi comentários nesse sentido, as pessoas se preocupam com umas coisas que não dá pra entender, se tem um sentimento, uma coisa positiva, as vezes prefere que o filho veja uma cena de violência, não choca tanto a pessoa, eu não vejo o porquê de chocar tanto e acho que nem é tão difícil de explicar, porque as crianças são até mais abertas para entender e não tem esse tabu que a gente tem. Mas assim, também tenho que dizer, sendo sincera, que a gente fica um pouco impactado, eu lembro quando estava assistindo uma novela e teve o primeiro beijo gay, me impactou um pouco, por mais que eu fale: “não, eu não tenho preconceito”, mas aquela cena me impactou um pouco, outra cena que me impactou foi um casal, que vi na internet, era uma mulher trans com características masculinas mas estava grávida e quando olhei eu falei: “gente (espanto)” porque tinha barba e tinha rosto de homem e estava com a barriga de gestante, não tem como não dizer que não impacta, mas aí acho que eu tem que trabalhar com a gente porque a falha tá em nós e precisamos desconstruir isso e não transmitir esse preconceito para o meu filho ou colocar: “como eu vou explicar isso”, acho que primeiro é trabalhar com a gente e passar de uma forma tranquila para as próximas gerações.

Pesquisador: Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas, o que você acharia?

Lota: eu não vou negar que acharia estranho, a princípio, se chegar um homem vestido de mulher no atendimento, eu cheio dos meus preconceitos, da minha história de vida eu vou achar estranho, mas vou tentar tratar de uma forma de desconstrução dentro de mim, não vou negar isso, não está me afetando em nada e não está me fazendo nada porque eu me impactaria de forma negativa? Mas a princípio eu acharia estranho, mas tentaria trabalhar isso comigo.

Pesquisador: O que achou da entrevista? Como foram as questões?

Lota: Eu achei um pouco difícil e interessante porque eu percebi o quanto falta para mim, e imagino para outros profissionais, acho que avaliando o serviço ainda falta muito e precisamos melhorar muito e despertou para o tema porque nunca tinha

parado para pensar no tempo, só em situações pontuais, ali no atendimento, mas acabou a demanda, acabou o assunto. Acho que o município, enquanto gestão de Política Pública, nós, enquanto instituição, precisamos pensar na prevenção de situações de risco, acesso aos direitos, devemos estar atentos e prestar mais atenção e discutir isso em reuniões internas. Achei muito interessante e necessário, a gente precisa de capacitação para desconstruir algumas coisas e se sentir mais seguro na hora de fazer um atendimento, espero ter contribuído!

Elisabeth Bishop

Pesquisador: Posso gravar?

Elisabeth Bishop: Ok!

Pesquisador: Vou explicar um pouquinho o projeto de pesquisa, que é entender como os/as assistentes sociais de Ibiporã compreendem a população LGBTQIA+ dentro do cotidiano profissional da política municipal de Assistência Social.

Elisabeth Bishop: Huhum! (confirma com a cabeça)

Pesquisador: Qual sua data de nascimento e ano de formação?

Elisabeth Bishop: Minha data de nascimento é no ultimo quartel do século XX e meu ano de formação está na primeira década do século XXI.

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Elisabeth Bishop: O preconceito ele se dá de diversas formas, acho que o que mais presenciei foi na questão do uso de termos, nas expressões, no sentido de discriminar pela orientação e identidade, posso dizer que é o uso de termos que já presenciei.

Pesquisador: Você lembra de alguma situação? Como foi?

Elisabeth Bishop: Quando chega alguém, tem o termo: "lá vem o gayzinho, o afeminado" utilização desses termos mesmo.

Pesquisador: Você percebe esse preconceito com a rede socioassistencial?

Elisabeth Bishop: De eu ter presenciado com outras políticas eu não lembro, talvez tenha sido menos, mas eu lembro de ter presenciado no cotidiano do serviço mesmo, dos colegas, talvez não seja muito com a rede, pelo menos que eu me lembre.

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Elisabeth Bishop: Demandas específicas pela condição não, tem usuários que buscam os acessos e benefícios socioassistenciais, mas não pela questão do gênero ou identidade. Não tem aparecido aqui pra mim, por ser um assunto tabu pro usuário trazer para o serviço, de se expor e trazer algumas questões, aqui na instituição não teve nenhuma demanda específica.

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Elisabeth Bishop: O nosso código é claro na eliminação de todas as formas de preconceito, sejam eles qual for, é o que nos respalda e direciona nosso trabalho, independente de nossas questões religiosas, políticas ou morais, a gente tem que se respaldar nisso e garantir ao usuário um atendimento humanizado, uma escuta qualificada, sem preconceitos, então nesse sentido está localizado nosso trabalho, assim como com os outros usuários também.

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimento dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Elisabeth Bishop: Olha, algo específico eu acredito que a gente esteja bastante falho, esse assunto é tratado de maneira muito superficial, posso falar que quando vi o título da sua pesquisa pensei: “nossa, a gente quase não para pra pensar e ler sobre isso, mas a gente vê as mudanças constantes, mas tudo superficial e trazido pela mídia”, penso que o nosso trabalho, o cotidiano é bem falho quanto a isso, a gente não tem nenhuma atividade específica, não faz orientação quanto ao respeito das diversidades, mas nunca traz o assunto ao diálogo, falta por que não sabemos como lidar e passar isso para o usuário, a gente sabe que é uma questão que tem tabu, tem assuntos religiosos, existem contradições de opiniões e por não se sentir qualificados de trazer essa discussão em grupo ou com usuários sinto que somos falhos quanto a isso.

Pesquisador: Você percebe alguma carência na formação profissional no sentido dessa temática?

Elisabeth Bishop: Sim, com certeza! A gente não tem, eu nem me lembro de ter discutido isso na faculdade, então já não vem com o arcabouço desse conhecimento da faculdade para trazer para os serviços, vem muito de nós profissionais, de buscarmos à parte esses assuntos e estudar. Eu vejo que esse assunto é pouco, não se tem uma capacitação profissional, que deveria ser constante, para termos mesmo uma capacitação, para lidar e atender com qualidade, sabemos que no serviço existem diferentes opiniões, a questão da religião e como trazer isso pro serviço? Fica por isso mesmo, não temos essa qualificação, essa capacitação desde a faculdade.

Pesquisador: Como percebe essa questão no município de Ibiporã?

Elisabeth Bishop: Eu sou de outra cidade, mas penso que Ibiporã é uma cidade mais conservadora, então, pelos tipos de prefeitos que são de famílias tradicionais, existe sim o preconceito, não só relacionado a esse tema, mas outros fatores também, talvez seja por falta do conhecimento, de discutir mais isso e somos pautados muito pelo senso comum, o que a gente acha, o que a gente entende, sem aprofundar nos debates, vejo que isso é bem visível aqui em Ibiporã.

Pesquisador: Você pontuou a questão das mídias e redes sociais. Como você pensa a importância delas na discussão da temática?

Elisabeth Bishop: A importância é que traz essas discussões, mas o ponto negativo é que nem tudo é verdadeiro, se é uma pessoa preconceituosa vai defender aquilo como se fosse uma verdade, facilita no acesso à informação, mas temos que ter um filtro do

que é verdadeiro e do que não é daquilo que está de acordo com o que a gente pensa. Voltando um pouco, acredito que tenha avanços, por exemplo o nome social no cadastro único, o conceito de família mais ampliado, acho que temos avanços, mas precisamos discutir mais isso.

Pesquisador: “Vocês não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais”

Elisabeth Bishop: Na teoria, a gente sabe que a Constituição prevê essa liberdade para todos, mas se fossemos todos iguais não teria a questão da violência da discriminação, na teoria é uma coisa, mas na prática a gente sabe que existe, tanto pela questão de raça, de gênero, então acontece. Defendo que deve ter o direito específico para cada seguimento.

Pesquisador: “Não existe gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

Elisabeth Bishop: Existe, talvez fique de uma maneira mascarada, talvez por não termos nenhuma Política para o atendimento, para estar próximo dessa população, a gente pode achar que não tem, mas tem sim, talvez não chegue a ter o serviço e seja o caso de pensar uma busca-ativa e pensar ações específicas.

Pesquisador: Já chegou alguma situação de violência no atendimento a essa população?

Elisabeth Bishop: De violência não, mas lembrando dos meus usuários, devo ter uns três, mas nunca me trouxeram questões relacionadas à violência, existe um dos usuários que eu penso que ele tenha sofrido uma violência por essa situação, ele diz que foi por outro motivo, mas talvez seja essa dificuldade de trazer e abrir para nós enquanto técnicos, eu não sei se eles entendem que a gente está aqui para discutir isso e garantir os direitos.

Pesquisador: “Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

Elisabeth Bishop: Essa questão da religião interfere muito nessas questões, acredito que independente da religião nenhuma pregue a violência ou ódio, então tem que ficar separado os valores religiosos e a questão do atendimento porque temos o Código de Ética e não podemos limitar ou tirar esse direito do usuário por uma condição que eu tenho como certa, então independente da religião o atendimento tem que ser garantido, o direito tem q ser acessado.

Pesquisador: “Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias”

Elisabeth Bishop: Acho que isso é bem preconceituoso, eu falo por mim que nunca tive essa situação, por ser branco e hetero. A gente não sabe o que é viver isso então só quem sofre essa violência e essa discriminação, até mesmo no âmbito familiar, sabe o que é essa luta para garantir direitos, não vejo como um mimimi não.

Pesquisador: “Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

Elisabeth Bishop: Essa questão que a gente tem do patriarcado, do machismo, da família margarina, a gente escuta muito isso, a nossa sociedade é muito conservadora, são coisas que precisam ser desconstruídas por pessoas da família, até pela gente que tem uma formação tem hora que se pega pensando sobre determinados assuntos e fala: “opa! Estou indo além e preciso rever isso”, então acho que isso vem de um processo histórico, que vem sendo desconstruído, mas o machismo impera muito e essa questão do hetero né: “tem que casar com mulher, tem que ter os filhos” que é o que a gente vê na sociedade mesmo, nas famílias.

Pesquisador: “Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays, lésbicas, bissexuais, travestis”

Elisabeth Bishop: Acho que isso vem para justificar um preconceito que tem. Eu falo porque tem uma situação na família e quando ela assumiu que é trans foi bem isso na família, fica assim: “eu respeito, está ali na minha família”, mas não significa que não é preconceituoso, que não use termo, que não ofenda e faça brincadeira. Tem a pessoa que se assumiu, existe um respeito, porém você sabe que a pessoa não respeita, não aceita, então não significa que tenha um parente ou amigo que a pessoa não é preconceituosa.

Pesquisador: “Vão ficar se beijando na frente do meu filho? O que vou dizer a eles?”

Elisabeth Bishop: Acho que isso é muito da construção social hetero, então é normal um casal hetero, mas não é normal um casal homo. Eu tenho um filho e é isso que penso, de trazer a questão do respeito, que o afeto não tem diferença, é a questão do respeito, do amor, do afeto, mas para romper isso entra em jogo a questão religiosa, a questão da nossa sociedade conservadora, então é bem difícil.

Pesquisador: Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas. O que você acharia?

Elisabeth Bishop: Pra mim é normal, cada um tem suas escolhas e a pessoa se veste da forma como achar melhor, cada um se veste e tem suas características, ao meu ver não tem problema nenhum aqui no trabalho.

Pesquisador: O que você achou da pesquisa?

Elisabeth Bishop: Tranquilo! É aquilo que te falei, um tema que para gente é difícil e para gente acaba sendo um tabu pelo desconhecimento, mas quando a gente para e pensa; com certeza, essa sua pesquisa vai nos fazer repensar melhor o nosso trabalho, de tentar criar uma estratégia de busca, de como abordar, talvez de buscar com a gestão uma capacitação para trabalhar com esse tema, com esse público específico, porque a gente é muito carente nisso, de ser capacitado, embora a gente saiba que a questão de orientação sexual e identidade de gênero já venha de um tempo, essa discussão acaba sendo nova, alguns direitos são recentes, então a gente precisa se atualizar e trazer isso para os usuários, porque é o nosso papel trazer o respeito às diferenças, eliminar as formas de preconceito.

Mario de Andrade

Pesquisador: Você aceita a gravação da entrevista?

Mario de Andrade: Sim, tranquilo!

Pesquisador: O objetivo da pesquisa é entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem as demandas relativas à população LGBTQIA+ no cotidiano profissional dentro da Política Municipal de Assistência Social. Essas primeiras perguntas são para identificação, qual sua data de nascimento e ano de formação?

Mario de Andrade: Nasci no ultimo quartel do século XX e me formei na segunda década do século XXI

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais e travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Mario de Andrade: Eu não lembro, mas situações em alguns momentos extra oficial eu já presenciei, alguns comentários deselegantes, que passaram a entender que aquelas situações da pessoa homossexual serviram de chacota, mas na execução do serviço, do trabalho, eu não posso dizer presenciei porque estaria mentindo. A gente pensa assim, a pessoa durante o trabalho, no profissional, fica mais cuidadosa, mais atenta, mas se você percebe esse tipo de fala fora do ambiente de trabalho é esse o pensamento que ela tem, é essa a visão que ela tem desse público. Eu acho seu trabalho e sua pesquisa de extrema importância por ser um público não desfavorecido, mas menor, né? É um grupo de pessoas que não abrange, mas precisa de atenção por questões de exclusão, já que só pelo fato da diferença social gritante, agora imagina dentro do nosso público, que já sofre no sentido financeiro e ainda são homossexuais, a desigualdade torna-se maior, então minha concepção é que o olhar para esse público deveria ser muito mais cuidadoso, deveria haver projetos de capacitação dos profissionais depois do ingresso na prefeitura, porque a gente não vê capacitações nesse sentido para os profissionais da rede e se não houver interesse e tempo para o profissional fazer isso por conta própria, nunca vai acontecer e o profissional vai ficar avoado, alienado.

Pesquisador: Na parte da formação profissional, você lembra se houveram discussões sobre essa temática?

Mario de Andrade: Não, discussões aprofundadas eu não lembro de ter acontecido, só em algumas disciplinas, como em movimentos sociais que a professora tratou, mas não lembro de ser algo aprofundado, também em algumas situações buscamos fazendo horas complementares em alguns congressos e palestras, mas nada que eu possa falar: “nossa, eu me sinto apto a tratar dessa temática”.

Pesquisador: Outra questão, como você percebe a questão LGBTQIA+ no município?

Mario de Andrade: Sou nascido aqui, acho que essa palavra é um pouco forte, mas eu vou dizer: “um descaso”, eu não sinto que exista, tenho muitos amigos homossexuais, um deles é meu melhor amigo, e eles já foram agredidos, sabe? Aqui

em Ibiporã, ele foi assaltado e tem um porte grande. Eu tenho essa visão que aqui no município tem esse descaso, não sei se a palavra é essa, ou se tem pouca atenção e não é uma preocupação dos gestores, se está na mente dos gestores, mas ainda não houve a possibilidade de executar serviços direcionados a essa população no planejamento dos serviços, de incluir esse pessoal. Minha visão sobre essa questão aqui no município de Ibiporã é que a atenção que é dada é muito parca.

Pesquisador: Você percebe que isso venha da cidade? Da visão dos gestores?

Mario de Andrade: Eu penso que sim, não que sejamos uma cidade pequena e extremamente conservadora, não é isso que quero dizer de Ibiporã, mas entendo que seja uma população que, na maioria, não tem um nível de instrução elevada. Uma vez fiz um estudo aqui, é uma população pioneira da cidade e junto disso caminha o conservadorismo da cidade: “onde já se viu! Isso é doença! Tem que se tratar!”, mas você vê que a pessoa não tem entendimento nenhum, científico ou social, de como isso deveria ser tratado. Com relação aos gestores talvez seja esse conservadorismo, porque os que eu me lembro que passaram aqui pela prefeitura, enquanto prefeitos, são pessoas extremamente tapadas (faz sinal de vendar os olhos com a mão), ligadas à Igreja católica, daí vê e abomina, (trecho suprimido), não sei se você ficou sabendo que fizemos um movimento por conta de um pastor, a gente foi para a Câmara e a fala deles é extremamente errada da política de Assistência, carrega muito a questão do assistencialismo, carrega muito a questão da Igreja, da força que eles tem nisso, hoje é política pública e não tem nada a ver com favor, com ajuda, são valores e princípios que tem aqui que são características desses nossos gestores, de quem passou como gestor da cidade, (trecho suprimido) são figuras que você percebe que não estudaram mais a fundo essa visão social, como a gente que vem do Serviço Social é diferente, por isso eu vejo que a nossa luta está só começando.

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Mario de Andrade: Olha, que existe demanda, existe! Porque eu me recordo de duas pessoas que uma colega atendeu. Então, eu tenho uma pessoa no meu público, do meu território, e lá no meu bairro eu tenho uma família que está no meu plano e atendo um casal de mulheres e uma outra mocinha que era adotada, a mãe faleceu, ela ficou sozinha e agora ela tá residindo com outra pessoa. Tem uma filha de outra família que está no meu plano e faço atendimento com benefício mensal, ela foi casada com uma moça e não deu certo, daí ela voltou com a mãe, tá morando com a mãe, mas continuou com a sexualidade dela, com a opção sexual dela. Teve esse da minha colega que ele é trans, travesti? não sei como fala. Trans é quando faz a operação de mudança de sexo?

Pesquisador: Não necessariamente

Mario de Andrade: A gente pode considerar um trans a pessoa que se veste como tal? Então ele é um trans, ele é menino, o nome é de menino, mas o nome social ele usa de outra forma, ele apresenta aspectos femininos. As intervenções foram ao encontro da demanda apresentada, por exemplo, geralmente foi acesso a benefício, a família buscou atendimento relacionado à alimentação, ou água e luz que foram

interrompidas, ou para evitar de interromper com os programas sociais que tem, mas eu sinto que falta de alguma coisa para tratar especificamente desse assunto e nas intervenções que vi acontecer e até nas que eu faço (...). O formato utilizado, os encaminhamentos que faço não abordam especificamente essa temática, as especificidades da questão colocada, e acaba que me sinto falho nisso, penso que deveria ter algo que viabilizasse o caminho para a inserção desse pessoal no mercado de trabalho, porque a gente sabe que é difícil, é mais difícil do que para aquele que não é homossexual, muitas vezes para fazer entrevista ela se esconde, tenta demonstrar um comportamento que não é dela, porque ela sabe que se ela for ela, como ela é e como ela gosta, como ela se aceita, ela pode não entrar naquele emprego, então penso que um trabalho nesse sentido, articulando com outras políticas de trabalho e habitação. Na época das casinhas (referência aos programas habitacionais da região sul de Ibiporã) eu estava aqui como estagiário e tinha que haver a formalização do casamento se a pessoa morasse junto, tinha de haver a formalização para que o cônjuge pudesse assinar e no Brasil a gente sabe que não é, ou não era aceito o casamento gay, isso mudou?

Pesquisador: Sim, a união estável equivale ao casamento civil em termos de direitos aos parceiros.

Mario de Andrade: Então, como eu te disse eu não tenho tanta informação científica sobre e não entendo essa nova nomenclatura: “QIA+”, então eu confesso que me sinto um pouco falho nesse sentido, de buscar um pouco, de articular com eles e fazer uma coisa, um projeto ou um trabalho para fazer com que se sintam pertencentes a sociedade: “vai haver o preconceito? Vai”, mas se houvesse um trabalho nosso dentro da política de Assistência, de aceitação e reconhecimento deles, dos seus direitos, eu penso que eles se sentiriam mais pertencentes, mais acolhidos na sociedade. Essas pessoas que me referi, no meu território, onde atendo, são pessoas que sofrem de depressão, fazem acompanhamento em CAPS, porque tudo acarreta, falta emprego, falta dinheiro e o convívio familiar detona, aí vem as crianças que moram longe e não tem transporte, eu vejo que todos, a moça que era solteira, a moça que era casada e agora tá solteira, a mocinha adolescente e esse casal que eu acompanho das moças, todos eles sofrem, tem esses problemas, todas elas fazem CAPS, tomam medicação e vivem dessa maneira (faz sinal de elevação e descida com a mão): “altos e baixos”, uma hora bem, outra não, falam de bobagens, como tirar a vida, isso me preocupa muito, por isso eu acho que as intervenções feitas foram falhas nesse sentido, porque atenderam pontualmente uma demanda e não olhou, não foi possível ter esse olhar voltado mais especificamente para a questão da homossexualidade delas. (...) Eu, muitas vezes, não consigo entender as mazelas que se apresentam no meu cotidiano, não conseguindo ir para além e alcançar resultados positivos. Eu adoço, eu que estou nessa posição, agora imagina quem está do lado de lá, eu penso que eles, não por não entenderem as mazelas, eles estão vivenciando esse sofrimento. Por agora eu estou tentando me desvencilhar das medicações, mas eu já passei por uns bocados, uns perrengues, imagina eles então! Eu que não tive em mim, essa coisa da mudança da sexualidade ou com a afetividade do mesmo sexo, você imagina esse público que tem essa mudança, que houve essa mudança e além disso sofre com a dificuldade de acessar os serviços públicos, a dificuldade de ter dignidade na sua alimentação, na sua rotina, no seu convívio familiar e comunitário e por isso acho que a política tem sido muito falha e parca, me incluo nisso, não estou apontando ninguém não, até porque quando a gente aponta tem três para nós, tem três dedinhos virados

para nós (gesticula em apontamento).

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Mario de Andrade: Como eu percebo? Na teoria é uma coisa e na prática é outra, totalmente diferente. A gente tem na formação e procura carregar isso na rotina do trabalho, nas formas de se posicionar não só no atendimento individual, mas também em grupos e reuniões que a gente venha a ter com a gestão afim de tratar sobre e acrescentar isso na Política, mas na realidade mesmo, na prática, eu penso que ela está bastante distante, isso não acontece apenas por parte do profissional, mas por parte do próprio andar da carruagem, do próprio processo de formação da política. Eu falo que a política de Assistência é um bebê engatinhando e cheio de obstáculos que tem que desviar, obstáculos que as vezes caem em cima dele e arrebatam com ele e daí ele tem voltar chorando, esse foi um argumento que utilizavam na questão lá do padre, do pastor, porque quem era a favor argumentava assim: “ah, mas o secretário de saúde é um administrador, que é o (cita o nome)”, ele tem uma formação em ADM, mas toda vida dele ele foi diretor de hospital, então ele tem um conhecimento extremamente abrangente: “ah, mais o secretário de Educação é um administrador”, é completamente diferente, a política de educação, saúde, previdência, trabalho são políticas que estão mais fortalecidas, são consolidadas, a nossa não é, por isso tem que ter esse cuidado, esse olhar, principalmente quando menciona religião, porque nossa profissão saiu dali, ela iniciou totalmente vinculada a essa questão, por isso esse cuidado.

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Mario de Andrade: Não, não existe!

Pesquisador: Você percebe a falta de interesse da população ou dos gestores?

Mario de Andrade: Seria uma falta de interesse, não só dos gestores, não só de prefeito, mas de Secretaria, talvez tivessem o interesse e a preocupação sim e entendessem que é algo que deve ser dado atenção, mas por questão de prioridade acabam deixando essa temática, esse tipo de questão um pouco de lado pra inserir no planejamento, vou ser sincera, eu não vejo que há inserido essa temática num plano ação do município.

Pesquisador: Nas Conferencias Municipais de Assistência Social existiu algum tipo de debate sobre essa questão?

Mario de Andrade: Nas que eu participei não, e essa última agora foi ridícula!

Pesquisador: Por quê?

Mario de Andrade: Foi distorcido as propostas, as pré-conferências não foram do jeito que deveria ser por conta pandemia, foi muito ridículo. As propostas que foram

enviadas não condiziam com o que de fato saiu da população, principalmente da população usuária, na dos trabalhadores faltaram várias que a gente entendia que deveria estar ali e não estavam, mas tanto na dos trabalhadores, quanto na própria conferência em nenhum momento eu lembro de ter havido, de ter pontuado essa questão desse público, de como fazer para melhorar isso? Como fazer pra levar isso pra uma política estadual e nacional? Eu não lembro de ter visto isso.

Pesquisador: Em uma outra entrevista me falaram que houve uma representante trans da população usuária. Você tem informação sobre isso?

Mario de Andrade: Não, acho que não foi aqui, provavelmente foi em Londrina. Aqui as três que a gente votou pra ser conselheira da população usuária foram um menino e duas mulheres e não eram pessoas trans.

Pesquisador: O que você acha dessas frases? Explique. “Vocês não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais”

Mario de Andrade: Eu acho ridícula essa frase, precisamos sim! Por que? Somo iguais? Concordo que somos iguais, mas ainda vivemos em uma sociedade que não é um país de primeiro mundo, somos iguais sim, mas na sociedade a inserção das pessoas homossexuais é diferente, mesmo aqueles que se destacam mais porque avançou mais na academia ou veio de uma família enricada, mesmo esses você vê que sofre preconceito, tem que ter um olhar diferenciado sim.

Pesquisador: “Não existe gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

Mario de Andrade: Quem falou isso aí é uma pessoa completamente alienada do mundo, como que não existe? Ou ele não quer ver né? Com certeza existe e não só no meu território, mas em toda cidade Ibiporã e em outros municípios, tem aqueles que não se assumiram e aqueles que se assumiram e estufaram o tórax para aguentar o preconceito que existe, que infelizmente existe.

Pesquisador: “Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

Mario de Andrade: Olha! Eu acho que não é uma questão de liberdade, de cercear ou não a liberdade religiosa, eu acho que é uma questão de bom senso, porque os princípios e as normativas religiosas, no contexto que foram escritas e formadas eram outro contexto de realidade. Ele não precisa perder sua liberdade, sentir privado de falar, a gente pode falar tudo, sabendo como falar, cuidando dos momentos, então acho que é uma questão de bom senso, a pessoa que falou isso foi um pouco radical, o cuidado ao falar questões que envolvam essa temática não é tirar a liberdade religiosa, ele pode falar, mas tem que ter um certo cuidado para não ofender, não excluir.

Pesquisador: “Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias”

Mario de Andrade: Realmente as pessoas homossexuais, sabendo a quão acirrada vai ser essa luta de se inserir e ser aceito na sociedade, sabendo dessa dificuldade,

ao aceitarem se assumir, eles têm que se colocar mais fortes e mais militantes. Eu tenho uma prima que está fora do país e se assumiu recentemente, já teve relacionamentos com meninos, mas hoje ela se encontrou com a namorada dela, e no grupo da família ela é uma coisa que gera polêmica, e eu acho isso legal porque faz a gente pensar, faz a gente mudar uma concepção que tinha, torna as pessoas, os que ainda são conservadores, torna eles mais maleáveis: “olha, tem esse outro ponto de vista”. Não acho que devem ser vistos como dodóis, eles são é forte demais: “é a forma que estou sentindo, é a forma como eu me vejo, então foda-se se eu vou precisar lutar contra tudo e todos, é assim que entendo que eu vou encontrar a felicidade”

Pesquisador: Como você percebe as mídias e redes sociais nesse tipo de discussão?

Mario de Andrade: Por ser algo que está ali, única e exclusivamente dependendo de pessoas, eu acho que polemiza de uma forma errada, cria as polêmicas, mas não é dado o devido cuidado para trabalhar e estudar sobre elas e pacificar, (...) ali é uma terra de ninguém e as pessoas acabam falando muita besteira e acaba piorando a discussão, o avançar dessa discussão em um sentido positivo, eu vejo como ruim essas novas mídias, Tiktok, Facebook, Instagram, o WhatsApp, porque a pessoa coloca do jeito que quer e comenta do jeito que bem entende. É uma ferramenta importante para pensar os trabalhos e avanços, mas como não existe a possibilidade de fazer isso de uma forma mais cuidadosa e com olhar científico eu vejo como ruim esse espaço que existe e as coisas que são ditas ali.

Pesquisador: “Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

Mario de Andrade: Olha, eu tenho pena de quem falou ou pensou isso, porque o sentimento, o amor é tão maior do que essa coisa do padrão, homem e mulher nada mais é do que um padrão criado e institucionalizado na questão do casamento, que é outra coisa que não existe, a coisa do casamento enquanto instituição, então um pai ou uma mãe que pensa dessa forma eu tenho muita dó, porque as vezes vai perder um amor lindo de pais com filhos por conta da escolha ou opção sexual deles, é triste saber, mas sei que tem muitos pais que falam dessa formas mesmo, mas eu fico feliz é quando escuto um pai ou uma mãe dizer assim: “não vai deixar de ser meu filho”, muitos falam assim: “lógico, não queria, mas se a opção dele, eu vou amar do mesmo jeito, não vou mandar embora, vai morar comigo, vai sair daqui se quiser, e quando quiser, não é por esse motivo que eu vou tratar diferente”, eu fico assim estarecida de emoção, de ver que ali imperou o amor de verdade, no sentido literal e conotativo da palavra amor.

Pesquisador: “Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays, lésbicas, bissexuais, travestis”

Mario de Andrade: O fato de ter amigos não quer dizer que ela não tenha preconceitos, porque ela pode ter o preconceito e não dizer, ter um amigo gay só pra dizer que ela não tem um preconceito, mas lá no fundo ela tem. Se decisões que venham a calhar ou melhorar a vida do público gay a acessar mais direitos, se essa decisão depender de uma pessoa com preconceito enrustido, ele não vai assinar ou decidir em favor de, então essa frase aí é um pouco perigosa.

Pesquisador: “Vão ficar se beijando na frente do meu filho? O que vou dizer a eles?”

Mario de Andrade: Você vai dizer pra ele a mesma coisa que você diz quando você vê um casal hetero se beijando na novela das oito, em que a criança está acordada e assistindo: “são duas pessoas que se amam” ou não vai deixar seu filho ver. Olha, vou ser bem sincera, quando a gente é adolescente, a gente não liga muito de ficar se atracando na rua, mas depois de uma certa idade você fica com vergonha, pra mim, eu acho esquisito um casal de homem e mulher ficar se agarrando com “beijação” na frente de todo mundo, agora trocar carinho, pegar na mão, um beijinho no rosto, um selinho na boca ou acariciar o cabelo eu acho isso muito lindo, a gente vê muito isso: “deus me livre ver dois homens se beijando na minha frente”, se ele acha feio, tão feio quanto isso deveria ser um homem e uma mulher também fazendo isso, eu vejo essa questão não só como preconceito, mas também como machismo: “pô, mas aí é o homem”, mas ali naquele casal gay também é um homem que está aí, quem disse isso vai e resolve o problema pensando se o filho dele visse um casal beijando homem e mulher ou na novela.

Pesquisador: Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas. O que você acharia?

Mario de Andrade: Nada, não mudaria nada a minha forma de atender, absolutamente nada, eu acharia que ela está exercendo o direito de liberdade dela, de ser como ela é e de se vestir como ela gosta. A gente já trabalhou, falando em termos de prestação de serviços, nós já tivemos estagiários que eram homossexuais e em nenhum momento a orientação quanto à vestimenta foi de que ele deveria usar roupas de acordo com seu gênero, mas orientações de vestimentas no sentido de decote. Uma estagiária menina que se relaciona com homens também, outro dia veio uma estagiária com a blusa curta, mostrando dois dedinhos e eu achei estranho, claro que não falei porque não era minha estagiária. Outro dia fui fazer visita com a minha estagiária, ela tem o seio bem grande e chama atenção, ela é linda! (descreve a estagiária), então o que falei para ela: “nós vamos fazer visita, então vem com aquelas camisetas mais cumpridas, com aquelas calças jeans mais larguinhas, porque a gente fazer visita com a calça e a blusa assim, que mostra, é complicado”, então a questão da vestimenta eu penso que, em termos de quem está prestando o serviço, tem de haver esse cuidado sim, mas não o cuidado de escolher por conta do gênero. Agora pensando no usuário do serviço, não vai mudar, até quando a pessoa vem de top para ser atendida, seja ele homem ou mulher, eu vou pensar a mesma coisa: “Poxa, talvez ele não tinha outra coisa para pôr ou pra ele está tudo bem”, ele se sente à vontade em andar assim? Não vejo mal e eu não vou atendê-lo diferente, com menos respeito ou atenção por isso aí, procuro ser a mesma pessoa e prestar o mesmo tempo de atendimento.

Pesquisador: Como foi a entrevista?

Mario de Andrade: Não senti nenhum desconforto. Essa entrevista me fez refletir e pensar que preciso crescer e aprimorar o processo de capacitação de nós profissionais, pensar o quanto foi falho isso na formação profissional, que se houvesse uma coisa mais específica, talvez já estariam inseridos nos planos de ações dos municípios algo específico para essa população, que pudesse vir a atender melhor, acolher melhor e fazer com que eles se sintam mais pertencentes a sociedade, a

comunidade e a família, porque a gente sabe que o preconceito começa no próprio núcleo familiar, parabéns pelo seu trabalho e obrigado por ter participado.

Jane di Castro

Pesquisador: Peço sua autorização para gravar a entrevista

Jane di Castro: Pode, pode gravar!

Pesquisador: Bom, o objetivo da pesquisa é entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem as demandas da população LGBTQIA+ no cotidiano profissional de Assistência Social. Primeiro os dados de identificação, qual sua data de nascimento e ano de formação?

Jane di Castro: Nasci no terceiro quartel do século XX e me formei na década final do referido século.

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Jane di Castro: Não, acho que todo mundo trata de maneira normal, pelo menos eu nunca presenciei.

Pesquisador: Nenhum comentário por parte das outras pessoas?

Jane di Castro: Acho que não!

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Jane di Castro: Sim, já atendi pessoas que se dizem travestis homossexuais, eu acho que o tratamento foi normal, como se fosse para uma outra pessoa.

Pesquisador: Você lembra como foram as intervenções?

Jane di Castro: Então, uma delas, a primeira, foi em relação ao pai dessa pessoa que já estava doente e idoso, a gente foi fazer visita e essa pessoa que era cuidadora do pai, na época ela solicitou atendimento emergencial, porque ele teve que parar de trabalhar por conta dos cuidados com pai, mas assim, tranquilo. Depois tive um outro usuário também, que ele fazia programa e tudo, depois adoeceu e precisou do atendimento da instituição e até hoje ele é atendido, tem uma que agendou comigo que eu não conheço, mas como ela é atendida por outro assistente social, por conta território de residência, e no mês que vem ele tem horário comigo, mas não a conheço ainda.

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do projeto ético-político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Jane di Castro: Aqui no trabalho acho que a gente não tem problema em relação a isso, do preconceito do profissional em relação ao usuário, acredito que eles sofram

bastante preconceito da sociedade em geral, eles têm receio de procurar o serviço porque não sabem como vão reagir quanto a opção deles, mas eu acho que o nosso projeto ético, até porque o tanto que a gente estuda na universidade e nas capacitações que a gente vem fazendo, todas são para que todos sejam tratados da mesma forma independente de qualquer coisa: “raça, cor, sexo”, eu acho interessante esse tema que você está estudando e não é um tema fácil, né? Do mesmo jeito que eu acho que não é fácil a vida dessas pessoas, eles encontram muita discriminação, um tratamento inadequado quanto a opção sexual, mas acho que enquanto instituição é bem tranquilo.

Pesquisador: Você pontuou essa ideia de um preconceito social. Como você percebe isso em Ibiporã?

Jane di Castro: Existe bastante, eu acho que a sociedade é muito aberta para algumas coisas e para outras é muito tradicional, tem o preconceito quando a gente vê pessoas na rua, um cutucando o outro e dando risadinha, eu acho que as pessoas tem bastante defeitos, eu não vejo isso como um defeito, mas acho que a pessoa deve olhar primeiro para si, para depois falar do outro. Mas igual eu te falei, eu acho que a vida dessas pessoas, a decisão que eles tomam é muito difícil, por isso eu acho que tem muita gente aí que não se expõe. Aqui em Ibiporã, no centro, que eu costumo frequentar mais, eu não vejo tantos, vejo bastante no shopping, vou com meu filho e ele pergunta e a gente tenta responder da maneira mais tranquila, para que ele cresça com a ideia de que é normal e que você tem que respeitar a decisão do outro.

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Jane di Castro: Aqui na instituição a gente não tem planejamento para esse tipo de atendimento, a gente atende na dinâmica normal dos atendimentos, no município eu não sei se tem algum Conselho ou algum local que estude realmente sobre esse gênero, eu acredito que não.

Pesquisador: Você já percebeu algum tipo de discussão sobre essa temática no município?

Jane di Castro: Na rede não, no município também não.

Pesquisador: Como você percebe a formação profissional no sentido das discussões sobre essa temática?

Jane di Castro: Na faculdade eu não lembro de ter estudado isso, ou pelo menos ter discutido, acho que tem essa falha sim, até no currículo do ensino fundamental e médio, na questão da sociologia, para tentar entender toda essa situação e que a pessoa não cresça com aquele conceito do errado, do proibido, acho que teria que ter uma abertura maior para discutir sim.

Pesquisador: Ok! O que você acha dessas frases? Explique: “vocês não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais”

Jane di Castro: Então, eu acho que somos todos iguais, mas por conta dessa discriminação, desse preconceito, eu acho que eles têm que se unir e se fortalecer para enfrentar a sociedade, mostrando que eles existem, que eles são iguais, já tem todo esse preconceito e se a gente fala assim: “ai, eles são iguais e não precisariam desses grupos”, mas nós também nos colocamos em certos grupos, tem o grupo da igreja, o grupo do bairro, e eles tem os deles também, pra reivindicar direitos que, as vezes, a gente não enxerga para eles, mas eles veem como necessário.

Pesquisador: “Não existem gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

Jane di Castro: Eu acho que existe sim, a gente conhece alguns que já partem para o lado errado e a sociedade já vê assim: “então está errado porque é homossexual, travesti ou gay”, a gente atende outros que são pessoas comprometidas, inteligentes, que não deixa que a opção sexual dele atrapalhe na vida profissional, nos estudos.

Pesquisador: “Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

Jane di Castro: Eu, pra mim, cada um na sua, pra mim não tem nada a ver, cada um é cada um e se a religião prega o que é certo ou não é certo, a gente tem que saber separar, a religião, a denominação do que eu sou. Não concordo com isso.

Pesquisador: “Vocês são dodóis demais, tudo se ofendem ou querem militar. Não Aceitam opiniões contrárias”

Jane di Castro: Eu acho que depende muito, as vezes a pessoa se arma tanto por conta de uma discriminação que vem sofrendo ao longo de uma história, então eles querem, de qualquer modo, que o direito deles seja respeitado, então não acho que é por aí.

Pesquisador: Como você percebe essas discussões nas redes e mídias sociais?

Jane di Castro: Eu acho que o homossexual quer pôr a opinião dele e as razões dele, quem queira discutir tudo bem, mas as pessoas não devem ser levadas por rede social, porque a pessoa posta cada coisa, que não tem nem noção do que está falando, então assim, se eu fosse homossexual, não colocaria nas redes sociais, não que não me assumiria, mas eu não iria discutir nas redes sociais.

Pesquisador: “Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

Jane di Castro: De um machismo muito grande e acho que os pais tem um filho e idealizam aquilo que gostariam que o filho fosse, e eu acho que por conta disso acontece muito suicídio, muitas pessoas saem de casa e vão tentar a vida sozinhos. Eu tenho um filho, lógico eu estou criando um menino, quero que case e tenha filhos, vamos dizer que é o socialmente correto? Poderia até ser, mas eu acho que também entenderia tranquilo se não fosse a realidade dele. Acho que o machismo é muito presente na nossa sociedade, e deve ser muito difícil para o homossexual se assumir, tendo em vista o pai, a mãe, a família, eu tenho um caso na minha família, mas para ele se assumir demorou muito tempo, porque o pai dele era desses que é macho, então ele sofreu muito, ele era assim de chegar em casa, entrar no quarto, não

conversar com ninguém e ficar lá dentro, no mundo dele, e para ele sair dessa condição e se assumir demorou muito tempo, e não foi fácil, hoje ele vive tranquilo com o marido dele e o pai aceita, uma coisa que poderia ter evitado tanto sofrimento, mas por conta do machismo exposto pelo pai dele, eu creio que ele achava que o pai ia matar ele, então ele não concordou.

Pesquisador: “Não tenho preconceito, tenho até amigos que são gays, lésbicas, bissexuais, travestis”

Jane di Castro: Eu acho que falar que não tem preconceito por ter um amigo travesti ou lésbica, eu acho que não é por isso que você não tem preconceito, eu acredito que é uma formação de caráter, consciência dos direitos, dos deveres e da liberdade de expressão de cada um.

Pesquisador: “Vão ficar se beijando na frente do meu filho? O que vou dizer a eles?”

Jane di Castro: Então, eu acho que do jeito que tem pessoas discretas em um relacionamento heterossexual, tem pessoas discretas num relacionamento homossexual, e tem pessoas que fazem absurdos em qualquer lugar, então tem homossexuais que fazem e se a gente ver é a opção dele, eu explico o que é e o que não é, como acontece, e se ver dois se beijando vai olhar e pronto, acabou.

Pesquisador: Se um menino/homem quiser usar saia na instituição ou uma menina/mulher quiser usar roupas masculinas. O que você acharia?

Jane di Castro: Pra mim é tranquilo, eu acho que a pessoa tem que ser muito bem resolvida porque muita gente vai apontar o dedo e vai criticar, mas se a pessoa se sente bem, a pessoa que vai se resolver, não vejo problema nenhum.

Pesquisador: O que achou da entrevista?

Jane di Castro: Eu achei tranquilo, as perguntas bem elaboradas e a gente percebe nesses momentos que não discute sobre isso e a gente atende usuário que seja homossexual, travesti, seja lá o que for, e as vezes a gente nem sabe que ele é, por conta da gente não saber identificar e a pessoa não se sentir à vontade para falar. Eu gostei do tema, achei oportuno para se trabalhar, tendo em vista que a gente não vê na graduação e eu creio que não vê até hoje, porque as estagiárias não comentam, depois quero ver o seu trabalho.

Baltazar da Lomba

Pesquisador: Estou autorizado a gravar a entrevista?

Baltazar da Lomba: Sim!

Pesquisador: O objetivo da pesquisa é entender como os assistentes sociais de Ibiporã compreendem as demandas da população LGBTQIA+ no cotidiano profissional de Assistência Social. Essa primeira parte é de identificação, qual sua data de nascimento e ano de formação?

Baltazar da Lomba: Nasci no terceiro quartel do século XX e me formei na última década do mesmo século.

Pesquisador: Já presenciou alguma situação de preconceito relacionado a gays, lésbicas, bissexuais, travestis durante o trabalho por parte da rede socioassistencial? Se sim, pode detalhar?

Baltazar da Lomba: Você se refere ao município, nada que refira a minha vida profissional antes do município?

Pesquisador: Olha, se quiser relatar suas outras experiências profissionais seria interessante.

Baltazar da Lomba: Assim, falando no município eu nunca presenciei aqui. A gente sempre teve algumas demandas e a gente sempre atendeu, independente do que a gente segue, conforme a Constituição manda, o que o Código de Ética fala, os respeitos, a liberdade, a igualdade, então no município eu nunca vivenciei, já atendi várias situações, mas nunca vivenciei nenhuma situação de preconceito. A gente passa por alguns processos na proteção social e acho legal passar isso para você, porque hoje a gente tem visto essas diferentes composições familiares e a gente já fez, não foram muitos, hoje tem o direito de se cadastrar, de ter sua família e ter seu filho, é o que a lei garante e cada dia mais essa demanda, dessa formação familiar. O que posso falar pra você é que a gente vê a dificuldade e eu com transparência, de trabalhar a criança maior, ou a transição da adolescência para aceitação de pais homoafetivos, isso não é tão simples ainda, então a gente já teve esse processo e alguns casos de crianças e adolescentes que foram adotados por homoafetivos e a criança vinha com uma composição e um contexto familiar que ela não entendia essa formação enquanto família e a gente teve que trabalhar esse processo, por algumas crianças que achavam graça e faziam piadas. A gente teve que trabalhar e mostrar que o que importava era a proteção, não importava se era por dois pais, por duas mães ou se era por um pai e uma mãe. Quando você trabalha e faz esse trabalho muito sério e muito profissional a criança aceita e supera muito rápido, então a criança e adolescente a gente consegue superar isso com muita transparência, mas quando alguém de fora ou outros profissionais que atuam e veem, claro que é sigiloso, a gente percebe sim: “ah, mas vão ser dois pais? Duas mães? Nossa, pra que fazer isso com a criança?”, então a gente percebe que ainda há na sociedade e, as vezes, em profissionais que trabalham, a gente percebe essa fala sim, mas para transitar esse

processo é muito tranquilo. Na (cita o nome do programa desenvolvido) que é um outro processo que nós trabalhamos (cita o processo desse programa) até hoje no município nós não tivemos um casal ou família, mas não tivemos porque não houve a procura, não por parte nossa, que possa ter qualquer restrição, mas socialmente a gente percebe, a gente percebe algumas falas: “mas vocês vão aprovar uma família homoafetiva? Que exemplo vocês vão dar?”, como se fosse um crime, um pecado mortal, e para nós não, o que importa é a proteção, o que garante a proteção do público atingido. Esse público teve pai e mãe e sofreu violação por parte do pai e da mãe, foi um modelo que causou, expôs e não protegeu, a gente tem transitado e tem visto que cada dia mais, a gente tem mais a procura por crianças mais velhas, por adolescentes, mas que hoje, não sei se você tem essa ciência, é difícil encontrar uma família para adotar quando completa onze anos. A criança é acolhida com sete ou oito anos, há um processo para destituir e ela está fadada, condenada a ficar no sistema, acolhida numa instituição até os dezoito anos e a gente não tem famílias e hoje a gente tem visto que essas famílias, que estão se compondo, para nós o que importa é que eles tenham concepção e o entendimento de proteção, tem aumentado no cadastro de adoção, a adoção de crianças mais velhas e já entrando na adolescência, então a gente tem entrado nessa perspectiva, a gente teve algumas situações, mas com sinceridade, no processo, não vimos nenhuma situação de preconceito.

Pesquisador: Você comentou sobre os locais em que trabalhou e essas situações de preconceito. Você poderia relatar?

Baltazar da Lomba: Sim, eu trabalhei na Política de Saúde em outro município e a gente percebia sim. Eu acho que a saúde ela tem muito preconceito, por mais que a gente fale do direito, de toda a Constituição, mas você vê a questão de toda acomodação, de banheiro, de visita, de responsabilidade legal, no período que trabalhei não tinha essa efetividade, ou melhor dizendo legalidade, de você ser legalmente o parceiro, o companheiro e quando tinha que tomar algumas decisões, e eu já tive situação de tomar algumas decisões, de quadros graves e terminais, o companheiro ou a companheira não tinha o direito de tomar decisão e se fosse o marido ou a esposa (heterossexuais) teria, aí tinha que chamar o pai, a mãe ou o responsável legal para tomar decisão de uma cirurgia, ou alguma coisa nesse entendimento, então a gente vê que ainda tinha um atraso muito grande na parte legal, hoje melhorou, como eu já tenho alguns anos, algumas décadas, a gente percebe que já avançou muito, que já melhorou, mas já presenciei muitas situações que, se hoje eu tivesse que ser autorizada para uma cirurgia ou uma doação de órgãos o meu marido poderia assinar e, especificamente nessa situação que vivenciei (no hospital) ele (o companheiro homossexual) não pode assinar, porque legalmente ele não era nada.

Pesquisador: Identifica ou identificou demandas e atendimentos a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e travestis no seu trabalho? Quais? Se sim, como foram ou se foram realizadas intervenções relativas a essas questões?

Baltazar da Lomba: O que eu já tive e acho que é uma falta de informação do processo de entendimento desse grupo e eu avalio isso como falta informação deles, é eles tentarem cruzar o processo de adoção, a tal da adoção brasileira, eu tive situações onde a pessoa estava grávida e ia transitar por um processo de entrega legal, e eles cruzaram o caminho de forma ilegal e queriam fazer uma forma de adoção brasileira,

daí eu conversei, orientei e encaminhei: “olha, existe esse processo, você quer fazer? Você quer adotar uma criança? Vai lá no fórum e faz esse processo legal. Ah, mas eu vou ser aceito? Eu não vou ser?” Já aconteceu isso em duas pessoas que eu atendi, que a gente teve que intervir, e teve uma outra situação que uma pessoa sozinha estava com a criança por três anos e a mãe usava de chantagem: “vou tirar, você não tem direito”, e ele se afeiçoou a criança, cuidava e protegia, essa mãe tirou essa criança dele, saiu e deixou na rua, daí caiu na instituição, e quando ele veio para falar e se identificar como pai ele teve muita dificuldade de falar: “qual o meu direito enquanto pai?”, daí eu fui e falei assim: “você está cuidando? Quanto tempo você cuida? Qual o laço você construiu com essa criança?” e aí nesse processo ele se sentiu muito seguro, para ele fazer a construção dele foi muito difícil, e quando ele se sentiu seguro e o que importava era a proteção da criança, independente do arranjo familiar que ele estava vivendo, ele foi sentindo segurança e a gente foi conseguindo documentos através de relatórios técnicos, mostrando o quanto ele protegia a criança, e efetivamente saiu a decisão judicial de que ele teria a guarda da criança, a princípio provisória e depois a definitiva, então não foi um processo de adoção, mas foi uma transição de guarda definitiva porque há três anos ele já estava com a criança, mas aí nesse processo eu avaliei que a nossa forma técnica de olhar foi pensar: “está protegendo? Essa mãe protege? Não! Então vai ficar com ele, pronto e acabou, não vou discutir se é rosa, azul, verde e amarelo, acabou!”, aí veio alguns questionamentos, a história que ele trazia de tudo que sofreu na Educação, na Saúde, efetivamente, né? E daí quando ele conseguiu o documento da criança eu falei: “agora você é o pai, não importa, vai e cuida dessa criança!”.

Pesquisador: Como entende a relação existente entre os princípios do Projeto Ético-Político relacionados a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e as atividades desenvolvidas em seu trabalho?

Baltazar da Lomba: Eu acho que a absorção nossa do Projeto Ético-Político deve ser coesa e total, deve saber fazer uma análise de conjuntura, você sabe que existe uma contradição, umas intempéries de uma sociedade que é excludente, preconceituosa, ela tem preconceito com o pobre, com o índio, com o preto, do idoso, de tudo, eu não consigo olhar e dizer assim: “isso é um preconceito, isso é homofobia”, a gente vê que isso incomoda, eu falo que a sociedade defende, quando alguém fala assim: “por que a sociedade apoia tanto um Governo Federal assim?”, daí eu falo: “porque é mais fácil ela ser caridosa, do que lutar por justiça social”, então tudo que é justiça social é difícil de entender, então é mais fácil fazer caridade, doar, e a nossa sociedade, o brasileiro vai muito por esse viés de fazer caridade, de você ver qualquer desastre todo mundo está doando, mas quando você fala de lutar por direitos e justiça social, independente, é isso que a gente enfrenta. Pra mim eu nem caracterizo se é questão LGBT, se é idoso, pra mim é tão resolvido tudo isso que pra mim é uma sociedade que exclui quem incomoda.

Pesquisador: Como você percebe essa questão no município?

Baltazar da Lomba: A gente transita aí, né? Uma política dá direito, uma política exclui, um governo que não manda dinheiro, um gestor que acabou de entrar, e eu acho que é essa gestão é um pouco mais conservadora, mas a gente está aí, brigando numa sociedade que está em impasse, que a gente não consegue entender mais, porque está se levantando uma sociedade muito conservadora, então você assusta, porque

hoje a gente está aí com os grupos sociais e gestores defendendo uma bandeira conservadora e a gente está vivendo um momento crítico e que eu não acredito que seja de direitos, seja de romper com direitos, um desmonte, né?

Pesquisador: Existe algum plano de ação para identificação, avaliação e atendimentos dessas demandas na instituição ou no município? Quais diretrizes ou normativas são usadas?

Baltazar da Lomba: Que eu conheça não! Eu avalio que a gente trabalha diante da legislação, pensando enquanto técnicos, a gente trabalha com base na Constituição, nas diretrizes, nas normativas, na política nacional e especificamente com o Código de Ética, a Lei que Regulamenta a Profissão, então isso que vai direcionar nas ações e definições, pra mim eu tenho isso muito claro e isso direciona nosso trabalho, mas falar que existe um plano maior, eu desconheço no município.

Pesquisador: Você acredita que essa questão é discutida e trabalhada na formação profissional?

Baltazar da Lomba: Olha, no meu processo de graduação não, mas a gente sabe que é dinâmico e mudou muito, hoje abre muito, mas a gente sabe que é muito relativo, eu trabalhei na docência e a gente tinha um cunho de trazer essa formação, mas ainda acho que deixa muito a desejar.

Pesquisador: Agora vamos para as frases, o que acha dessas frases? “Vocês não precisam de direitos LGBT porque somos todos iguais”

Baltazar da Lomba: Eu acho que parte do princípio que somos todos iguais, mas existem as minorias, que são excluídas, então a gente precisa de algumas legislações que garantam algumas proteções maiores, é a mesma discussão que a gente viu agora no Conselho de direitos de Londrina, por que barraram o conselho? E eu até achei ridículo uma fala de alguém da igreja, e eu sou cristã, viu? Eu sou cristã, e muito! Mas aí eu vi aquelas falas tão conservadoras, tão preconceituosas, porque é garantia de direitos e se a gente for pensar que não precisa: “a gente não precisa do ECA, do Estatuto do idoso, todo mundo tem direito, o PCD”, então são grupos que se organizam para lutar por seus direitos, eu acho que não foge dessa construção, e são os movimentos sociais, tão importantes para a sociedade.

Pesquisador: “Não existem gays, lésbicas, bissexuais, trans aqui no território”

Baltazar da Lomba: Quem? Não existe? Está louco? (risos)

Pesquisador: “Daqui a pouco vai querer tirar minha liberdade religiosa me acusando de homofóbico”

Baltazar da Lomba: Liberdade religiosa? Que coisa absurda, cada frase que você está falando! Você quer mesmo que eu te responda? (risos). É muito difícil, porque eu já tenho uma certa idade, meu marido também, então, as vezes ,a gente fala algumas coisas, agora ver jovens de vinte anos falando essas coisas, meu filho já não fala. Não dá mais pra viver em uma sociedade pensando dessa forma, é respeitar a individualidade, o direito, a orientação e a escolha, só que ainda sofre muito, né? Não

dá pra falar que não sofre, que não sofre preconceito, a família é um processo de aceitação, a gente vê isso nas igrejas, nas famílias mais conservadoras, vem aí uma frente que está se levantando muito grande na sociedade, não só na igreja evangélica, quanto na igreja católica, que está levantando essa bandeira: “vamos por uma cruz e sentenciar”, e a minha fala sempre vai em um sentido, uma vez uma estagiária veio me perguntar: “como você cristã vê tudo isso?”, e eu falei assim: “Gente, o que Deus vê é o amor e de tudo que Deus vai examinar, ele vai pelo coração”, tem tanta coisa errada, de sonegação, de crime, disso e daquilo e não se condena, então se for pelo lado religioso pecado é pecado e não importa o tamanho.

Pesquisador: “Eu não criei um filho para casar com um bigodudo”

Baltazar da Lomba: É uma frase ridícula, só que eu vou ser bem sincera, é um processo de transição e assim, concretamente, existe uma expectativa de toda mãe e todo pai, agora falo como mãe e pai: “você não sonha que seu filho vai se casar com um (breve silêncio), não é isso que faz parte de um sonho de sociedade”, mas quando você se depara com isso, você vai ter que absorver e trabalhar seus valores, seus preconceitos, seu valores morais, éticos, e o amor é incondicional, né? Você ama independente se é gay, se não é gay, se é bandido, se não é bandido, você aprende a amar incondicional e o que importa é que seja uma pessoa do bem, que seja uma pessoa que vai contribuir para a sociedade e para o bem.

(as três últimas frases foram cortadas por problemas técnicos no aparelho de gravação)